

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - UFPEL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - ICH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



DISSERTAÇÃO

**A FORMAÇÃO DE UM SISTEMA AGRÁRIO HÍBRIDO: estudo de caso sobre as
continuidades e rupturas na agricultura familiar de Lajeado/RS**

JULIANA CRISTINA FRANZ

Pelotas, 2016.

JULIANA CRISTINA FRANZ

A FORMAÇÃO DE UM SISTEMA AGRÁRIO HÍBRIDO:

Estudo de caso sobre as continuidades e rupturas na agricultura familiar de
Lajeado/RS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Giancarla Salamoni

Pelotas, 2016.

JULIANA CRISTINA FRANZ

A FORMAÇÃO DE UM SISTEMA AGRÁRIO HÍBRIDO: Estudo de caso sobre as continuidades e rupturas na agricultura familiar de Lajeado/RS

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa:

Banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Giancarla Salamoni – Universidade Federal de Pelotas (Orientadora)

Prof^a. Dr^a. Maria Regina Caetano Costa – Universidade Federal de Pelotas

Prof^a. Dr^a. Erika Collischonn – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Mauricio Meurer – Universidade Federal de Pelotas (Suplente)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por chegar até aqui, por estar tão próxima de concluir mais uma etapa em minha vida.

Agradeço aos meus pais por sempre priorizarem o acesso aos estudos, até mesmo em momentos difíceis. Agradeço pelo carinho e pela compreensão da minha ausência nesse período dissertativo e por sempre acreditarem em mim.

Agradeço ao meu amável namorado, Leandro, pela paciência e compreensão, pelo auxílio nas questões técnicas e, principalmente, pelo amor que compartilha comigo.

Agradeço as minhas irmãs, Joana e Janaina, pelo estímulo e pela leveza que associavam a esta tarefa, vocês me deram confiança!

Agradeço a ajuda da minha querida orientadora Giancarla, pela paciência e carinho com que sempre me acolheu e aconselhou.

Agradeço aos meus amigos, mais antigos e mais recentes, pela descontração e distração que fizeram ter forças para seguir em frente.

Agradeço aos meus colegas de trabalho, pela compreensão e pelo incentivo.

Agradeço aos colegas de mestrado, aos colegas de Laboratório (LEAA) pelo companheirismo, pelos chimarrões nas tardes de angústia e também nas tardes de descontração.

Agradeço aos agricultores familiares que fizeram parte desta pesquisa, pela sua disponibilidade, e pelo seu orgulho de fazer parte desta pesquisa.

Agradeço aos professores que fizeram parte da minha formação, que me ensinaram e indicaram o caminho a ser trilhado.

Sou imensamente grata a todas as pessoas que fazem parte da minha vida, pois de uma forma ou outra colaboraram para que se tornasse possível ser Mestre!

A terra é a terra mesmo.

Tem gente que pensa que a terra só serve para cavar buraco no chão, para ser hotel de minhoca, para enfiar poste de luz ou então para sujar o pé de lama em dia de chuva, mas não é nada disso.

Se não fosse a terra, a gente pisava onde?

Se não fosse a terra, a gente construía nossa casa onde?

E as cidades? E as estradas? E os campinhos de futebol?

Sem a terra a gente não ia jogar bola nunca mais?

[...]

Sem terra, não ia ter milho, laranja, caqui, jabuticaba, banana, pera, uva, cacau, pitanga, mexerica, romã, maçã, abacate, melancia, abacaxi, nem amendoim nem nada. O mundo ia ser só um monte de coisa nenhuma cercado de água para todos os lados.

Ricardo Azevedo

RESUMO

A presente dissertação aborda a temática dos sistemas agrários, considerando a configuração do sistema agrário colonial (SAC) e do sistema agrário moderno (SAM), no intuito de compreender a organização espacial atual da agricultura familiar no município de Lajeado/RS. Para tanto, através do método da abordagem múltipla realizou-se por meio de pesquisa qualitativa um estudo de caso no referido município. Primeiramente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre a formação do sistema agrário colonial, a partir da chegada dos imigrantes colonos alemães ao Brasil, mais especificamente ao Rio Grande do Sul, e do decorrente processo de distribuição espacial associado a fatores políticos, sociais e econômicos. Assim, a conformação do sistema agrário colonial combinou técnicas e práticas utilizadas nos sistemas agrários pré-existentes, com os saberes e costumes trazidos da Alemanha. A temática da modernização da agricultura foi analisada a partir dos elementos introduzidos pelas mudanças na base técnica. No intuito de responder quais são os elementos que persistem mesmo com o avanço da modernização da agricultura e de que forma o sistema agrário se organiza na atualidade no município de Lajeado-RS, buscou-se compreender os elementos socioculturais, de produção, técnicos e as relações com o Estado presentes nas propriedades estudadas. Foram realizadas entrevistas baseadas em roteiro semiestruturado em 10 propriedades rurais. Após realizou-se a tabulação dos dados e informações apreendidas em campo, confrontando as com a base teórica adotada na pesquisa. Identificou-se que na realidade pesquisada as permanências relacionadas ao sistema agrário colonial são identificadas, principalmente, na dimensão sociocultural, através da reprodução de saberes e tradições, como o uso da língua alemã, do saber fazer na culinária, no artesanato doméstico e no aprovisionamento dos alimentos oriundos da policultura destinados ao autoconsumo. As técnicas de manejo nas culturas vegetais e na produção animal, herdadas dos antepassados, também se fazem presente na realidade local. Além disso, a centralidade da família e da propriedade da terra, ligada ao processo de herança é marcadamente um elemento de continuidade na organização da agricultura familiar. Em relação aos elementos da modernização da agricultura, que caracterizam as rupturas em relação ao passado colonial, o destaque cabe às dimensões técnicas e de produção, como a absorção de maquinário, inovações nas técnicas de plantio, no preparo do solo, na colheita e no uso de insumos bioquímicos (adubos, sementes, etc,...) que estão presentes na maioria das propriedades entrevistadas. As relações com o Estado intensificaram-se através do amplo acesso que as propriedades tiveram ao crédito rural e a assistência técnica. Para finalizar, o sistema agrário presente na agricultura familiar de Lajeado pode ser entendido a partir da combinação de elementos do sistema agrário colonial e do sistema agrário moderno, tendo como resultado continuidades e rupturas expressas no denominado sistema agrário híbrido (SAH).

PALAVRAS-CHAVE: Imigração e Colonização Alemã; Sistemas Agrários; Agricultura Familiar; Modernização da Agricultura.

ABSTRACT

This dissertation approach the issue of agrarian systems, considering the configuration of the colonial agrarian system (SAC) and the modern agrarian system (SAM) intent to understand the current spatial organization of family farming in the city of Lajeado/RS. For this purpose, through the method of multiple approach was carried out by a qualitative research a case study in that city. First, literature search was conducted about the formation of colonial agrarian system, from the arrival of German colonist immigrants to Brazil, specifically in Rio Grande do Sul, and the resulting spatial distribution process associated with political, social and economic factors. Thus, the conformation of the colonial agrarian system combined techniques and practices used in the pre-existing farming systems, brought to the knowledge and customs of Germany. The theme of agricultural modernization was analyzed from the elements introduced by the changes in the technical base. Intending to answer what are the elements that persist even with the advance of modernization of agriculture and how the agrarian system is organized today in Lajeado/RS, it sought to understand the socio-cultural elements, production, technical and relations with the state present in the studied properties. Interviews based on a semi structured script in 10 rural properties were conducted. After there was the tabulation of data and information collected in the field, confronting them with the theoretical basis adopted in the survey. It was identified that actually researched the stays associated to colonial agrarian system are identified mainly in the socio-cultural dimension, through the reproduction of knowledge and traditions, such as the use of the German language, know-how in cooking, domestic handicrafts and supplies of food from the polyculture intended for own consumption. The technical handling of crops and animal production, inherited from ancestors, also are present in the local reality. Furthermore, the centrality of the family and the ownership of land, linked to the heritage process is markedly an element of continuity to the organization of family farming. In relation to agricultural modernization of the elements that characterize the breaks in relation to the colonial past, the emphasis falls in technical aspects and production, such as machinery absorption, innovations in planting techniques in soil preparation, harvesting and using biochemical inputs (fertilizers, seeds, etc ...) that are present in most of the surveyed properties. The relations with the State intensified through the wide access to the properties had to rural credit and technical assistance. Finally, the agrarian system on the family farming in Lajeado can be understood from the combination of elements of the colonial agrarian system and modern agrarian system, with the result continuities and ruptures expressed in so-called hybrid agrarian system (SAH).

KEYWORDS: Immigration and German Colonization; Agrarian Systems; Family Farming; Agricultural Modernization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Mapa de Localização do Estado do Rio Grande do Sul e do município de Lajeado	23
Figura 2:	Mapa do município de Lajeado com a distinção da área urbana e rural	28
Figura 3:	Estrutura com elementos que compõem a Metodologia	32
Figura 4:	Estrutura síntese das etapas que configuram o estudo de caso	41
Figura 5:	Mapa das antigas colônias alemãs no Rio Grande do Sul	80
Figura 6:	Mosaico das produções artesanais relativas à culinária presentes nas propriedades familiares	117
Figura 7:	Mosaico das atividades de artesanato desenvolvidas nas propriedades	120
Figura 8:	Mosaico de heranças culturais na agricultura	122
Figura 9:	Mosaico das heranças culturais na produção animal	123
Figura 10:	Mosaico das heranças culturais na produção vegetal (Alimentos)..	124
Figura 11:	Mosaico das heranças na produção vegetal (flores, chás e sementes).....	125
Figura 12:	Mosaico da modernização técnica presente nas propriedades rurais	136

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	População total, urbana e rural no município de Lajeado- de 1970 a 2010	25
Quadro 2:	Síntese da Periodização Política e Histórica da Colonização Alemã, segundo Moure (1996)	57
Quadro 3:	Síntese da Periodização Política e Histórica da Colonização Alemã, segundo Roche (1969a)	58
Quadro 4:	Mapa estatístico da população na Colônia de Conventos no período de 1855 a 1862	63
Quadro 5:	Síntese das causas do desgaste do solo nos lotes coloniais	73
Quadro 6:	Síntese dos sistemas agrícolas desenvolvidos pelos imigrantes alemães	77
Quadro 7:	Síntese das fases do processo de enxamagem da colonização alemã	83
Quadro 8:	Relação entre faixa etária e grau de escolaridade entre os integrantes dos grupos familiares entrevistados	108

LISTA DE TABELAS

Tabela 01:	Perfil do Grupo Familiar	140
Tabela 02:	Perfil das Propriedades entrevistadas (Fatores técnicos, produtivos e relações com o Estado)	141

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	População total, urbana e rural no município de Lajeado- de 1970 a 2010	26
Gráfico 2:	Faixa etária dos integrantes dos grupos familiares entrevistados	105
Gráfico 3:	Ocupação dos integrantes dos grupos familiares entrevistados – Foco na PEI	106
Gráfico 04:	Escolaridade dos integrantes dos grupos familiares entrevistados	107
Gráfico 5:	Gênero dos integrantes dos grupos familiares entrevistados	109
Gráfico 6:	Ocupação dos integrantes dos grupos familiares entrevistados – Foco na PEA	110
Gráfico 7:	Principal fonte de renda dos grupos familiares entrevistados	111
Gráfico 8:	Participação em evento social ou associação cultural dos integrantes dos grupos familiares entrevistados	112
Gráfico 9:	Atividades de artesanato desempenhadas pelos integrantes dos grupos familiares entrevistados	119
Gráfico 10:	Ajuda mútua desempenhada pelos grupos familiares entrevistados	121
Gráfico 11:	Principais atividades desempenhadas pelos grupos familiares entrevistados	126
Gráfico 12:	Atividade mais rentável dos grupos familiares entrevistados	128
Gráfico 13:	Aquisição da Propriedade pelos grupos familiares entrevistados.	130
Gráfico 14:	Incidência tributária nas propriedades dos grupos familiares entrevistados	132
Gráfico 15:	Assistência técnica nas propriedades visitadas	133
Gráfico 16:	Uso de cultivares transgênicos nas propriedades visitadas	134
Gráfico 17:	Uso de melhoramento genético animal nas propriedades visitadas	135
Gráfico 18:	Método de plantio que predomina nas propriedades visitadas	137
Gráfico 19:	Método de preparo do solo que predomina nas propriedades visitadas	138

Gráfico 20:	Método de colheita que predomina nas propriedades visitadas ..	138
Gráfico 21:	Método de adubação predominante nas propriedades visitadas..	139

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAI's	Complexos Agroindustriais
COOPERVAL	Cooperativa Rural dos Vales
EMATER/RS	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FEE	Fundação de Economia e Estatística
HÁ	Hectare
HAB/KM ²	Habitantes por Quilômetro ²
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ITR	Imposto Territorial Rural
OASE	Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas
OGM's	Organismos Geneticamente Modificados
PEA	População Economicamente Ativa
PEI	População Economicamente Inativa
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RS	Rio Grande do Sul
SAC	Sistema Agrário Colonial
SAH	Sistema Agrário Híbrido
SAM	Sistema Agrário Moderno
UNAIC	União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Problema de pesquisa	20
1.2 Objetivos	21
1.2.1 GERAL	21
1.2.2 ESPECÍFICOS	22
1.3 Caracterização do Campo Empírico	22
2 METODOLOGIA: Os caminhos da investigação teórica e empírica	30
2.1 Abordagem múltipla como método científico	33
2.1.1 PESQUISA QUALITATIVA: metodologia de abordagem	34
2.1.2 ESTUDO DE CASO: a compreensão da realidade local	35
2.2 As categorias analíticas: os sistemas agrários, o espaço geográfico e as continuidades e rupturas	41
3 A COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL	47
3.1 A Emigração e a imigração dos colonos alemães para o Rio Grande do Sul	50
3.1.1 FATORES QUE MOTIVARAM A EMIGRAÇÃO ALEMÃ NO SÉCULO XIX	50
3.1.2 O CENÁRIO BRASILEIRO NA CHEGADA DOS IMIGRANTES	52
3.1.3 PERÍODOS DA POLÍTICA DE IMIGRAÇÃO ALEMÃ NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL	57
3.1.4 A IMIGRAÇÃO/MIGRAÇÃO ALEMÃ NO MUNICÍPIO DE LAJEADO –RS .	61
4 A CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA AGRÁRIO COLONIAL	65
4.1 A Instalação dos Imigrantes Alemães nas Áreas de Mata do Rio Grande do Sul	65
4.2 Os sistemas agrícolas desenvolvidos pelos imigrantes alemães, segundo Waibel (1979)	73
4.3 O meio natural e a ocupação dos lotes coloniais: da chegada à enxamagem	79
4.4 O papel social e econômico das “vendas rurais” nas colônias alemãs..	86

4.5 O artesanato rural nas colônias	89
4.6 Síntese do SAC: Do modo de produção ao modo de vida	90
5 MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA: A formação do sistema agrário moderno	93
5.1 O processo histórico da modernização da agricultura no Brasil	93
5.2 As transformações na agricultura familiar: a configuração do sistema agrário moderno	100
6 O SISTEMA AGRÁRIO NA AGRICULTURA FAMILIAR EM LAJEADO: uma organização socioespacial híbrida	104
6.1 Perfil dos componentes dos grupos familiares entrevistados	105
6.2 Aspectos socioculturais apreendidos em campo: as continuidades na agricultura familiar	111
6.3 Aspectos técnicos e produtivos das propriedades entrevistadas: as rupturas nos sistemas agrários	126
6.4 Síntese da interpretação dos dados de campo: a configuração do sistema agrário híbrido	139
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
REFERÊNCIAS	152
APÊNDICE – A: Roteiro Semi-Estruturado de Entrevista de Campo	161

1 INTRODUÇÃO

A temática proposta neste estudo toma como referência os estudos de Mertz (2004) e Gazolla (2004) com vistas à compreensão dos processos responsáveis pelas continuidades e rupturas presentes no sistema da agricultura familiar¹. Para tanto, considera fundamental o entendimento sobre as formas de produzir e trabalhar, as práticas de sociabilidade e os traços culturais dos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, constituídos pelo processo de colonização. Nesse sentido, entende-se que um sistema agrário colonial persiste combinado com um sistema agrário moderno na conformação do espaço da agricultura familiar no município de Lajeado - RS.

Em estudos anteriores abordou-se a temática das estratégias de reprodução dos agricultores familiares do município de Lajeado, na busca da compreensão das atividades desempenhadas pelos agricultores que visam a sua manutenção social e econômica em um município com uma área rural bastante restrita, como é o caso de Lajeado – RS². Também foi realizado estudo que buscou compreender a formação do sistema agrário presente na realidade local³. No intuito de aprofundar estas temáticas na escala municipal, o presente estudo propõe o resgate histórico da conformação do sistema agrário colonial e da absorção da modernização no campo, na tentativa de identificar as continuidades e rupturas dos sistemas agrários colonial

¹ Segundo Carneiro (1999, p.329) apesar das diferentes definições existe um consenso que “por agricultura familiar entende-se, em termos gerais, uma unidade de produção onde trabalho, terra e família estão intimamente relacionados”.

² FRANZ, Juliana Cristina. **As configurações do rural e do urbano: rupturas e permanências na agricultura familiar do município de Lajeado**. 2013. 79 f. Monografia (Curso de Geografia Bacharelado) Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

³ FRANZ, Juliana Cristina. **Do sistema agrário colonial ao sistema agrário moderno: rupturas e permanências na agricultura familiar do município de Lajeado**. 2014. 84 f. Monografia (Curso de Geografia Licenciatura) Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

e moderno, considerando suas diversas dimensões, como social, cultural, técnica, política, econômica e físico-natural.

O processo de colonização alemã no Rio Grande do Sul teve entre os principais fatores o interesse do governo imperial e provincial no povoamento das áreas meridionais, garantindo assim a posse do território ao sul do Brasil, que era constantemente ameaçado pelos espanhóis. Os imigrantes alemães desembarcaram vindos da Europa, em diversos períodos, os primeiros chegaram em 1824 no Vale do Rio dos Sinos, quando ainda não se tinha uma legislação específica para a imigração. (ROCHE, 1969a)

Os imigrantes alemães que se estabeleceram na Província do Rio Grande do Sul no século XIX localizaram-se nas áreas de florestas entre o litoral e o planalto, acompanhando os vales dos principais rios, como por exemplo, Sinos, Jacuí, Taquari e Caí, muitas vezes, desde o curso inferior até as nascentes. E, foram imprimindo nestas regiões de colonização alemã a característica de pequenas propriedades policultoras. Ainda, pelo fato de estarem isoladas passaram a desenvolver um comércio de pequena escala local. (SEYFERTH, 1974)

Schneider (1996) ressalta que, desde o momento da chegada, os colonos imigrantes não se organizaram espacialmente e socialmente somente em torno da agricultura, assim, a agricultura familiar colonial combinava-se com o artesanato rural, o que garantiu a estes colonos a adoção de diversas estratégias para sua reprodução social, aliando diferentes atividades não agrícolas ao trabalho agrícola. O mesmo autor também aponta que esse modo de vida dos colonos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul se manteve inalterado por mais de um século, sendo que por volta de 1950 passou a se desarticular, principalmente, a partir do aprofundamento das relações entre o rural e o urbano.

Schneider (1996), ao analisar a pluriatividade na Colônia Velha⁴ (composta pelas microrregiões do Vale dos Sinos, Encosta da Serra, Vale do Caí e Vale do Taquari no Rio Grande do Sul), percebe que a industrialização difusa⁵ amplia o

⁴ É pertinente tomar como referência para este estudo o trabalho publicado por Schneider (1996) intitulado "Os Colonos da Indústria Calçadista: Expansão Industrial e as Transformações da Agricultura Familiar no Rio Grande do Sul", quando o autor caracteriza a região da Colônia Velha que é composta pelas microrregiões do Vale dos Sinos, Encosta da Serra, Vale do Caí e Vale do Taquari.

⁵ O processo de industrialização difusa ou descentralizada é um conceito que é utilizado por diversos estudiosos para compreender os processos de industrialização regionais, principalmente em países

mercado de trabalho e também cria novas formas de ocupação profissional, possibilitando, concomitantemente, “a reprodução da agricultura familiar (mediante o emprego dos colonos nas fábricas de calçados) e, de outro, a exploração da mais-valia e a acumulação de capital.” (SCHNEIDER, 1996, p.319).

Schneider (1999) realiza uma digressão sobre as origens do padrão agrícola moderno na agricultura familiar no Rio Grande do Sul através da introdução da sojicultura. E, no que concerne a região da Colônia Velha, ele considera que houve uma estagnação no que se refere à tecnificação e especialização num primeiro momento, pois o que prevaleceu com a expansão da modernização e da industrialização foi a intensificação da pluriatividade, ou seja, mudanças nas relações sociais de trabalho na agricultura, a partir da combinação de atividades agrícolas e não agrícolas.

No sistema colonial a venda (ou troca) do excedente agrícola era destinada, principalmente, para o comércio local, para as chamadas “vendas rurais”, que compravam os produtos rurais da colônia e os revendiam em Porto Alegre (capital do estado do Rio Grande do Sul). Em contrapartida, esses estabelecimentos comerciais vendiam os produtos manufaturados, como tecidos e produtos alimentares que não eram produzidos na Colônia, como o sal, açúcar, café, entre outros, os quais eram trazidos da capital. (ROCHE, 1969a)

Kautsky (1980) ao analisar a modernização da agricultura, no contexto da Alemanha do século XIX, percebe que o camponês se torna cada vez mais dependente do mercado, passando a comercializar seus produtos com os comerciantes e não mais direto ao consumidor. E, a modernização na agricultura também traz a redução da necessidade de mão de obra no desempenho das atividades no estabelecimento rural. As necessidades de consumo são ampliadas com o desenvolvimento das indústrias e do comércio, tanto no meio urbano quanto no meio rural, e se intensificam as relações campo-cidade.

Kautsky (1980) se refere como sendo o ponto de partida deste processo de mudança no campo, as transformações que a indústria e o comércio causaram

da Europa, como Itália, Portugal e Espanha (SCHNEIDER, 1999). “A ideia de dispersão ou difusão tem sua origem no próprio processo de desenvolvimento industrial, no qual ocorre a disseminação de atividades industriais, em geral de pequeno e médio porte, em espaços também ocupados por outras atividades econômicas, majoritariamente, a pequena agricultura” (REIS, 1985 *apud* SCHNEIDER, 1996).

sobre a pequena indústria doméstica dos camponeses. Entre os fatores que contribuíram para a disseminação de novas necessidades para o campo estão o “militarismo”⁶, isto é, os filhos iam para a cidade e criavam necessidades urbanas, ao retornarem para o campo já as tinham incorporadas no seu cotidiano doméstico. Outro fator é relativo ao sistema de comunicações, quando as ideias e os produtos da cidade são divulgados pelos meios de comunicação de massa e passam a ser ambicionados pelas famílias rurais. E, quanto mais este processo avança, maior a necessidade da família de dispor de renda monetária, até mesmo para suprir as necessidades básicas.

Ao longo do tempo, muitas das dinâmicas internas relacionadas a organização das famílias rurais foram alteradas, entretanto, práticas sociais, técnicas e produtivas vêm se mantendo como estratégias de reprodução desses agricultores.

A modernização da agricultura no Brasil ganhou força entre os agricultores familiares nos anos de 1970, e como decorrência possibilitou a formação de relações interssetoriais, representadas pelos complexos agroindustriais (CAI's). Esta interdependência das atividades agrárias em relação à indústria, responsável pelo progresso técnico que define o padrão tecnológico da agricultura, e também à agroindústria e aos supermercados que são responsáveis pela absorção da produção, acabam por impor exigências quanto a qualidade do produto e a escala de produção. (GRANDO; MERTZ, 2010)

No Rio Grande do Sul significativa parcela de pequenos produtores aderiu à integração agroindustrial (quer sejam empresas privadas, quer cooperativas), com destaque para os produtores de aves, suínos e leite, além dos [...] produtores de fumo, uva e de grãos, sobretudo trigo e soja. (GRANDO; MERTZ, 2010, p.104)

A integração aos complexos agroindustriais desencadeia certa especialização produtiva por parte dos agricultores – “[...] a agricultura de diversificada tende à especializada” (GRANDO; MERTZ, 2010, p.102). A integração é um processo seletivo, conseqüentemente, excludente, pois requer que a produção agrícola absorva as inovações tecnológicas voltadas à agricultura e, de certa forma, desarticula o sistema tradicional dos agricultores que consistia em associar a

⁶ Nesse caso, Kautsky se refere ao serviço militar a ser cumprido pelos jovens rurais, nas suas palavras: “O militarismo, que arrasta os filhos dos camponeses à cidade e os familiariza com as necessidades urbanas, facilitou prodigiosamente essa evolução” (KAUTSKY, 1980, p.31).

policultura à pequena produção de animais. Dessa forma, a produção passa do sistema simples de mercadoria para a integração e submissão ao modo de produção capitalista dominante. E, os agricultores familiares mostraram grande capacidade de se adaptar as diferentes situações. (GRANDO; MERTZ, 2010)

Grando e Mertz (2010) também apontam a especulação fundiária como outra face perversa do modelo de modernização implantado, em que as terras mais aptas à mecanização valorizaram e induziram os pequenos proprietários a se desfazer das suas propriedades. Por outro lado, Marafon (2015) considera que o desenvolvimento tecnológico permitiu melhoria nos meios de comunicação, como, nas estradas, na telefonia e meios de transporte e isso resultou no meio rural no crescimento de atividades não agrícolas, tornando o espaço rural mais complexo.

Em vista desses processos, o rural atual não se confunde mais com o agrícola. A expansão da urbanização, a industrialização difusa, o desenvolvimento turístico, a valorização da natureza, a existência de empreendimentos agrícolas em meio a áreas urbanas, e de moradores das zonas rurais trabalhando em zonas urbanas, são fatores que vêm caracterizar mudanças estruturais no rural brasileiro. (GRANDO; MERTZ, 2010)

A modernização da agricultura e o avanço industrial nas zonas rurais gaúchas foram os elementos que imprimiram transformações na agricultura familiar, gerando alterações: na estrutura social através da integração de uns e exclusão de outros agricultores ao modelo de desenvolvimento dominante; no modo de produzir através da imposição tecnológica da agroindústria; no modo de vida pelo acesso à sociedade do consumo; e na paisagem rural pelas novas formas de ocupação do espaço, pelas estradas, indústrias, turismo rural, entre outras. (GRANDO; MERTZ, 2010)

Em um contexto atual, sabe-se da importância que a categoria social da agricultura familiar ocupa no cenário social e econômico no Brasil, principalmente na produção de alimentos para os mercados locais e regionais, sendo responsável por garantir a segurança alimentar tanto para as populações do campo quanto da cidade. Diante disso, justifica-se esse estudo no sentido de compreender o processo histórico de formação do sistema colonial da agricultura familiar na escala local e regional, bem como, as transformações e a permanência desse sistema em um contexto de profundas mudanças nos contornos da urbanidade e da ruralidade. No

caso específico desta pesquisa, o município de Lajeado-RS, consideram-se as peculiaridades da constituição do urbano, por meio de normativas municipais, e as diferentes alternativas que os atores sociais adotam para se manterem ativos na agricultura na escala local.

Ressalta-se que para a ciência geográfica este trabalho justifica-se ao estudar a organização espacial de uma determinada área. E, especificamente para a área de investigação da geografia agrária, procura-se promover um debate acerca dos entraves e possibilidades de permanência da categoria social da agricultura familiar, considerando as especificidades do local. Por fim, para a autora deste trabalho, a escolha do tema está relacionada ao seu envolvimento pessoal com a realidade município estudado, por ter nascido no mesmo e por ser filha de agricultores familiares.

1.1 Problema de pesquisa

A partir de um recorte histórico, que inicia no ano de 1824 com o início da colonização alemã no Rio Grande do Sul até o presente, este estudo está alicerçado no seguinte questionamento: Considerando o sistema agrário estabelecido pelos imigrantes alemães no território gaúcho, ou seja, a agricultura colonial caracterizada por propriedades familiares policultoras, quais são os elementos desse sistema que persistem mesmo com o avanço do processo de modernização da agricultura? E, em um segundo momento questiona-se: como se organizam os sistemas agrários familiares no município de Lajeado-RS na atualidade?

O espaço rural⁷ é considerado híbrido por suas múltiplas funções, como a presença dos complexos agroindustriais, das atividades não-agrícolas, da manutenção do patrimônio cultural e natural e, principalmente, pela diversidade dos sujeitos sociais que criam conexões e interações espaciais. “Esses sujeitos participam de redes complexas e imprimem uma marca ao espaço rural. [...] As fronteiras entre o urbano e rural ficam cada vez mais difusas e complementares”. (MARAFON, 2015, p.33)

⁷ “Espaço rural é uma forma de organização, e o fato agrícola é uma especificidade do rural [...]. De uma parte, a agricultura é uma atividade especificamente rural; de outra, o uso produtivo do espaço rural reserva ainda um lugar preponderante à agricultura.” (TEIXEIRA; LAGES, 1997, p.28)

Assim, entende-se que o espaço rural não se restringe somente à atividade agrícola, e nem necessariamente esta é a atividade predominante, reforçando a noção de hibridez do espaço rural, com o aumento da dimensão não-agrícola, muitas vezes, associada com a noção de patrimônio e com a re-naturalização da paisagem – conservação e proteção de patrimônios históricos e culturais, resgate da memória e identidade, mas também, da mercantilização das paisagens por meio do turismo e lazer. (MARAFON, 2015)

A fim de aprofundar o entendimento sobre a realidade da agricultura familiar no município de Lajeado – RS a presente pesquisa se configura em um estudo de caso que considera as propriedades familiares de origem colonial alemã do município como objeto de investigação. Neste município as peculiaridades que concernem à normatização da área urbana geram um estrangulamento da área rural. Os espaços, urbano e rural, passam a se confundir de certa maneira no município, pois com a restrição normativa da delimitação do espaço rural, algumas propriedades passam a se reproduzir no espaço definido normativamente como urbano.

Diante desse cenário, a fim de continuarem se reproduzindo como agricultores familiares, apesar das restrições impostas a novos empreendimentos rurais, e do efeito da especulação imobiliária pela valorização dos seus lotes, os agricultores buscam desenvolver diferentes estratégias para se manter ativos no contexto social e econômico do município.

1.2 Objetivos

1.2.1 GERAL

- Compreender a organização e reprodução da agricultura familiar no município de Lajeado- RS, a partir das continuidades e rupturas nos sistemas agrários locais.

1.2.2 ESPECÍFICOS

- Analisar o processo de imigração e colonização alemã no RS;
- Compreender os elementos que conformam o processo histórico-espacial do sistema agrário colonial;
- Apresentar as características do processo de modernização na formação do sistema agrário moderno;
- Entender as relações entre o sistema da agricultura colonial e o sistema da agricultura moderna, a partir de elementos de continuidades e rupturas;
- Caracterizar os sistemas sociocultural, técnico e de produção presentes na organização atual da agricultura familiar, na escala local.

1.3 Caracterização do campo empírico⁸

O presente estudo toma como recorte territorial o município de Lajeado, situado na Mesorregião Centro-Oriental do Rio Grande do Sul, isto é, na porção centro-leste deste estado. E, faz parte da microrregião do Vale do Taquari. A localização do município está entre as coordenadas de 29° 24' 06" e 29° 29' 52" de latitude sul e 51° 55' 06" e 52° 06' 42" de longitude oeste, abrangendo uma área total de 90,14 km², conforme figura 1. (Prefeitura Municipal de Lajeado, 2012).

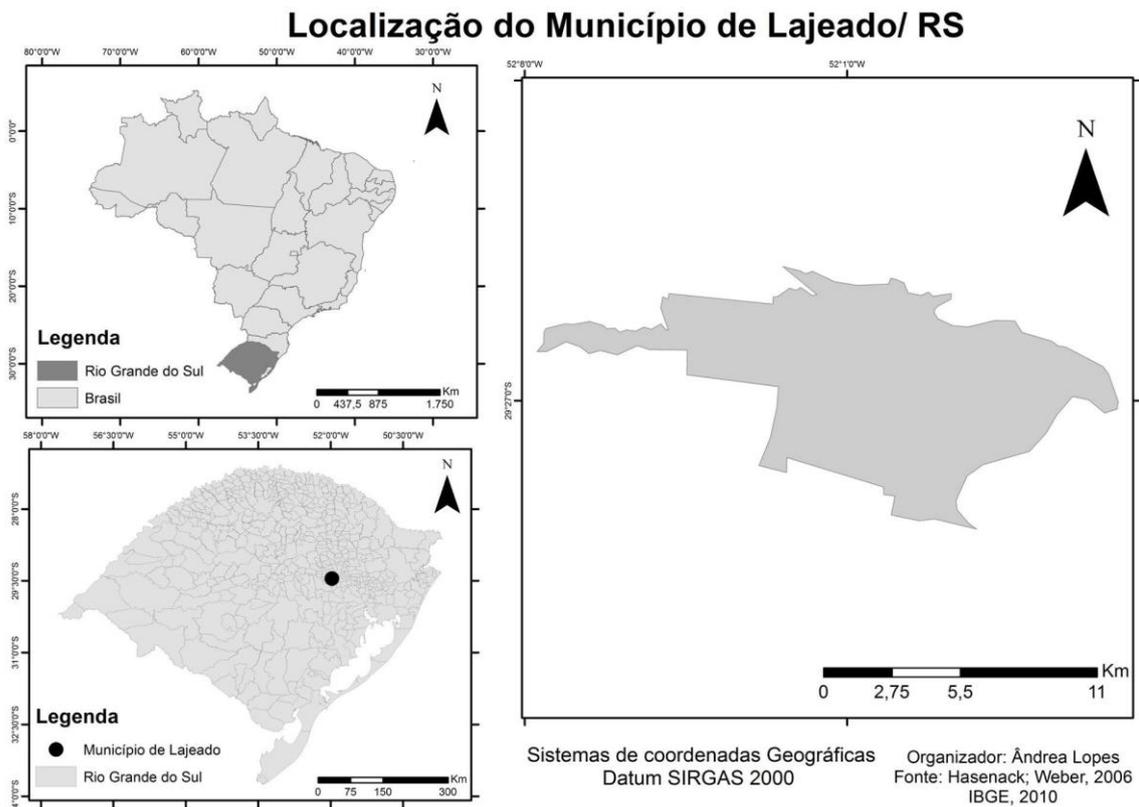
O município de Lajeado configura parte da área denominada de "Colônia Velha". A terminologia Colônia Velha refere-se à região que foi primeiramente colonizada pelos imigrantes europeus, mais especificamente pelos alemães no Rio Grande do Sul. Essa região representa a chamada zona pioneira⁹ na constituição da agricultura familiar por colonos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, a qual imprimiu características específicas no espaço, como a configuração de pequenas

⁸ Parte desta seção sobre a caracterização do município de Lajeado foi apresentado anteriormente em FRANZ, Juliana Cristina. **As configurações do rural e do urbano**: rupturas e permanências na agricultura familiar do município de Lajeado. 2013. 79 f. Monografia (Curso de Geografia Bacharelado) Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

⁹ Segundo Waibel (1979) a zona pioneira é definida como sendo não apenas a expansão do povoamento espacialmente, mas também pela intensificação e criação de novos e mais elevados padrões de vida. Ver mais no capítulo 4 desta dissertação.

propriedades policultoras com o uso de mão de obra familiar (ROCHE, 1969a; SCHNEIDER, 1996).

Figura 1: Mapa de Localização do Estado do Rio Grande do Sul e do município de Lajeado



Fonte: Hasenack; Weber (2006); IBGE (2010), Organizado por Ândrea Lopes (2016).

Lajeado é considerado como o município polo do Vale do Taquari pela sua localização estratégica (acesso rodoviário, proximidade com o porto fluvial do Rio Taquari) e pela diversidade de atividades comerciais e industriais. Esses fatores, em conjunto, atuam como atrativo de mão de obra oriunda de municípios vizinhos, ou seja, trabalhadores buscam oportunidades de emprego neste município. Lajeado está localizado a 117 km de Porto Alegre (capital do estado) e, atualmente, pode ser considerado um município predominantemente urbano, possuindo uma área rural restrita a uma localidade (FEE, 2009; IBGE, 2010).

A dimensão territorial do município de Lajeado, na época de sua emancipação (1891) era de aproximadamente 3.500 Km² (FALEIRO, 1996), muito superior a área

atual que é de 90,4 km², ou seja, atualmente o município é 3% do território original. Com o passar dos anos, gradativamente, os distritos começaram a se desmembrar por meio das emancipações municipais. De 1915 a 1963, três distritos se desmembraram e formaram três novos municípios. E, a partir de 1987, mais dez distritos municipais se desmembraram de Lajeado formando sete novos municípios, o que foi fator determinante para dimensionar a área territorial atual do município de Lajeado. Sucintamente, em 1906, Guaporé emancipou-se de Lajeado, em 1915 o município de Encantado se formou, este que se emancipou parte do município de Lajeado e outra de Soledade. Em 1934 emancipou-se de Lajeado Arroio do Meio, em 1963, Cruzeiro do Sul. E de 1987 até meados da década de 90 ainda se emanciparam mais dez distritos que formaram sete municípios, sendo, Boqueirão do Leão, Progresso, Santa Clara do Sul, Sério, Marques de Souza, Forquetinha e Canudos do Vale. (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2002).

A partir de dados do IBGE (2010), é possível verificar que os distritos emancipados de Lajeado, hoje municípios que se localizam em torno do município de origem, são em sua maioria prioritariamente rurais, com exceção de Encantado que teve sua emancipação no ano de 1915 e possui uma população rural de apenas 12,83%, e Arroio do Meio que se emancipou em 1934 e tem uma população rural de 21,93%.

Os demais municípios que tiveram o processo de emancipação mais tardiamente, pós 1960, possuem em média uma população rural de mais de 65%, e todos estes municípios tem uma população total inferior a 20.000 habitantes. (IBGE, 2010) Estes municípios comercializam produtos provenientes da agricultura com o município vizinho, Lajeado, isso tanto para o consumo da população local, quanto para o beneficiamento, tendo em vista a localização de grandes agroindústrias no município, inclusive exportando parte desta produção agroindustrial.

Ao tratar da dimensão territorial do município de Lajeado que, atualmente, restringe-se a 90,4 km² (FEE, 2011) e a densidade demográfica é elevada (797,7 hab/km²) em relação aos demais municípios do estado, sendo um município predominantemente urbano (IBGE, 2013). A área rural vem sendo urbanizada por meio de decisões político-administrativas da câmara de vereadores, corroboradas pelo poder executivo municipal, a fim de regularizar os loteamentos urbanos que já vinham se implantando, de maneira irregular, nestes locais, e também, como forma

de prever um crescimento estrutural da cidade de forma mais ordenada. Além disso, cabe ressaltar que as medidas adotadas pelo poder público municipal representam uma forma de garantir a integridade do território, tendo em vista os muitos distritos que já se emanciparam do referido município.

No quadro e gráfico a seguir (Quadro 1 e Gráfico 1) é possível observar o comportamento da população rural em relação à população urbana e em comparação com a população total do município de Lajeado. É interessante notar que a população total do município não apresentou um aumento significativo ao longo dos últimos 40 anos, entretanto, é preciso considerar que no período analisado, Lajeado perdeu uma área territorial considerável através das emancipações.

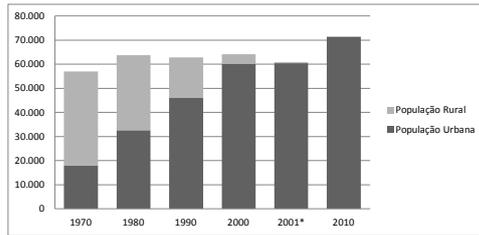
Quadro 1: População total, urbana e rural no município de Lajeado- de 1970 a 2010

Ano	Pop. Total	Pop. Urbana	Pop. Rural	% Pop. Urbana sobre a Pop. Total	% Crescimento da Pop. Urbana
1970	56.992	18.041	38.951	31,65	--
1980	63.739	32.559	31.180	51,08	80
1990	62.783	45.970	16.813	73,22	41
2000	64.133	60.189	3.944	93,85	31
2001*	60.876	60.452	424	99,30	1
2010	71.481	71.216	265	99,63	17

*Ano em que Lajeado passou a ser constituído na divisão territorial apenas pelo Distrito Sede (IBGE, 2007)

Fonte: IBGE, 2010.

Gráfico 1: População total, urbana e rural no município de Lajeado- de 1970 a 2010



*Ano em que Lajeado passou a ser constituído na divisão territorial apenas pelo Distrito Sede (IBGE, 2007)

Fonte: IBGE, 2010.

Segundo os dados apresentados pelo IBGE (2010), com base no Censo Demográfico, é possível verificar que de 1970 até o ano de 2010 o município de Lajeado apresentou uma significativa redução na população considerada rural. Enquanto que em 1970, 68,34% da população municipal era considerada rural, nos dias atuais apenas 0,37% da população é considerada rural, tendo 99,63% dos habitantes classificados como população urbana. Esses dados percentuais tomam como parâmetro metodológico para definição de população rural e urbana a localização do domicílio, adotado pelo IBGE (2003). A situação do domicílio é assim definida:

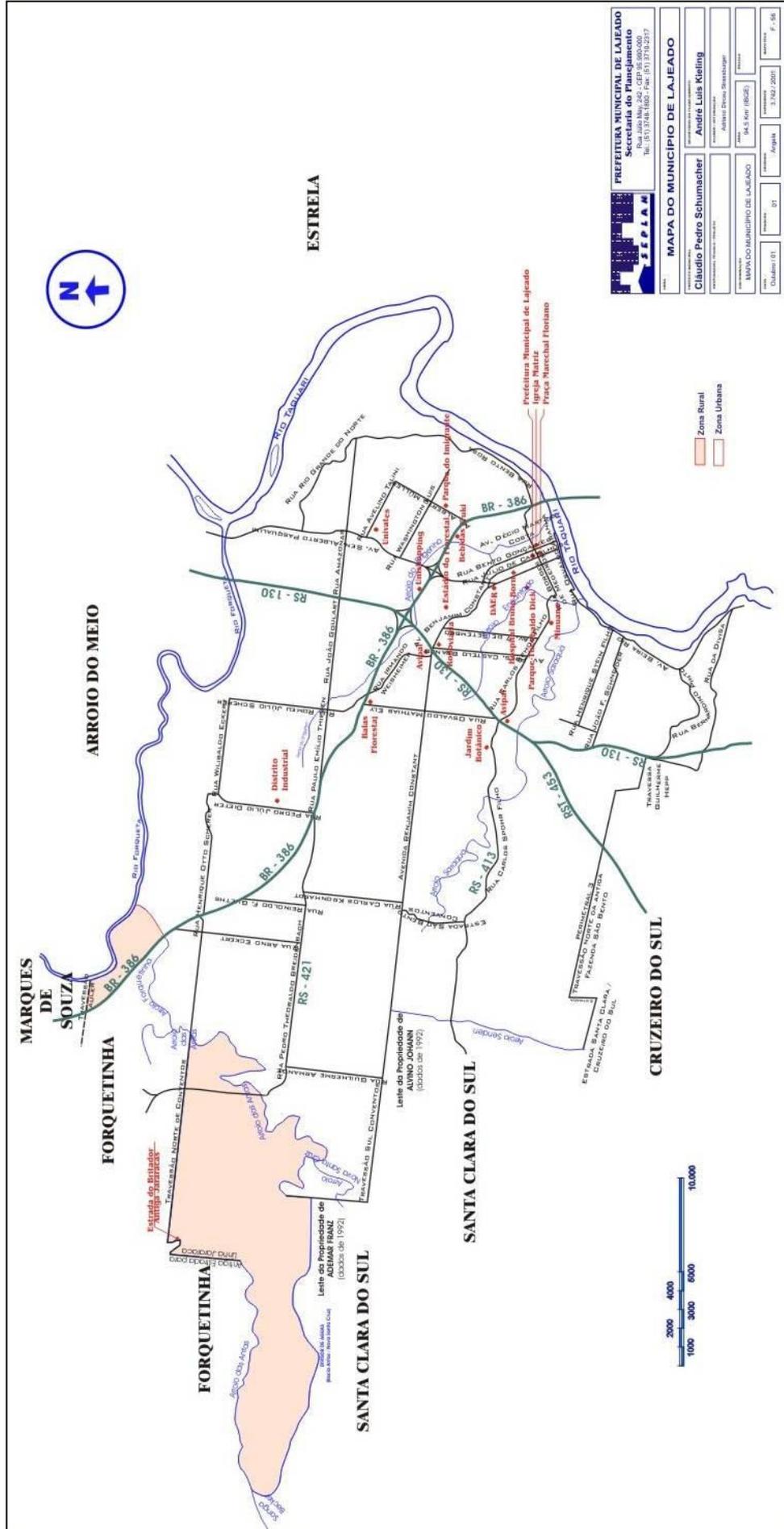
Segundo a localização do domicílio, a situação era urbana ou rural, conforme definida por lei municipal em vigor em 1º de agosto de 2000. Na situação urbana foram consideradas as áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrangeu toda a área situada fora desses limites, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos. (IBGE, 2003, p.236)

Lajeado apresenta como peculiaridade ser um município predominantemente urbano, com 89,1% do seu território definido normativamente como urbano,

conforme figura 2, e a grande maioria das propriedades rurais estão localizadas no perímetro considerado normativamente como urbano pela legislação municipal. Estes estabelecimentos, por sua vez, continuam a declarar o Imposto Territorial Rural (ITR), isso quando a área excede a um hectare, e é comprovado o desempenho de atividades agrícolas, conforme é previsto no Código Tributário Municipal. Mas, estas propriedades dividem e, por vezes, cedem espaço para as obras urbanas que vêm se instalando nas proximidades. Segundo o Censo de 2010 (IBGE), apenas 265 pessoas residiam na área rural, indicando que 99,6% da população lajeadense reside na área urbana. Os desmembramentos distritais foram fator determinante para dimensionar a área territorial atual do município de Lajeado em apenas 94,5 km²¹⁰. (Prefeitura Municipal de Lajeado, 2012)

¹⁰ Dado apresentado pela Prefeitura Municipal de Lajeado no Mapa de distinção de área urbana e rural do ano de 2001. Cabe ressaltar, que este dado não corresponde aos dados expostos pela FEE (2011), onde a área do município é de 90,4 Km² e nem com os dados do IBGE (2013) onde a área municipal é de 90,087km².

Figura 2: Mapa do município de Lajeado com a distinção da área urbana e rural



Fonte: Prefeitura Municipal de Lajeado – RS, 2012.

Segundo dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Lajeado (2009), o município possui uma estrutura fundiária de cerca de 400 pequenas propriedades, com área média de 10 hectares, e algumas dessas propriedades rurais estão situadas no perímetro normativamente determinado como urbano. Por outro lado, segundo dados estruturados da Prefeitura Municipal de Lajeado (2012) sobre o Censo Agropecuário de 2006, são apontados 632 estabelecimentos rurais no município, contabilizando inclusive os situados no perímetro urbano, totalizando 4.574 hectares. A Prefeitura Municipal também expõe que a mão de obra no meio rural não é abundante e aponta dois fatores principais para tal constatação, o alto índice de aposentados no meio rural (que pode chegar a 70%) e o fato da maioria dos jovens desempenharem atividades no meio urbano.

A fim de aprofundar o estudo sobre a agricultura familiar no município de Lajeado são apresentados a seguir os caminhos metodológicos adotados por esta investigação, partindo do método dos multiparadigmas que servirá de base para a elaboração de uma pesquisa qualitativa, a partir do estudo de caso.

2 METODOLOGIA: Os caminhos da investigação teórica e empírica

Com o intuito de aprofundar e definir o método e as metodologias que serão empregadas para a configuração da pesquisa parte-se da apresentação dos métodos científicos da atualidade, para as diferentes metodologias adotadas nos diferentes arranjos configurativos de cada método.

As fronteiras entre os métodos não são rígidas e existem sobreposições entre os mesmos, não sendo necessariamente excludente o uso de mais de um método ao longo do processo de investigação da realidade. Existe uma concepção errônea de que os métodos de pesquisa devem ser dispostos hierarquicamente, no momento em que cada método de pesquisa pode ser usado para as três finalidades da pesquisa: exploratória, descritiva e explanatória.

Na busca da distinção entre método e metodologia e a fim de compreender as terminologias e suas diferenças, Alves (2010), de forma sucinta, define o método como “um conjunto de procedimentos racionais, baseados em regras, que visam atingir um objetivo determinado” (ALVES, 2010, p.24). O mesmo autor expõe ainda que o método pode ser compreendido como a maneira de obter os resultados, isto é, o pensamento do pesquisador ser fundamentado por uma teoria, como por exemplo, a dialética, ou a hipotético-dedutiva, ou a fenomenológica, entre outras. Sucintamente, “método se sobrepõe à metodologia, uma vez que sugere um ‘caminho’ a ser trilhado e a metodologia estaria mais relacionada aos passos e aos meios pelos quais o ‘caminho’ seria percorrido”. (NASCIMENTO, 2008, p.150-1, grifos do autor).

A metodologia é mais uma preocupação instrumental, que trata dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos. É a organização da investigação para tornar o trabalho mais fácil e mais organizado.

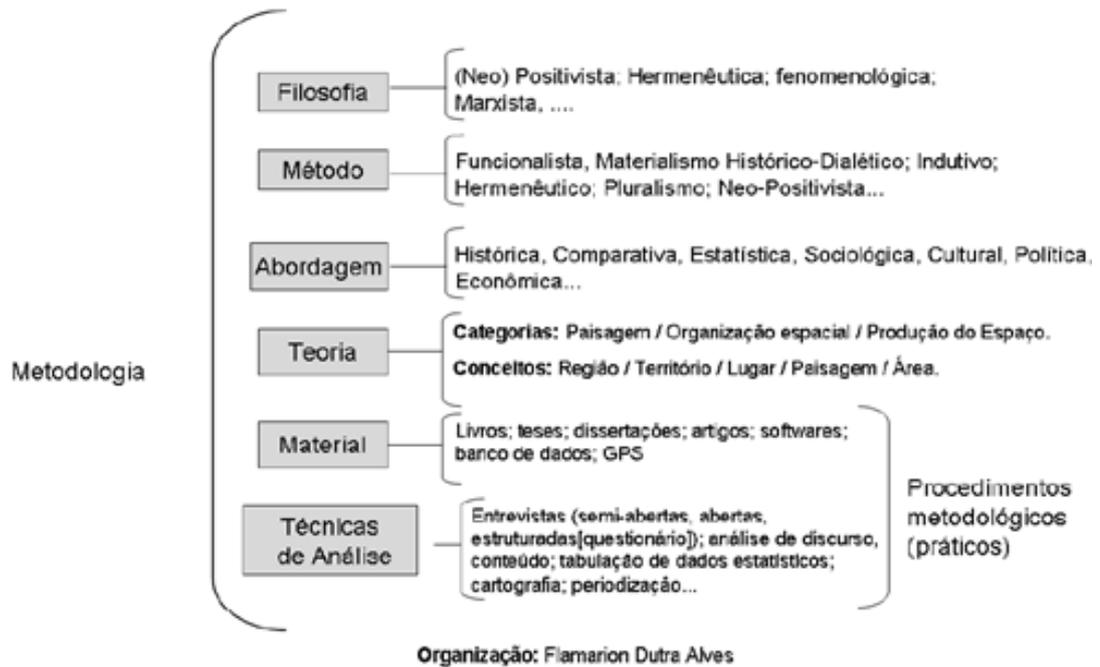
Com base nos estudos de Thomas Kuhn (1975), Alves (2010) busca compreender as mudanças no uso dos paradigmas científicos, enfocando especificamente as repercussões para os estudos em geografia agrária. O autor expõe que alterações nas bases teórico-metodológicas correspondem ao período de renovação da ciência, ou seja, a oportunidade para ampliar as ideias e os instrumentos postos para a investigação científica. Então, a ruptura de um paradigma se deve ao enfraquecimento teórico-metodológico do anterior em conjunto com as novas ideias que surgem através da combinação de pensamentos e metodologias, conforme expõe Alves (2010, p.28):

 Todavia, essa mudança de paradigma na geografia sempre traz uma perda significativa, pois os pesquisadores tendem a abandonar totalmente o conhecimento teórico-metodológico anterior, além de criar preconceitos com a utilização de termos ou referenciais teóricos de correntes de pensamento passadas.

É possível compreender que a ruptura com um paradigma de um período anterior nunca é completa, a nova formulação teórico-metodológico sempre carregará consigo a herança histórica precursora.

Alves (2010) faz um esquema na busca de uma síntese das diferentes etapas que compõem a metodologia (Figura 3):

Figura 3: Estrutura com elementos que compõem a Metodologia



Fonte: Alves, 2010, p.25.

A figura 3 apresenta os diferentes elementos que compõem a metodologia, e os primeiros itens desta estrutura (Filosofia e Método) são os subsídios para as suposições filosóficas e o embasamento epistemológico, formando as lentes teóricas para análise do objeto de estudo e servindo de orientação para a formação do paradigma científico. E, os demais elementos do esquema apresentados na figura 3 compõem a parte prática na pesquisa científica, considerando a abordagem a ser adotada, a categoria analítica de estudo e os procedimentos metodológicos que discriminam os materiais utilizados e as técnicas para desenvolver um estudo.

O domínio do conteúdo e das técnicas é importante para a construção do conhecimento. Para fazer ciência é necessário conhecer os instrumentos (técnicas) que constituem os procedimentos metodológicos para alcançar os resultados científicos. Os instrumentos são ferramentas que irão ajudar o pesquisador a definir se a pesquisa terá cunho qualitativo ou quantitativo. “O importante é a definição, pelo pesquisador, dos instrumentos (as técnicas) a serem utilizados para responder às indagações propostas em consonância com o método de interpretação” (PESSÔA, 2015, p.16)

2.1 Abordagem múltipla como método científico

Chizzotti (2003) entende que os pesquisadores ao optarem por realizar uma pesquisa com cunho qualitativo da realidade não tem a pretensão de furtar-se ao rigor e à objetividade, mas “reconhecem que a experiência humana não pode ser confinada aos métodos nomotéticos de analisá-la e descrevê-la”. (CHIZZOTTI, 2003, p.232)

Desta forma, esta pesquisa configura-se como um estudo qualitativo ancorado em multimétodos, isto é, será uma pesquisa que não prioriza o enquadramento em um método específico, mas busca apreender a realidade local por meio do uso dos multiparadigmas de análise. Pessoa (2015) também reflete acerca da dinamicidade da ciência e sobre a integração dos conhecimentos de diferentes áreas do saber:

A busca por ‘novos’ caminhos mostra que a ciência é dinâmica e que o conhecimento se produz a partir da interdisciplinaridade e multidisciplinaridade com as áreas afins. Essa integração entre diferentes conhecimentos possibilita criar saberes diferenciados e importantes para a construção do conhecimento. (PESSÔA, 2015, p.22)

A partir de década de 1990, tanto a transcrição objetiva da realidade quanto a posição social do pesquisador em relação ao objeto pesquisado são postas em jogo na cena da pesquisa. A mesma está marcada pela realidade social e as observações estão possuídas de uma teoria, o texto carrega uma posição no contexto político e a objetividade da pesquisa fica delimitada pelo comprometimento do pesquisador com sua realidade. “Desmistificar a neutralidade e apresentar os múltiplos focos de coerção e poder que uma investigação acurada descobre.” (CHIZZOTTI, 2003, p.231) Ou ainda, como expõe Nascimento (2008, p.148):

[...] a história da humanidade está estritamente associada à filosofia, pois cada um conta a história de acordo com a concepção de mundo que está inserido. Para Schaff, quem escreve a história assume uma posição em relação àquilo que fará parte da história contada por ele. A posição sobre os fatos é sua. O posicionamento sobre algo parte de uma concepção filosófica de algo.

Entretanto, Campos (2012) ressalta a necessidade de manter a objetividade para não “misturar” as impressões e julgamentos pessoais com os elementos que são pertinentes à pesquisa.

Minayo (2012) ainda acrescenta que a qualidade da análise depende da “arte”, da experiência e da capacidade de aprofundamento do pesquisador. “Fazer ciência é trabalhar simultaneamente com teoria, método e técnicas, numa perspectiva em que esse tripé se condicione mutuamente.” (MINAYO, 2012, p. 622)

2.1.1 PESQUISA QUALITATIVA: metodologia de abordagem

Minayo (2012) trata dos termos estruturantes de uma investigação qualitativa, em que aponta maior relevância para os verbos compreender e interpretar no processo de análise qualitativa de estudos com base empírica.

Pessôa (2015) busca estabelecer uma relação entre a geografia e a pesquisa qualitativa, e considera que a pesquisa qualitativa pode ser usada para estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e as relações estabelecidas entre eles, em diversos ambientes, visando a vertente interpretativa ou compreensiva. Na pesquisa qualitativa também é importante a delimitação de um recorte temporal e espacial.

Entende-se ainda que seja de responsabilidade do pesquisador estabelecer o caminho metodológico a ser seguido e o mesmo deve estar em consonância com seus princípios filosóficos e posturas frente à realidade em que vive. E, que o fazer pesquisa, sucintamente, pode ser definido como desenvolvimento de um conjunto de atividades orientadas para obtenção de um determinado conhecimento. (PESSÔA, 2015)

A concepção de ciência é mais abrangente, pois se refere à construção do conhecimento e a pesquisa pode ser considerada mais específica, como sendo um cerco em torno de uma problemática. A escolha do tema de uma pesquisa deve ser considerada, pois a relação que o pesquisador tem com o tema pode gerar um maior comprometimento. “[...] por mais que o pesquisador tenha clareza sobre este objeto, este será melhor compreendido a partir do momento que entrar em contato com as

problemáticas que possivelmente surgirão durante a investigação”. (NASCIMENTO, 2008, p. 150)

Minayo (2012) complementa afirmando que a investigação é a busca pela resposta da pergunta inicial:

Definir o objeto sob a forma de uma pergunta ou de uma sentença problematizadora e teorizá-lo [delineamento adequado no tempo e no espaço.] A definição de um objeto não reside na indagação em si, mas no seu esclarecimento e contextualização por meio da teorização que o torna um fato científico construído. (MINAYO, 2012, p.623)

Nesse sentido, a pesquisa sob o abrigo qualitativo pode utilizar diferentes técnicas, tais como: entrevista, observação participante, história de vida, testemunho, análise do discurso, estudo de caso. Porém, não é necessário usar uma única estratégia de pesquisa. (CHIZZOTTI, 2003)

2.1.2 ESTUDO DE CASO: a compreensão da realidade local

O estudo de caso é mais que uma escolha metodológica, ele é a escolha de um objeto a ser estudado. A escolha de um “caso” representativo ou peculiar torna possível uma investigação mais abrangente sobre determinada problemática. É pertinente usar estudo de caso, quando um caso é distinto de outros casos. E, é possível defender a relevância do caso, estimulando que façam outros estudos de caso. Busca o conhecimento do particular, são descritivos e buscam a totalidade. (NASCIMENTO, 2008)

O estudo de caso ganha ao oferecer um resultado mais detalhado sobre determinada realidade, ao mesmo tempo, que pode perder relevância do ponto de vista geral. A pesquisa é construída ao longo do seu desenvolvimento. O detalhamento que um estudo de caso tem, pode servir de subsídio para a tomada de decisões políticas acerca do problema pesquisado. (NASCIMENTO, 2008)

Campos (2012), ao tratar das características qualitativas de um estudo de caso, aponta que esse deve proporcionar descobertas, bem como, deve ser eficaz, isto é, estar embasado em um referencial teórico e em planejamento detalhado, baseado em protocolo rigoroso, tanto para coleta de dados, quanto para a

interpretação dos mesmos. Assim, o estudo de caso deve ter concisão e brevidade atreladas ao rigor científico. E, os dados coletados devem responder as questões de pesquisa e ao mesmo tempo ter uma plataforma teórica sólida. Na tentativa de responder o que é o estudo de caso Campos (2012, p.166) sintetiza:

[...] uma investigação empírica que se ocupa de fenômenos contemporâneos dentro de seu contexto de vida real em que esses ocorrem, é suportado por uma plataforma teórica e busca apreender a totalidade de uma situação – normalmente complexa, que envolve diversas dimensões – e que requer, em face disso, profundidade e coleta de múltiplos dados e evidências para o encaminhamento de conclusões ou para construir uma teoria que o explique.

Assim, os critérios que tornam o caso “um caso” para o estudo de caso, é ele ser dotado de peculiaridades. Ou ainda, Alves-Mazzotti (2006, p.650) considera importante a existência de critérios explícitos para a seleção de um caso, para “que este seja realmente um ‘caso’, isto é, uma situação complexa e/ou intrigante, cuja relevância justifique o esforço de compreensão.”

[...] o estudo de caso qualitativo constitui uma investigação de uma unidade específica, situada em seu contexto, selecionada segundo critérios predeterminados e, utilizando múltiplas fontes de dados, que se propõe a oferecer uma visão holística do fenômeno estudado. (ALVES-MAZZOTTI, 2006, p.650)

Os métodos de investigação de um estudo de caso podem ser os mais variados, mas o caso deve ser uma unidade específica, um sistema delimitado cujas partes são integradas, e nem sempre é fácil determinar onde termina o indivíduo e onde começa o contexto. Um sistema deve ser delimitado, mas não pode deixar de considerar as influências de diferentes contextos que se ligam a ele, como, contexto físico, sociocultural, histórico, econômico, na realidade a qual está inserida. (ALVES-MAZZOTTI, 2006)

Para Yin (2010), predominam questões do tipo como e por que, pois se referem a relações complexas, sobre as quais o pesquisador tem pouco controle; são referidas a um dado contexto, portanto, as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes.

A extensão de controle que um investigador tem sobre os eventos comportamentais reais, no estudo de caso, não exige controle dos eventos

comportamentais, e o grau maior de enfoque é sobre eventos contemporâneos. Isto é, o estudo de caso é preferido no exame de eventos contemporâneos, mas quando os comportamentos relevantes não podem ser manipulados. O estudo de caso conta com muitas das mesmas técnicas da pesquisa histórica, mas adiciona duas fontes, que são: a observação direta dos eventos e entrevistas das pessoas envolvidas. Sucintamente, pode-se definir o estudo de caso como um estudo aprofundado do fenômeno no contexto social e suas interconexões, trabalhando a subjetividade na busca do conhecimento científico para buscar construções e replicações teóricas acerca da realidade. (YIN, 2010)

Kich e Pereira (2013) propõem a observação de alguns passos para o estudo de caso: primeiro, escolher uma unidade de análise, um caso específico no qual o pesquisador procurará a melhor forma de explicar determinado fenômeno. Segundo, rever a literatura, levar em consideração a produção anterior sobre o tema, antes de iniciar o estudo. Terceiro, conduzir a coleta de dados, são várias as fontes de coleta que podem ser utilizadas, arquivos, entrevistas, observação direta ou participante, e antes de ir a campo é importante conhecer um pouco da história do “caso” a ser estudado. Quarto e último passo, a análise dos dados, que primeiramente são tabulados “crus” para então realizar-se a interpretação dos mesmos.

É importante a fundamentação teórica acerca da temática relacionada ao objeto de pesquisa. O levantamento de informações sobre a problemática de pesquisa é feito a *priori* para, posteriormente, realizar-se a pesquisa empírica, e o objeto de pesquisa é construído no próprio processo de pesquisa. Deve haver um planejamento para a realização da pesquisa, principalmente no que concerne a pesquisa que vai ser desenvolvida em campo, mas ao mesmo tempo deve haver flexibilidade, considerando uma série de possibilidades que podem ocorrer durante a pesquisa de campo. (NASCIMENTO, 2008)

Para Hespanhol (2015), o trabalho de campo na geografia possibilita uma aproximação entre a teoria e a realidade. A autora ainda complementa que a delimitação territorial é necessária para o trabalho de campo em geografia, assim como é preciso uma boa fundamentação teórico-metodológica que fundamente a pesquisa. Na atualidade, o trabalho de campo atrelado à teoria é essencial como procedimento de pesquisa na investigação científica, isso, considerando:

[...] a complexidade do mundo e da sociedade no período contemporâneo, em que a instantaneidade das informações possibilita rapidamente o 'acesso virtual' a diferentes lugares do mundo, o trabalho de campo por si só, sem a necessária reflexão teórica, já não é suficiente para desenvolver uma visão crítica da realidade pesquisada e, assim, possibilitar sua apreensão como parte de uma totalidade socioespacial. (HESPANHOL, 2015, p.56)

O trabalho de campo é uma das formas de apreensão do conhecimento. Além de observar com um olhar geográfico a realidade, devemos descrever o que foi visto em campo, ou seja, expressar a observação. E, o desafio é: “investigar e contribuir com o debate sobre as transformações socioespaciais que estão ocorrendo no campo brasileiro”. (MARAFON, 2015, p.36)

Quando bem planejado e articulado aos objetivos delineados no projeto de pesquisa, o trabalho de campo pode contribuir na apreensão de aspectos, fenômenos e/ou processos manifestados espacialmente numa dada localidade, mas, sobretudo, constituir-se numa rica experiência (em termos de contatos, de convívios e de trocas) de aprendizado com diferentes realidades sócio-espaciais. (HESPANHOL, 2015, p.56)

Além disso, é preciso delinear as estratégias de campo, as questões do roteiro devem guardar relação com o marco teórico, bem como, é interessante o uso de técnicas variadas de coleta de dados (MINAYO, 2012). A coleta de dados pode ocorrer através do estudo bibliográfico, da análise de relatórios, de entrevistas ou questionários com diferentes agentes, de fotos e imagens e entre outras fontes. (NASCIMENTO, 2008)

Ao estar em campo, é importante explicar para as pessoas a ser entrevistadas para que servem os questionários/entrevistas efetuadas, bem como, é imprescindível registrar todas as informações em uma caderneta de campo.

É necessário efetuar o registro das observações, das entrevistas e desenhos efetuados, pois afinal [...] – o pensamento é comum, mas o comentário é de cada um. [...] o diário de campo é mais que um simples registro de fatos, ele reflete a memória do pesquisador para que as informações sejam analisadas em profundidade. (MARAFON, 2015, p.34)

A pesquisa bibliográfica auxilia a entender melhor o tema a ser tratado e as abordagens teóricas sobre ele, inclusive na definição de atores relevantes para a fase de entrevistas. Estas servem para elucidar diferentes pontos de vista sobre o caso, reflexões e detalhes da história do caso, bem como garantir a veracidade e a

fidedignidade das informações. As entrevistas constituem a principal fonte de evidências de um estudo de caso. Elas podem ser estruturadas, isto é, com perguntas pré-formuladas e com respostas fechadas. Ou focadas, com perguntas previamente formuladas, ou ainda abertas. (GOMES, 2008)

A metodologia torna-se, nesse caso, um processo em construção durante a investigação. Assim, alguns procedimentos instrumentais como a coleta de dados e os agentes, que por ventura venham a ser investigados, farão parte apenas de um esboço do que se pretende pesquisar. (NASCIMENTO, 2008, p.159-60)

O estudo de caso exige diversificação de métodos de coleta de dados, e o pesquisador deverá utilizar o maior número de informações relevantes sobre o objeto e buscar a variedade de informantes. A focalização é progressiva no estudo, o pesquisador mantém uma posição mais aberta no começo da pesquisa, já no decorrer aspectos específicos vão sendo aprofundados com a coleta e análise de dados. (NASCIMENTO, 2008)

Por outro lado, Nascimento (2008) alerta que novos aspectos a serem investigados podem aparecer ao longo da pesquisa, e isso exige flexibilidade por parte do pesquisador, pois podem aparecer questões que não estavam previstas no projeto, é preciso manter-se atento e sensível. Hespanhol (2015) também ressalta a importância de se ter a capacidade de lidar com imprevistos e procurar alternativas para conduzir a investigação de campo sem comprometer a mesma.

Na tentativa de sintetizar o significado do trabalho de campo Minayo (2012, p. 624) afirma que “ele vai além da contemplação da realidade, e que o investigador é um ator ativo tanto na interlocução com os atores, quanto na observação, pois ele indaga, interpreta e desenvolve um olhar crítico acerca da realidade.” E, a autora ainda ressalta a necessidade de investir na compreensão do material colhido em campo – valorizando-o no próprio trabalho. “Construir a tipificação do material recolhido no campo e fazer a transição entre a empiria e a elaboração teórica. [...] valorizar ao máximo os achados do campo.” (MINAYO, 2012, p.624)

É preciso definir uma ordem para a organização dos dados de observação e relatos de campo e criar subconjuntos para agrupar as homogeneidades e as diferenciações e fazer comparações entre os subconjuntos resultantes da análise dos dados de campo.

A interpretação deve ir além da fala dos entrevistados, deve surpreender a eles mesmos, pois não tinham consciência de tudo que seria possível compreender. “É importante que o autor inclua suas condições e suas dificuldades de interpretação, pois elas fazem parte da objetivação da realidade e de sua própria objetivação” (MINAYO, 2012, p.625)

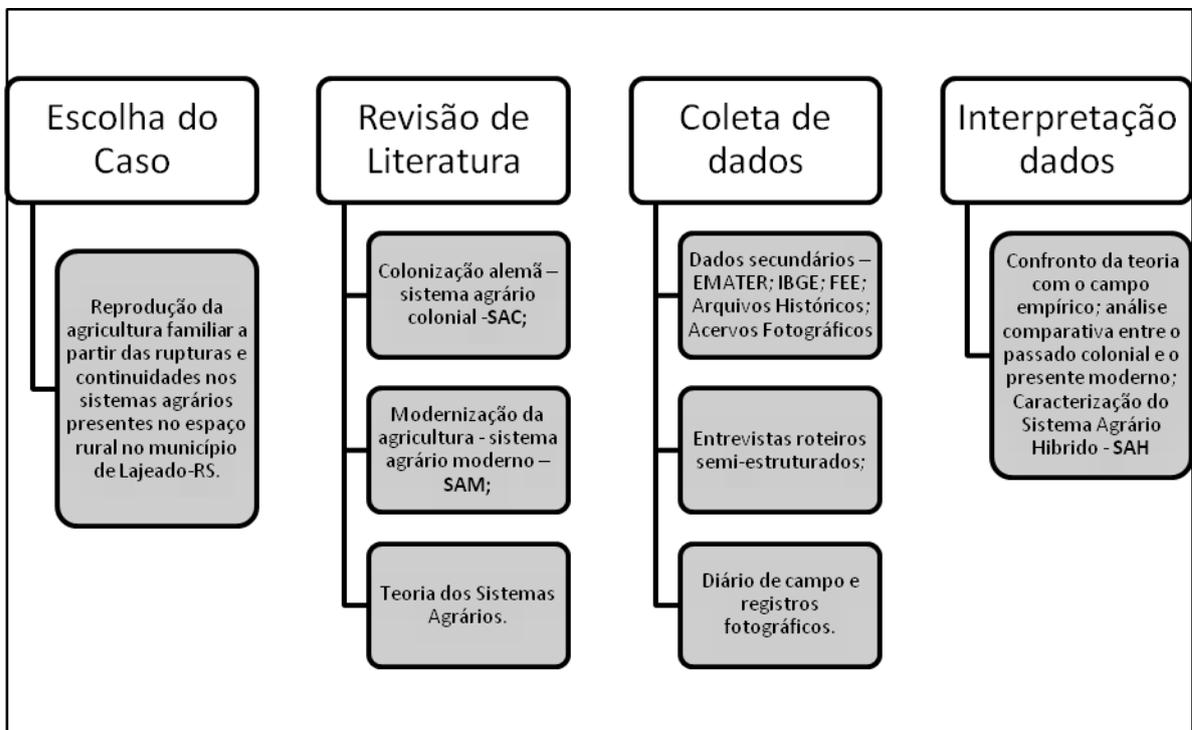
No intuito de aplicar os procedimentos previstos para a elaboração de um estudo de caso, nesta investigação em específico, o “caso” a ser estudado, é a reprodução da agricultura familiar diante das normatizações municipais, as quais vêm restringindo o espaço rural, no município de Lajeado – RS. Dessa forma, a problemática a ser estudada é a organização dos sistemas agrários familiares que combinam características do seu passado colonial com elementos da modernização da agricultura.

Após a revisão da literatura a cerca das temáticas da colonização alemã e da modernização da agricultura, mais especificamente no âmbito da agricultura familiar, foi realizada a coleta de dados da realidade empírica. Esta ocorreu por meio de fontes de dados secundários, como Prefeitura Municipal – Secretaria de Cultura, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE). E, também de fontes primárias, através de entrevistas com roteiros semi-estruturados com os agricultores familiares de Lajeado - RS. Além destas fontes de coleta de dados, também foi utilizado o diário de campo, onde foram feitos registros da observação direta da realidade, bem como, foram realizados registros fotográficos.

O roteiro das entrevistas foi elaborado com base na teoria acerca da temática dos sistemas agrários: colonial e moderno. O roteiro está estruturado em quatro blocos de questões com vistas a apreender a realidade local no que concerne aos quesitos da identificação do grupo familiar, das práticas de sociabilidade dos agricultores familiares, da caracterização da propriedade e da produção e dos elementos técnicos que definem o sistema colonial e moderno (Apêndice A). Foram realizadas 10 entrevistas e os critérios para seleção das propriedades é que fossem de agricultores familiares de origem colonial alemã e que estivessem localizadas em diferentes áreas geográficas do município (rural e urbano), buscando a diversidade das formas de reprodução da agricultura familiar.

E, por fim, fez-se a análise e interpretação dos dados coletados em campo atrelados aos conhecimentos teóricos vistos *a priori* para a geração do presente texto. A interpretação dos dados coletados em campo aconteceu ao longo da redação da dissertação, ou seja, os dados foram conectados com a teoria acerca da temática, visando dessa forma um aprofundamento do conhecimento na escala do local. Na figura 4 é apresentada uma estrutura síntese das etapas que compõem o estudo de caso.

Figura 4: Estrutura síntese das etapas que configuram o estudo de caso



Fonte: A autora, 2015.

2.2 As categorias analíticas: os sistemas agrários, o espaço geográfico e as continuidades e rupturas

No intuito de conciliar os estudos dos aspectos espaciais com os aspectos temporais para compreender a situação atual, adota-se a concepção analítica dos sistemas agrários. Miguel, Mazoyer e Roudart (2009, p.19) expõem: “Essa concepção, oriunda da ciência geográfica, considera o sistema agrário como sendo um objeto de análise e observação que é o produto das relações, em dado momento e em dado território, de uma sociedade rural com seu meio”.

Evidencia-se que a compreensão das dinâmicas agrícolas e agrárias passa, necessariamente, por um conhecimento aprofundado e sistemático do processo evolutivo e do contexto histórico onde operam e se articulam as sociedades agrárias. Nesse sentido, a compreensão do processo de formatação de uma agricultura exige uma considerável apreensão das particularidades relacionadas a seus aspectos intrínsecos ou internos (condicionantes ambientais, estrutura social, mercado, conhecimento técnico, etc.) e externos (economia nacional, sistema político, relações de troca, inserção internacional, etc.). (MIGUEL; MAZOYER; ROUDART, 2009, p.20)

Justifica-se a utilização da abordagem sistêmica nos estudos rurais pela complexidade e diversidade das relações da agricultura; pelas diferenças e semelhanças entre os tipos de agricultura e pela necessidade de explicar as origens, as transformações e o papel da agricultura para o homem nos diferentes tempos. Além de também constituir um corpo de conhecimento conceitual, teórico e metodológico para possíveis intervenções nas questões inerentes ao desenvolvimento agrícola. (MIGUEL; MAZOYER; ROUDART, 2009)

É importante ressaltar que o enfoque sistêmico considera a agricultura de forma mais abrangente, não considerando apenas as atividades e fatores produtivos, é um sistema organizado em torno de interações entre os diversos componentes, conforme expõem os autores Miguel, Mazoyer e Roudart (2009) o enfoque dos sistemas agrários requer:

[...] um sistema organizado em torno de interações entre seus múltiplos componentes. - **Análise dinâmica e histórica:** evidencia os aspectos contraditórios do processo de desenvolvimento, abordando os processos históricos e a evolução de suas condições de existência ("temporalidade"). - **Materialidade espacial:** demonstra a necessidade de utilização de categorias de análise próprias da Geografia, como paisagem e espaço, para delimitar os objetos de estudo e análise. - **Estrutura social:** demonstra a necessidade de se evidenciar e explicitarem as relações sociais e as lógicas de funcionamento predominantes e hegemônicas. - **Estrutura produtiva:** requer a caracterização e a avaliação dos processos produtivos, em especial do ponto de vista agrônomo. (MIGUEL; MAZOYER; ROUDART, 2009, p.22, grifos do autor)

Considera-se, neste estudo, que o estabelecimento agrícola familiar pode ser entendido como um sistema básico de análise, entretanto, diverso e dotado de relações/interações, endógenas e exógenas, em que o produtor, sua unidade de produção e sua família constituem as partes centrais da investigação. A teoria sistêmica será empregada com o intuito de compreender a realidade agrária e as

dinâmicas no espaço agrário, esta considera os elementos socioprodutivos para a compreensão do interior dos estabelecimentos rurais, e para uma análise em escala mais ampla ela alia a compreensão do contexto histórico. (DINIZ, 1984)

Para Diniz (1984), a abordagem sistêmica teve aceitação na geografia agrária por permitir uma melhor explicação do dinamismo da agricultura e das relações dos elementos ao longo do tempo, além disso, a agricultura é entendida como um sistema que é subdividido em subsistemas: “social, funcional e de produção; onde o primeiro permite a caracterização do operador, o segundo engloba os mecanismos de transformação, e o terceiro é, essencialmente, o *output* e objetivo do sistema” (DINIZ, 1984, p.57).

Mertz (2004) apresenta o sistema agrário enquanto conceito e, segundo a autora, com o objetivo de:

[...] criar um corpo de conhecimentos capaz de se constituir numa base conceitual teórica e metodológica a quem quer que tenha por objetivo intervir no desenvolvimento social e, o que nos interessa aqui particularmente, com o intuito de auxiliar a pesquisa sobre o desenvolvimento da agricultura através da História. (MERTZ, 2004, p.279)

Com um enfoque histórico, o sistema agrário visa compreender a organização da agricultura num determinado recorte espacial, considerando os procedimentos postos em prática pelos agricultores a partir dos fatores sociais, políticos e econômicos. Sucintamente, o sistema agrário pode ser resumido como sendo uma “representação teórica de um tipo de agricultura historicamente construído e geograficamente localizado”. (MERTZ, 2004, p.279)

Os estudos que tomam os sistemas agrários como instrumental consistem em uma análise da evolução histórica e da diferenciação geográfica da agricultura. A interação do meio físico com o meio humano e a organização social e os meios técnicos regulam o funcionamento do sistema e o enfoque é compreender as práticas sociais, econômicas e técnicas utilizadas na exploração do meio. “O modo de exploração do meio resulta de um processo de adaptação histórica: adaptação às modificações do meio físico, adaptação às transformações sociais, técnicas e econômicas.” (GRANDO; MERTZ, 2010, p.113)

Os sistemas agrários com base na agricultura familiar são os mais dinâmicos tanto socialmente quanto economicamente e Grando e Mertz (2010) ainda ressaltam:

[...] a abordagem sistêmica tem como proposta uma metodologia integradora da compreensão da realidade, com vistas a definir estratégias de desenvolvimento sustentável, que supera os enfoques setoriais tradicionalmente utilizados para a apreensão da agricultura familiar. Para Castro, todas essas correntes têm em comum, grosso modo, uma oposição às explorações monoculturais, ou seja, à simplificação dos sistemas de produção decorrente da agricultura dita moderna, e preconizam, além da diversificação, a interação das atividades animais, vegetais e florestais. (GRANDO; MERTZ, 2010, p.118)

Outra categoria analítica utilizada para desenvolver esta pesquisa é o espaço geográfico. A geografia toma a sociedade como objeto de estudo e, a partir da relação sociedade e natureza, busca compreender a organização socioespacial em diversas escalas de análise, desde a local até a mundial. Ou seja, a geografia estuda o espaço que impõe a sua realidade, na qual a sociedade opera. Assim, nas palavras de Santos (1985):

[...] para estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para a nossa compreensão da produção de espaço. (SANTOS, 1985, p.49)

Santos (1985) ainda é mais enfático ao escrever que a sociedade só se concretiza através do espaço e esse só é inteligível através da sociedade, sendo um fator social. Ou ainda, como expõe Corrêa (1995, p.25) “O espaço é o lócus da reprodução das relações sociais de produção”, ou seja, a reprodução da sociedade.

A organização espacial ou a sua evolução pode ser compreendida na sua totalidade através da compreensão da relação dialética entre as categorias analíticas do espaço, a saber: forma, função, estrutura e processo. Isso porque sempre que a sociedade sofre uma mudança, as formas assumem novas funções, e acaba se constituindo uma nova organização espacial. (SANTOS, 1985, 2004)

Ainda com base em Santos (2004), a forma é correspondente ao aspecto visível, a aparência do sistema de objetos; a função relaciona-se a atividade ou tarefa a ser desenvolvida pelo objeto criado, e este possui um aspecto exterior - a

forma. Existe uma relação direta entre forma e função, na qual determinada forma é criada para desempenhar uma ou mais funções e, conseqüentemente, não existe função sem uma forma correspondente, e essas duas categorias são responsáveis por espacializar as relações presentes na organização socioespacial.

Entretanto, a análise somente das duas categorias não é o suficiente para abarcar a realidade social e histórica. Para tal, considera-se também a estrutura que se refere à maneira como os objetos estão organizados, e de como se inter-relacionam, representando a natureza social e econômica de uma determinada sociedade em um momento do tempo. Já o processo pode ser definido como uma ação que se realiza continuamente que implica tempo e mudança, sendo uma estrutura em movimento de transformação. E, a partir da análise das quatro categorias analíticas em conjunto, é possível discutir os fenômenos espaciais em sua totalidade. (CORRÊA, 1990)

Na realidade, nenhuma das categorias pode existir separadamente; é a sua utilização combinada que pode nos fornecer um quadro da “totalidade em seu movimento” (SANTOS, 2004, p.56).

Santos (2004) ainda observa que através das categorias na análise do espaço, chega-se à imagem da seletividade histórica e geográfica que ocorre na distribuição sobre o espaço, correspondendo às necessidades sociais e às possibilidades em um determinado período histórico. Ao mesmo tempo, consideram-se as formas já existentes, portadoras de uma funcionalidade específica. Essa concepção converge para os conceitos de continuidades e rupturas adotados como categorias de análise nesse estudo. Nesse sentido, as dimensões que são enfocadas neste estudo são: “continuidades (permanências) e descontinuidades (mudanças) historicamente condicionadas, econômicas, políticas, culturais e ambientais.” (SAQUET, 2011, p.217)

Considerando a heterogeneidade presente em cada unidade de análise, esta é determinada pelas dimensões da economia, política, cultura e natureza como Saquet (2011, p.219) expõe: “pelas relações de totalidade, isto é, pelo processo histórico e geográfico de sua constituição, ou dito de outra maneira, por mudanças e permanências, por temporalidades e territorialidades que fazem parte do movimento geral de reprodução da sociedade e da natureza”.

Wanderley (2003) considera os pontos de rupturas e os elementos de continuidade da agricultura familiar. Para a autora o fundamento básico da tradição é a centralidade da família, pelas formas de produzir e pelo modo de vida, mas que devem se adaptar às condições modernas de produzir e de viver em sociedade, uma que vez, querendo ou não, estão inseridos no mercado moderno e recebem influência da chamada sociedade englobante. Assim, a autora propõe “considerar a capacidade de resistência e de adaptação dos agricultores aos novos contextos econômicos e sociais”. (2003, p.48)

Dessa forma, se objetiva a apreensão da heterogeneidade do espaço rural constituído a partir da imigração e colonização alemã, com enfoque na relação tempo-espaço. Para a análise empírica do agrário-rural é preciso considerar as relações econômicas, políticas, culturais e os processos naturais simultaneamente, isto é, neste caráter multidimensional. Conforme Saquet (2011, p.211) também preconiza, para estudar a questão agrária, esta precisa ser compreendida em conjunto com a questão urbana, “[...] como processos de contínuo movimento de continuidades e descontinuidades, saltos, superações.”

No intuito de apreender as “continuidades” no espaço rural onde a colonização alemã se territorializou no município de Lajeado/RS serão consideradas as tradições, as identidades, as permanências no tempo e no território deste processo histórico, considerando as materialidades e as imaterialidades. E, simultaneamente, serão consideradas também as “descontinuidades”, ou seja, as mudanças absorvidas pelos atores sociais em questão, em especial com o advento da modernização da agricultura. Caracterizando-se dessa forma como um processo histórico e geográfico.

Com vistas fornecer uma retrospectiva histórica sobre a organização da agricultura familiar no município de Lajeado – RS, o capítulo 3 apresenta uma revisão bibliográfica acerca da temática da colonização alemã no Brasil e mais especificamente no Rio Grande do Sul. A ênfase recai sobre os sistemas agrários desenvolvidos pelos colonos imigrantes, nos aspectos culturais, sociais e econômicos que vieram a configurar o seu modo de vida e o sistema agrário colonial propriamente dito.

3 A COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL

A análise da colonização alemã no Rio Grande do Sul adota, essencialmente, o ponto de vista geográfico, ressaltando as relações dos colonos imigrantes com o espaço, ao longo do tempo. Outros aspectos relacionados com a colonização, tais como a conjuntura política, jurídica, histórica, cultural, são mencionados apenas no que é pertinente à compreensão da conformação do sistema agrário, objeto de estudo desta dissertação. Apresenta-se uma análise cronológica, mas não apenas linear, ou seja, as interrupções no encadeamento dos fatos no tempo são necessárias para estabelecer cortes horizontais e verticais, que mostrem as conexões entre os processos.

Inicialmente, considera-se necessário estabelecer algumas premissas conceituais sobre alguns termos relacionados ao sistema agrário colonial. O termo “colonização europeia” refere-se “[...] aos processos pelos quais, durante cerca de 120 anos, uma classe de pequenos proprietários rurais de origem europeia está tomando posse de terras e estabelecendo comunidades próprias” (WAIBEL, 1979, p.226). Ou ainda,

Entendo por colonização europeia o estabelecimento de europeus em pequenos lotes de terra, que eles exploram sem auxílio de qualquer mão de obra estranha. Trata-se, portanto, da instalação de pequenas propriedades rurais do tipo europeu em solo brasileiro. (WAIBEL, 1979, p.315)

Tanto pelos atos administrativos, quanto pela imprensa, a colonização no século XIX é compreendida da seguinte maneira: “Colonizar é, de um lado,

introduzir, com novos habitantes mão de obra inexistente no lugar, e, de outro lado, empregá-la nos estabelecimentos agrícolas.” (ROCHE, 1969a, p.2)

Já no século XX, procurando uma nova definição jurídica do imigrante colono, “o legislador brasileiro adotava como critério a intenção manifestada pelo estrangeiro de estabelecer-se num ponto do território e nele exercer uma profissão, de preferência agrícola” (ROCHE, 1969a, p.3). Dessa forma, os órgãos controladores da imigração fizeram dela o ponto de partida para uma colonização da qual eram os tutores. Ou seja:

O emprego da palavra *colonização* pelos brasileiros não provém, pois, de uma confusão, mas de uma subordinação do imigrante à colonização, que é o fim dela. Falando de colonização alemã, entende-se a exploração de uma região, sob a direção do Governo Brasileiro, por mão de obra originária da Alemanha. (ROCHE, 1969a, p.3, grifos do autor)

O termo colono ou *kolonist* designa o homem que desbrava e cultiva a terra. E, estes ficaram reunidos em Colônias ou *Kolonie*, que no Brasil tem a acepção de lote ou estabelecimento rural. O conjunto destes formavam núcleos de povoamento homogêneos. Ou seja, “[...] os imigrantes alemães e seus descendentes constituíram colônias, isto é, grupos de estrangeiros, na região onde residiam, isolados pela língua, pela fidelidade às tradições da mãe-pátria e, por vezes, pela religião.” (ROCHE, 1969a, p.3)

Seyferth (1992) sintetiza a definição de colono que tem sua origem na administração colonial: “para o Estado, eram colonos todos aqueles que recebiam um lote de terras em áreas destinadas à colonização” (SEYFERTH, 1992, p. 80). Para esta autora (1992, p. 80), ainda o: “colono é a categoria designativa do camponês [...] e sua marca registrada é a posse de uma colônia [...] a pequena propriedade familiar”. Assim, no Sul do Brasil, reconhecem-se e são conhecidos como colonos, os agricultores descendentes de imigrantes europeus não portugueses que vivem e trabalham na terra em unidade de produção familiar.

A categoria “colono” está aqui sendo concebida na acepção de camponês ou, mais recentemente, de agricultor familiar. Grandó e Mertz (2010) analisam o trânsito histórico entre as categorias analíticas, ou seja, a expressão agricultores familiares é oriunda do meio acadêmico e também foi institucionalmente assimilada nas políticas públicas voltadas para este segmento social. Até a década de 1980, esta mesma

categoria social era denominada de pequeno produtor e, antes disso, até década de 1970, a nomenclatura utilizada era a de agricultura colonial. Nessa trajetória de mais de 190 anos (desde 1824 com a chegada dos primeiros imigrantes da Europa) a agricultura de caráter familiar vem sofrendo transformações, considerando que está submetida a uma diversidade de condições geográficas e históricas.

Para diferenciar, conceitualmente, os termos “colonização” e “imigração”, de forma sucinta, os dois tipos de imigração que ocorreram, quanto aos fins, quanto à iniciativa e quanto ao sistema de produção são distintos. No Sul o imigrante vinha para colonizar, estava de posse da terra imediatamente, e nela se fixava como pequeno proprietário rural. Em São Paulo, com a repressão do tráfico e a consequente escassez de mão de obra para a lavoura, a imigração se encaminhou de forma distinta, isto é, a pretensão não foi colonizar, e sim importar “braços para a lavoura”. Então, enquanto no Sul do Brasil se formaram núcleos coloniais de pequenos proprietários, em São Paulo formou-se um proletariado rural que vendia sua força de trabalho. (LANDO; BARROS, 1996)

A colonização que ocorre no Rio Grande do Sul é denominada de colonização “alemã” ou os colonos são denominados de “colonos alemães” tomando como referência autores como Seyferth (1974; 1990), Waibel (1979) e Roche (1969a; 1969b). Seyferth (1974, p.29) expõe a compreensão destas categorias, a qual é adotada nesta pesquisa:

Sob o rótulo de “colonos alemães”, englobamos todos os imigrantes de língua alemã, sejam eles provenientes da Alemanha, Áustria ou Polônia. Como área de “colonização alemã” consideramos aquelas regiões do sul do Brasil povoadas predominantemente com imigrantes de origem alemã, embora tenham recebido também colonos de outras origens, inclusive luso-brasileiros.

Sendo assim, o critério utilizado não é político-jurídico, consideram-se os povos falantes da língua alemã ou de seus dialetos, isto aliado com a questão territorial da localização dos ducados (Estados) que, posteriormente, virão a conformar a Alemanha.

3.1 A Emigração e a Imigração dos Colonos Alemães para o Rio Grande do Sul

Lando e Barros (1996) identificam que o início da imigração europeia foi em princípios do século XIX, quando pela primeira vez o país recebe corrente imigratória provinda de uma política intencional do governo imperial. Antes deste período têm-se poucos relatos sobre casos de imigração provocada por política oficial.

3.1.1 FATORES QUE MOTIVARAM A EMIGRAÇÃO ALEMÃ NO SÉCULO XIX

O histórico da emigração alemã no século XIX coincide com as grandes crises que antecedem a unificação da Alemanha sob a hegemonia da Prússia, a partir de 1871. A Revolução Francesa e o período de dominação francesa na Alemanha geraram uma série de reformas que tinham o intuito de beneficiar os camponeses, entretanto, apenas beneficiaram ainda mais os nobres, deixando a situação no campo completamente instável para os camponeses, podendo ser consideradas como as causas da emigração, as precárias condições de vida dos camponeses, principalmente na Prússia. (SEYFERTH, 1974)

Ao considerar a organização política da Alemanha no século XIX, Seyferth (1974, p.19) descreve como sendo “[...] um amontoado de pequenos Estados pobres e com sua economia baseada na agricultura. Três quartos da população alemã vivia em aldeias e pequenas cidades ligadas entre si por precárias vias de comunicação”. Lando e Barros (1996) também fazem uma caracterização de uma Alemanha agrícola e atrasada, dividida politicamente, e a Revolução Agrícola vem a acirrar a questão do excedente populacional dos camponeses (pequenos produtores).

Seyferth (1974) ao elencar os principais fatores que motivaram a emigração alemã no século XIX aponta a mecanização do campo como fator preponderante, máquinas diminuíram as tarefas do produtor rural, ocupando cada vez menos pessoas, como por exemplo, na atividade da debulha do milho, principal atividade do inverno, o uso das máquinas passou a ocupar um número menor de pessoas. A industrialização também competia com o trabalho artesanal do camponês, diminuindo assim o ganho suplementar da família. A Revolução Industrial que ocorreu por volta 1870 causou a desestruturação da indústria doméstica, ou seja, do

artesanato. (LANDO; BARROS, 1996). Além desses fatores, as reformas do sistema feudal podem ser consideradas como as principais responsáveis pelo êxodo rural na Alemanha (SEYFERTH, 1974).

No mesmo sentido, Pesavento (1996) aponta como uma das causas para a emigração alemã, foi a expansão do capitalismo, quando diz que:

Fenômeno iniciado no século XIX correspondeu, para os países de emigração, a um estágio de expansão do capital que trouxe, entre outros efeitos, a expulsão do camponês da terra e a destruição do pequeno artesanato, contrapartida da concentração dos meios produtivos. (PESAVENTO, 1996, p.156)

O excedente de mão de obra gerou forte tensão social, sendo de interesse dos governos europeus o envio dessas populações para o exterior. Na concepção dos governantes isso representaria um destino para os trabalhadores que não foram absorvidos pelo processo industrial e, ao mesmo tempo, representava a perspectiva de retorno de capitais pelos núcleos nacionais formados no exterior, através de ligações comerciais com a pátria de origem (PESAVENTO, 1996).

Moure (1996) complementa esta visão apresentando os fatores que objetivaram a emigração:

Ao longo do século XIX e no início do século XX, países europeus, em processo de concentração de capital, a fim de viabilizar a industrialização, com alta densidade demográfica e consequente número de desempregados, utilizaram a emigração como um dos meios de aliviar tensões sociais internas. Os emigrantes ainda seriam forte mercado das manufaturas de seus países de origem, ou capitalizadores de recursos possíveis de serem transferidos às suas terras natais posteriormente. (MOURE, 1996, p.94)

Além desses fatores, Seyferth (1974) também ressalta as pesadas taxas cobradas dos camponeses pelos Estados alemães, além da legislação sobre a herança da terra como causas importantes da emigração. O sistema de partilha dos bens igualmente entre todos os filhos tornava a pequena exploração camponesa improdutiva. Outro sistema de herança era o *Anerbenrecht*, que deixava as terras para o filho mais velho ou mais novo (variando com a região), o que também aumentava o número de camponeses sem terras, que necessitavam buscar emprego em outras propriedades rurais ou transferir-se para cidade.

Além dos camponeses e artesãos, havia pessoas forçadas a emigrar por razões estritamente políticas. Seyferth (1974) também faz uma compilação de relatos de pessoas sobre os fatores mais importantes para que a emigração alemã acontecesse tendo como destino o Brasil, e as principais causas elencadas são: escassez de terras; fragmentação das propriedades; o excesso de trabalho nas áreas industrializadas e os baixos salários pagos tanto aos operários quanto aos trabalhadores rurais; além da propaganda das companhias de colonização e de agentes de imigração do Brasil.

O que se conclui é que as causas da emigração são principalmente políticas e econômicas, além de estarem atreladas à propaganda por parte das companhias de colonização que tinham o intuito de atrair imigrantes, como foi o caso do Brasil (SEYFERTH, 1974). Essa propaganda se fazia em torno da concessão de terras no “Novo Mundo”, com a afirmação de que todos seriam proprietários, sem cogitar qualquer dificuldade que poderia vir a ser enfrentada. E, a propriedade da terra era um elemento indispensável para atrair imigrantes da Europa, tendo em vista que os camponeses se encontravam sob regimes semi-feudais e, geralmente, desprovidos da condição de proprietários legais da terra (SEYFERTH, 1990).

3.1.2 O CENÁRIO BRASILEIRO NA CHEGADA DOS IMIGRANTES

A imigração e colonização europeia não portuguesa, desde o princípio, não foi espontânea, ela foi organizada e planejada pelo governo imperial, após pelo provincial, ou até municipal e por companhias particulares, diferentemente do que ocorreu, por exemplo, nos Estados Unidos (WAIBEL, 1979). Após a chegada ao Brasil, a distribuição geográfica também não partiu do livre-arbítrio dos imigrantes, “eles estavam sujeitos à forma de localização em terras devolutas”. (SEYFERTH, 2009, p.47)

A vinda de imigrantes alemães para o Rio Grande do Sul esteve atrelada à política colonizadora do centro do país e não ao interesse da oligarquia regional gaúcha, tendo em vista que estes imigrantes não vieram para suprir a falta de escravos negros para trabalhar nas charqueadas rio-grandenses. (PESAVENTO, 1996)

A imigração no Brasil só poderia ter acontecido pela iniciativa e direção do governo imperial, tendo em vista que nos princípios do século XIX o cenário brasileiro quase não oferecia oportunidades aos imigrantes europeus que, ao chegarem ao Brasil, defrontavam-se com a prevalência da mão de obra servil¹¹, com a inexistência de mercados internos e de equipamento industrial, com a ausência de meios de comunicação e com a precariedade das terras devolutas. (ROCHE, 1969a)

Apesar dos condicionantes desfavoráveis, o governo imperial brasileiro considerou a imigração indispensável à ocupação do território nacional.

D. Pedro I anuncia que apelará para agricultores livres, brancos, mas não portugueses, pois que a instituição da escravatura degradou o trabalho manual aos olhos dos luso-brasileiros. Graças a esses *colonos*, regiões, até então desertas, foram exploradas. (ROCHE, 1969a, p.2, grifos do autor).

O mesmo autor ainda complementa, “Foi o Governo Brasileiro que atraiu os emigrantes europeus, oferecendo-lhes diversas vantagens em dinheiro ou em espécie. Por resolução imperial introduziu-se essa colonização.” (ROCHE, 1969a, p.93)

No recrutamento de imigrantes na Alemanha muitas promessas foram feitas, vantagens que estes receberiam ao vir para o Brasil, como pagamento da passagem pelo governo imperial, concessão de terras, subsídio diário em dinheiro no primeiro e segundo ano, dependendo do tamanho da família receberia certo número de bois, cavalos, etc. Além destas promessas, também se juntavam algumas que contrapunham aos preceitos da Constituição do país, como: concessão imediata da qualidade de cidadão brasileiro; liberdade de culto; isenção do pagamento de impostos por 10 anos, logo não poderiam ser efetivadas. (LANDO; BARROS, 1996)

Segundo Lando e Barros (1996), foi a decadência do sistema escravista que permitiu a expansão do fluxo migratório. No Rio Grande do Sul e Santa Catarina a

¹¹ Em 1808, a Corte Portuguesa transferiu-se para o Brasil e, conseqüentemente, ocorreu a abertura dos portos brasileiros para as “nações amigas”. A conquista do mercado brasileiro, historicamente, está compreendida no processo de expansão mercantil britânica, que buscava um mercado consumidor para os produtos manufaturados, tendo em vista que na Europa, neste período, havia o Bloqueio Continental interposto por Napoleão (França) o qual impedia o comércio das manufaturas britânicas. Foi pelas relações entre Portugal e Inglaterra que resultou a abertura dos portos para estabelecimento do monopólio comercial e, como consequência, o estímulo ao fim do sistema escravista vigente no Brasil para ampliar o mercado consumidor. Através de tratados a Inglaterra pressionou Portugal e, em 1850 foi decretado o fim do tráfico negreiro para o Brasil. (LANDO; BARROS, 1996)

mão de obra do imigrante destinou-se a locais onde a participação da mão de obra escrava era muito pequena ou inexistente. Enquanto que em São Paulo foi destinada para áreas em que o trabalho livre passou a substituir o trabalho escravo. A imigração, de uma forma geral, subordinava-se aos interesses da grande lavoura, os “braços livres” supriram os braços necessários na lavoura, principalmente nos cafezais, em substituição da mão de obra escrava. Em São Paulo, por exemplo, o imigrante geralmente já vinha contratado para o trabalho assalariado nas fazendas de café, onde dispunha apenas de uma pequena extensão de terra para cultivo próprio. E, os grandes proprietários eram contrários à política de colonização, a fim de impedir a competição com os latifúndios, e esta oposição foi forte o suficiente para evitar que os núcleos coloniais se localizassem na área de influência das grandes propriedades.

Pesavento (1996) também estabelece esta distinção entre a imigração alemã nos estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo. No primeiro caso, o estrangeiro foi assentado sobre terras virgens, que até então não haviam sido exploradas pelo latifúndio pecuarista, e a entrada do imigrante implicaria na abertura de estradas e conseqüente facilitação nas comunicações. Já em São Paulo, o imigrante foi designado à substituição da mão de obra escrava nas lavouras de café.

E isto explica por que a colonização estrangeira [...] só teve êxito no sul do Brasil e em especial no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Os grandes proprietários de terras destes Estados não desenvolviam culturas de latifúndio, mas sim se dedicavam a atividades de criação de gado. (LANDO; BARROS, 1996, p.20)

A atividade de criação de gado era voltada para o mercado interno, diferente das lavouras comerciais dos latifúndios no restante do país que visavam a exportação, o que justifica o receio dos grandes proprietários, de que os imigrantes se tornassem donos de área considerável de terras e estabelecessem concorrência no mercado internacional. Já os proprietários gaúchos, os estancieiros-charqueadores, não viam a imigração como forma de resolver a escassez da mão de obra. Eles temiam a abolição e a conseqüente retração do mercado consumidor, tendo em vista que o charque era o gênero básico na alimentação dos escravos, principalmente, no Brasil Central. Assim, a diferenciação da introdução do imigrante nos dois estados (Rio Grande do Sul e São Paulo) é compreendida de maneiras

diferentes, enquanto no primeiro se defendia a instituição da pequena propriedade, no segundo se reclamava a importação de mão de obra livre para a lavoura. (LANDO; BARROS, 1996)

A ação colonizadora do Governo Imperial [...] constituiu um dos elementos mais importantes de atração de imigrantes para o Brasil, além do financiamento do transporte marítimo do imigrante. Confirma este fato o desenvolvimento que teve a imigração para o Rio Grande do Sul, onde se efetuou a maior colonização oficial do país, que se iniciou com a fundação, em 1824, da Colônia de São Leopoldo. Saliente-se ainda que, com a colonização oficial, visava o Governo garantir a posse e exploração de regiões menos povoadas, conturbadas por questões de limites. Por outro lado, este sistema convinha às províncias, cuja produção era essencialmente a de gêneros alimentícios. (LANDO; BARROS, 1996, p.21)

Foi apenas a partir da independência do Brasil, em 1822, que se julgou necessário dar mais atenção às duas províncias localizadas mais ao sul, que estavam sujeitas ao ataque dos argentinos pelo sul e dos índios Botocudos pelo interior, pois estes dominavam as densas florestas. Estas áreas de mata estavam apenas ocupadas por alguns caminhos de boiadeiros e de tropas de gado. E, os brancos que percorriam estas estradas, geralmente, eram atacados pelos índios. (WAIBEL, 1979)

Com o intuito de eliminar ou reter o livre deslocamento dos indígenas o governo brasileiro resolve colonizar as áreas de matas, e assim estabeleceram-se as primeiras colônias alemãs no sul do Brasil na década de 1820, “todas em lugares onde os caminhos de tropa e de gado entravam e saíam da selva”. (WAIBEL, 1979, p.231)

O processo de colonização alemã no Rio Grande do Sul teve entre os principais fatores o interesse do governo imperial e provincial no povoamento das áreas meridionais, garantindo assim a posse do território ao sul do Brasil, que era constantemente ameaçado pelos espanhóis. Os primeiros chegaram em 1824 no Vale do Rio dos Sinos, quando ainda não se tinha uma legislação específica para a imigração (ROCHE, 1969a).

O Brasil precisava de um novo tipo de colonos, pequenos proprietários livres que cultivassem as terras de mata com o auxílio das respectivas famílias e que não estivessem interessados nem no trabalho escravo, nem na criação de gado. (WAIBEL, 1979, p.231)

Os primeiros imigrantes alemães que chegaram ao Rio Grande do Sul instalaram-se em terras não utilizadas pela pecuária sulina, Assim, não disputaram território com os estancieiros, nem tampouco tiveram interesses conflitantes. O que ocorreu foi um lento processo de trocas de produtos, de trabalho e até cultural entre estes dois grupos sociais. (MOURE, 1996)

As regiões onde os colonos se localizaram eram distantes das zonas de influência da lavoura de exportação, bem como, a política de colonização não visava reproduzir este tipo de agricultura, mas sim, estimular a produção de alimentos para o mercado interno. A estância no Rio Grande do Sul exigia grandes extensões de terras, relativamente pouco capital e reduzida mão de obra, se comparada com as lavouras de café de São Paulo, assim, o imigrante do Rio Grande do Sul não era visto como substituto da mão de obra escrava. (LANDO; BARROS, 1996)

Diante do exposto, no caso do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, nas zonas coloniais, a pequena propriedade não resulta somente do parcelamento da grande propriedade (nos casos da colonização privada). São vários os fatores que vem a consolidar a pequena propriedade rural no Rio Grande do Sul, tais como a necessidade de intensificar o povoamento nas zonas fronteiriças da Província, a estrutura do sistema de colonização oficial, concedendo vantagens à imigração estrangeira, com leis favoráveis a este processo, a ausência de competitividade entre as atividades desenvolvidas nas pequenas propriedades e no latifúndio, e a exigência de consumo nos centros urbanos, todos estes se constituem como fenômenos complementares na formação da pequena propriedade de caráter familiar. (LANDO; BARROS, 1996)

Do exame do Regulamento de 1900, observa-se que a política colonizadora da Província tinha, entre outras, as seguintes características: 1) evitar a concentração da propriedade, proibindo a concessão de mais de um lote à mesma pessoa e a transferência das glebas antes da totalização de seu pagamento; 2) as áreas concedidas deveriam ser efetivamente exploradas; 3) o colono deveria morar no seu lote de terra, explorando-o pessoalmente ou através da produção familiar. (LANDO; BARROS, 1996, p.22)

Moure (1996) também atrela o estímulo à vinda dos imigrantes alemães para o Rio Grande do Sul a ampliação do fornecimento de recursos materiais e humanos para os exércitos imperiais, para quando as intrigas com os países vizinhos platinos adquirissem maior intensidade. “A participação de imigrantes como soldados ou no

suprimento às tropas em guerra contra Oribes, Rosas e Solano Lopes justificou esta hipótese.” (MOURE, 1996, p.93)

O novo tipo de colono deveria ser tanto soldado quanto agricultor, para poder ao mesmo tempo defender sua terra e cultivá-la. Onde poderia ser encontrado esse tipo de colono? Na Europa, naturalmente, e especialmente na Europa Central, onde soldados desengajados dos exércitos de Napoleão e os camponeses pobres oprimidos estavam prontos a emigrar para qualquer país do mundo. (WAIBEL, 1979, p.231)

3.1.3 PERÍODOS DA POLÍTICA DE IMIGRAÇÃO ALEMÃ NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL

Moure (1996), ao estudar a imigração alemã no Rio Grande do Sul, expõe que a mesma é composta por três fases, considerando os diferentes períodos históricos: A primeira fase de 1824 a 1840: baseada em uma economia de subsistência, quando o governo brasileiro arcou com alguns subsídios para instalação dos imigrantes. A segunda fase de 1841 a 1870, quando é praticada a agricultura de subsistência com a produção de excedentes comercializáveis em troca de alguns produtos necessários ao consumo dos colonos. E, a terceira e última fase, compreende o período de 1871 a 1900, quando ocorre o surgimento de uma agricultura comercial especializada com ampliação do mercado consumidor dos produtos coloniais, não se restringindo apenas a Porto Alegre, mas abarcando o Centro do país (Quadro 2).

Quadro 2: Síntese da Periodização Política e Histórica da Colonização Alemã, segundo Moure (1996)

1ª fase (1824 – 1840)	Economia de subsistência; Subsídios governamentais para imigração/instalação;
2ª fase (1841 – 1870)	Agricultura de subsistência com produção de excedentes;
3ª fase (1871 – 1900)	Agricultura comercial especializada;

Fonte: Moure, 1996, Organizado pela autora, 2016.

Roche (1969a) subdivide a colonização alemã no Rio Grande do Sul em diferentes fases, com base em fatores distintos dos relacionados anteriormente. Ou

seja, a colonização alemã no Rio Grande do Sul é dividida em duas fases. A primeira fase de 1824 a 1889, sob o Império e a segunda fase a partir de 1890 quando a colonização passa para responsabilidade do governo provincial, e estas fases são subdivididas, sendo a primeira em três períodos (primeiro período: 1824-1847 – a colonização imperial; segundo período: 1848-1874 – a colonização provincial; terceiro período: 1875-1889 – o colapso da colonização), e a segunda em dois períodos (quarto período: 1890-1914 – a segunda colonização provincial; e quinto período: a partir de 1914 – a liquidação da colonização) (Quadro 3). (ROCHE, 1969a)

No primeiro período (1824-1847) o governo imperial organizou e dirigiu a colonização sem muito preparo e legislação específica, já no segundo período (1848-1874), que se inicia após pacificação do Rio Grande do Sul foi mais propício à colonização e já havia um estatuto legal necessário. No terceiro período (1875-1889) denominado colapso da colonização é marcado pela frieza do governo local com a colonização, sendo conduzida, sobretudo pelo governo geral. Já no quarto período (1890-1914) a competência administrativa da colonização estava em disputa entre o governo central e local que tinham interesses divergentes. E no quinto e último período (a partir de 1914) a regulação sobre imigração e colonização estava definida, no entanto este período se estende entre as duas guerras mundiais, nas quais Brasil e Alemanha lutaram em lados opostos, e novos problemas culturais e cívicos apresentaram-se aos colonos. (ROCHE, 1969a).

Quadro 3: Síntese da Periodização Política e Histórica da Colonização Alemã, segundo Roche (1969a)

1ª fase (1824 – 1889) Sob Império	1º período – Colonização Imperial (1824 -1847)
	2º período – Colonização provincial (1848 – 1874)
	3º período – O colapso da colonização (1875 – 1889)
2ª fase (1890- até meados dos 1914) Governo provincial	4º período – A segunda colonização provincial (1890 – 1914)
	5º período – A liquidação da colonização a partir de 1914

Fonte: Roche, 1969, Organizado pela autora, 2016.

Com base nestas duas classificações sobre os períodos da imigração e colonização (Quadro 2 e 3), fundadas em diferentes argumentos, pretende-se elencar fatores relevantes no desenvolvimento deste processo no Rio Grande do Sul, buscando respeitar a cronologia dos fatos.

Os colonos foram atraídos pela propaganda de colonização brasileira, e ao chegarem ao Brasil descobriram que se tratava de muitas promessas, não cumpridas posteriormente. Os primeiros colonos que se localizaram em São Leopoldo, em 1824, foram os mais privilegiados, recebendo a maior parte do que lhes foi prometido, já a segunda leva que foi neste mesmo ano já encontraram sérios problemas, como a inexistência da demarcação de suas terras. O governo alemão, com isso, viu-se na contingência de intervir, o que resultou, depois de dois anos, numa mudança de atitude por parte do Imperador, autorizando o pagamento das passagens, do subsídio diário e da concessão gratuita dos lotes de terra. (LANDO; BARROS, 1996)

As três primeiras colônias alemãs que se instalaram no Brasil foram “imperiais”, sendo que o governo arcou com algumas grandes despesas. Por uma mudança na política imigratória, em 1830 foi promulgada a lei que proibia qualquer despesa governamental com a colonização estrangeira em qualquer província do Império. O que fez cessar a imigração alemã até 1834, quando as províncias receberam a tarefa de promover a colonização. (WAIBEL, 1979)

A corrente imigratória foi interrompida em 1830, especificamente, em razão da Lei de Orçamento de 15 de outubro de 1830 que não autorizava despesas com imigração. Ao ser posta em execução esta lei, o governo já devia grande soma aos imigrantes, bem como, instrumentos de trabalho e animais, e, ainda, a demarcação de terras. (LANDO; BARROS, 1996) Ou seja, em 1830 houve uma interrupção no processo imigratório em decorrência do alto custo da instalação dos colonos e também em virtude da guerra civil (Revolução Farroupilha), que iniciou no Rio Grande do Sul em 1835. (ROCHE, 1969a; MOURE, 1996)

De 1835 a 1845, a província do Rio Grande do Sul foi agitada pela guerra civil que impediu a realização de qualquer projeto de colonização. Entretanto, logo que foram restauradas as condições normais, a província estabeleceu, entre 1849 e 1874, cinco colônias nas encostas florestais da serra. Estas colônias não formam uma expansão contínua para oeste de

São Leopoldo, como seria de esperar, mas foram implantadas distantes, a oeste do velho núcleo colonial. (WAIBEL, 1979, p.233)

Após a retomada do fluxo imigratório, que reiniciou na final da década de 1840 e início de 1850, em 1849 foi instalada a colônia de Santa Cruz e mais uma série de colônias privadas. Assim a zona colonial, o que é hoje, expandiu-se para Novo Hamburgo, Lajeado, Estrela, Montenegro, Caí, Santa Cruz, Venâncio Aires, Santa Maria, Santo Ângelo, Soledade, Torres e São Lourenço, construindo colônias oficiais ou particulares, através da expansão das antigas e criação de novas (ROCHE, 1969a; MOURE, 1996). No restante do Brasil, a imigração foi retomada em vários locais já em 1845, pela iniciativa do governo imperial. (SEYFERTH, 2009)

Os entraves da colonização foram, sucessivamente, sendo superados, entre eles: a possibilidade da naturalização dos imigrantes colonos, a Lei 514, de 1848, que vem dar coparticipação à Província no processo de imigração, tarefa que antes era exclusiva do governo imperial, dando maior impulso a imigração. (LANDO; BARROS, 1996)

Em 1851 é promulgada a Lei 229 pelo Governo Provincial, que dispõe sobre a concessão gratuita de terras ao imigrante alemão. Através dela a demarcação de terras passa a ser de responsabilidade do Presidente da Província, o qual também dispõe sobre a nomeação de agentes de recrutamento na Europa para promoverem a imigração alemã, que passam a receber gratificações. Mas, as despesas que a Lei 229, de 1851, previa em relação à colonização eram muito pesadas ao orçamento da Província, o que fez gerar a Lei Provincial 304, de 1854, que estabeleceu que as terras seriam vendidas ao invés de doadas aos imigrantes. Esta lei se constituiu praticamente na carta de colonização da Província, ou seja, propiciou um aumento considerável no afluxo de imigrantes, entre 1855 e 1859, aumento este também relacionado ao efeito da Lei 183, de 1850, que proibia a introdução de escravos nas colônias existentes ou nas que viessem a se fundar no Rio Grande do Sul. Os artigos 1^a ao 10^o da Lei Provincial 304, de 1854 – através do qual o governo criou facilidades para aquisição de glebas a prazo relativamente longo – estabeleceu as bases de uma agricultura livre, fundada na exploração através da produção familiar. (LANDO; BARROS, 1996)

Por outro lado, a Lei de Terras – Lei 601 de 1850 passou a proibir as aquisições de terras devolutas por outro título que não o de compra. (LANDO; BARROS, 1996)

A região da serra que fica entre São Leopoldo a leste e Santa Cruz a oeste era, na década de 1850, uma enorme selva, na qual apenas alguns intrusos luso-brasileiros tinham penetrado. Flanqueada de ambos os lados por prósperas colônias europeias, estas florestas atraíram então o interesse de especuladores e capitalistas, que ocuparam grandes áreas especialmente ao longo dos cursos do Caí e do Taquari. Agiram apressadamente, antes que a lei de 1850, que proibia a aquisição de terras por qualquer meio, exceto a compra, se tornasse efetiva em 1854. Cada um desses intrusos iniciou uma colonização particular por conta própria, dividindo a terra em pequenos lotes e vendendo-os aos colonos. (WAIBEL, 1979, p.234)

Pesavento (1996) apresenta a transição que ocorre com o colono alemão que, segundo a autora, passa de mero produtor de subsistência para produtor de excedentes, responsável por abastecer o centro consumidor mais próximo – Porto Alegre – com gêneros agrícolas. Posteriormente, por volta de 1870, os alimentos passam a ser exportados para o mercado interno brasileiro, abastecendo o centro do país, principalmente, o complexo cafeeiro da região sudeste.

Já entre 1860 e 1870, outro motivo impediu a expansão das colônias alemãs, foi o “Rescrito de Von Heydt” promulgado pela Prússia em 1859 que considerava o mau tratamento que os emigrantes alemães tiveram no estado de São Paulo, proibindo qualquer propaganda em prol da emigração para o Brasil. E, foi apenas em 1896 que este decreto foi revogado em relação aos três estados meridionais do Brasil. Já para o restante do país, nunca o foi. (WAIBEL, 1979)

3.1.4 A IMIGRAÇÃO/MIGRAÇÃO ALEMÃ NO MUNICÍPIO DE LAJEADO – RS

No período de 15 a 22 de janeiro foi realizada a coleta de dados secundários junto a Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Lajeado, e ao acervo da Biblioteca Municipal, buscando informações sobre a temática da imigração e colonização alemã, especificamente no município de Lajeado- RS.

Apresenta-se um breve relato histórico da imigração e colonização alemã no município de Lajeado, com base no material coletado junto a Secretaria de Municipal de Cultura e Biblioteca Municipal.

Antônio Fialho de Vargas foi quem iniciou a colonização de Lajeado, através da venda de lotes de suas fazendas, a partir de 1855. Fialho de Vargas adquiriu de José Inácio Teixeira, em 1853, mais duas fazendas em Lajeado, a de Carneiros (hoje Centro de Lajeado) e de Conventos (hoje bairro de Carneiros). O parcelamento da terra em lotes, para posterior venda aos imigrantes-colonos, deu origem às pequenas propriedades que formaram a Colônia de Conventos (através da união de duas fazendas). (SCHIERHOLT, 1992)

A iniciativa da colonização no município é particular, mas obedeceu as regras da Lei de Terras vigente no país (Lei de Terras, 601 de 1850, que entrou em vigor no Rio Grande do Sul a partir de 1854). A maior parte dos imigrantes alemães que Lajeado recebeu foram provenientes de migrações internas (de outras regiões do estado), apenas alguns vieram diretamente da Europa. “A maior parte dos imigrantes (e/ou migrantes) tem sua origem na região alemã de Hunsrück (localizada entre o rio Reno e Mosela). Outras famílias procederam da Westfália” (FALEIRO, 1996, p.63). Em suma, foram empreendimentos particulares, organizados por luso-brasileiros, que utilizaram as próprias fazendas para lotear e comercializar com os colonos migrantes (SCHIERHOLT, 1992).

Sobretudo ao Vale do Taquari chegou o movimento migratório oriundo das antigas colônias. Duas colônias particulares são criadas por proprietários brasileiros, à margem esquerda, em Estrela no ano de 1853, e à margem direita, em Conventos (Lajeado) no ano de 1854, pelo major V. M. Barreto e por A. Fialho respectivamente. As primeiras famílias vêm de Dois Irmãos (Mallmann) ou de Feliz (Ruschel [...]). (ROCHE, 1969, p.342)

Em 1861, seis anos após o início da colonização, Fialho de Vargas assina um relatório dirigido ao governo provincial com as seguintes informações sobre a colonização alemã na Colônia de Conventos: total de 68 estabelecimentos rurais, 309 habitantes, já em 1863 a empresa colonizadora informou que havia 444 “almas”. (SCHIERHOLT, 1992). O mesmo autor também apresenta (Quadro 4) os dados das famílias e dos habitantes com algumas características – nacionalidade, religião,

estado civil, nascimentos e óbitos – sendo possível acompanhar o gradativo crescimento da colônia no período de 1855 a 1862.

Quadro 4: Mapa estatístico da população na Colônia de Conventos no período de 1855 a 1862

	1855	1859	1860			1861			1862		
	nº	nº	Total	masc.	fem.	Total	masc.	fem.	total	masc.	fem.
Famílias	13	28	45	--	--	68	--	--	75	--	--
Habitantes	59	168	231	125	106	306	159	147	332	173	159
Brasileiros	--	--	86	--	--	--	--	--	82	--	--
Alemães	--	--	145	--	--	--	--	--	250	--	--
Católicos	--	--	--	--	--	--	--	--	197	104	93
Protestantes	--	--	--	--	--	--	--	--	135	62	73
Maiores de 12	--	--	132	76	56	188	104	84	--	--	--
Menores de 12	--	--	99	49	50	118	55	63	--	--	--
Solteiros	--	--	154	82	72	--	--	--	--	--	--
Casados	--	--	74	37	37	--	--	--	--	--	--
Viúvos	--	--	3	1	2	3	1	2	--	--	--
Nascimentos	--	--	8	3	5	--	--	--	9	6	3
Óbitos	--	--	1	1	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: SCHIERHOLT, 1992, p. 72.

Estes dados foram compilados a partir dos relatórios anuais enviados por Fialho de Vargas ao governo, nestes relatórios o mesmo também informou a produção agrícola da Colônia de Conventos, em 1860, sendo os principais produtos o milho, o feijão, a batata, o trigo e a cevada. Sobre a produção animal, em 1861, eram 700 suínos (em média 10 cabeças para cada família); 123 cavalos (uma média de quase 2 cavalos por família, tendo em vista que na época o cavalo era o animal por excelência para tração, seja arado, seja carroça); 57 vacuns (o que não representava um bovino por família). (SCHIERHOLT, 1992)

Outro aspecto ressaltado por Fialho de Vargas, em suas cartas ao Governo em 1867, é a autosuficiência da Colônia “[...] produzindo o necessário para a sua alimentação, mesmo colhendo fumo, vinho e fabricando tecidos” (SCHIERHOLT, 1992, p.75). O transporte era o grande problema, a abertura de estradas para ligar a Colônia a Taquari e depois a São Leopoldo e Porto Alegre, tornou-se um imperativo.

A comercialização dos produtos agrícolas dependia dos cursos d'água, sendo o meio mais comum, seguro e rápido no início da colonização (FALEIRO, 1996).

Em 26 de janeiro de 1891 Lajeado foi elevada a categoria de Vila, e a instalação do município com a sua emancipação ocorreu em 25 de fevereiro de 1891 (FALEIRO, 1996).

4 A CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA AGRÁRIO COLONIAL

A fim de apresentar os elementos que configuram o Sistema Agrário Colonial (SAC) neste capítulo será apresentado o referencial teórico acerca da temática. São consideradas as continuidades e as rupturas que ocorreram no decorrer da história no que concerne a organização dos sistemas agrários. Sendo assim, a revisão histórica acerca da colonização alemã no Rio Grande Sul aponta os principais fatores que influenciaram a formação do sistema agrário colonial, a partir do século XIX, cujo propósito é perceber quais elementos do passado continuam presentes na atualidade.

Com enfoque nos estudos de Waibel (1979), Roche (1969a), Lagemann (1996) e Mertz (2004), entre outros. Esta aproximação teórica ocorre no intuito de servir de subsídio para a compreensão da realidade local, contrapondo a teoria com os dados coletados em campo.

4.1 A instalação dos imigrantes colonos alemães nas áreas de mata do Rio Grande do Sul

O colono imigrante vindo para o Brasil, mais especificamente ao Sul do país, é destinado a ocupar as áreas de mata virgem, adentrando nesse meio para desbravar e cultivar a terra. Waibel (1979) considera que este colono desempenha um papel de “pioneiro” por ser o primeiro homem a penetrar na mata, tornando-a acessível ao processo civilizatório, nos moldes europeus.

O pioneiro procura não só expandir o povoamento espacialmente, mas também intensificá-lo e criar novos e mais elevados padrões de vida. Sim, empregamos o conceito de pioneiro também para indicar a introdução de

melhoramentos no campo da técnica e mesmo da vida espiritual! (WAIBEL, 1979, p.281-2)

Nem o extrativista, nem o caçador, nem o pecuarista podem ser considerados pioneiros, apenas o agricultor pode ser denominado como tal por constituir uma zona pioneira. “Somente ele é capaz de transformar a mata virgem numa paisagem cultural e de alimentar um grande número de pessoas numa área pequena”. (WAIBEL, 1979, p.282)

A zona pioneira no Sul do Brasil está intimamente relacionada à colonização europeia, representada pelo avanço da ocupação agrícola sobre áreas de matas a fim de produzir gêneros alimentícios para o autoconsumo e para abastecimento do mercado interno, constituindo a pequena propriedade de base familiar. Mas, nem toda região habitada por colonos tem o caráter de zona pioneira, é necessário também a constituição de um sistema de circulação/transporte dos produtos excedentes para o mercado. Outro fator essencial para configurar uma zona pioneira é a disponibilidade de terra para receber novos colonos, a fim de a área ter um caráter dinâmico. (WAIBEL, 1979)

Segundo Correa e Bublitz (2006), a imigração e colonização europeia, em específico a alemã e a italiana foram responsáveis pela destruição da biodiversidade presente nas florestas do sul do Brasil, que até hoje não teve seus impactos avaliados de forma mais profunda. Os autores ressaltam o modo primitivo de plantio adotado pelos colonos alemães e a conseqüente redução das áreas de matas, ao mesmo tempo em que aumentava o arroteamento das áreas coloniais no Rio Grande do Sul. Inicialmente, o objetivo era retirar a mata para cultivar o solo, mas já na segunda fase da colonização passou-se a usar a madeira para fins comerciais. Arelado a isso, pode-se mencionar o desenvolvimento da navegação a vapor nos rios dos vales centrais, promovendo o desmatamento das margens. Esses fatores provocaram quase um esgotamento total das florestas do estado.

Lagemann (1996), em seus escritos, busca desmistificar a imagem que se tem acerca do imigrante alemão. Ele ressalta que este ingressa em uma sociedade já constituída historicamente para ser um pequeno produtor com a sua família e não para ser um “herói civilizador”, como é tratado o pioneiro por Waibel (1979) e, muitas vezes, descrito na literatura sobre a colonização. Nas palavras do autor:

[...] aos imigrantes, recebidos por uma organização social inteiramente formada, foi atribuído um determinado papel social que lhes restava cumprir: o desempenho de atividades agrícolas, com base na pequena propriedade, em regime de trabalho livre e por conta própria, sem acesso à escravidão. (LAGEMANN, 1996, p.119)

Assim, o autor considera o colono imigrante como um agente econômico, inserido no contexto social do Rio Grande do Sul, principalmente, no que concerne ao desenvolvimento da agricultura.

O processo de formação histórica do Rio Grande do Sul basicamente se diferencia na formação de duas áreas, que não necessariamente se sobrepõem no tempo e no espaço. A primeira, que encontra as suas origens na expansão do império colonial português caracteriza-se pela consolidação da grande propriedade, que dá origem a uma sociedade pecuarista. E, a segunda, a sociedade de agricultores (ou lavradores), que teve seu princípio no século XVIII com a colonização açoriana, em Viamão, a partir de médias propriedades de base familiar. Em 1824, com a chegada dos imigrantes alemães e, posteriormente, de outros grupos étnicos, também vindos da Europa, a formação social agrícola, também chamada de colonial, estabeleceu características diferentes da sociedade pecuarista. (MOURE, 1996)

Em 1822, a agricultura praticada por imigrantes e descendentes açorianos não era o suficiente para abastecer o consumo interno, a maior parte dos alimentos era importada, como o arroz, o vinho, o açúcar, o fumo e a aguardente. Diante da falta de produtos agrícolas, as estâncias passaram a produzir alguns cultivos para o abastecimento doméstico, tais como, o milho para alimentar os cavalos, a mandioca para os empregados, e em algumas se cultivava o trigo. Mas, esse tipo de agricultura ocupava uma área muito pequena, por volta de 1/500 a 1/300 da estância. Por outro lado, esta quase autossuficiência das estâncias, de certa forma, impôs algumas barreiras à comercialização dos produtos das colônias alemãs que não encontraram, imediatamente, um mercado próximo para a sua produção agrícola. Segundo Roche (1969a), por muito tempo não houve trocas, nem contato profissional entre os dois grupos: os estancieiros e os colonos imigrantes.

A colonização no Rio Grande do Sul é considerada como um caso peculiar por ter ocorrido pela motivação de ocupar áreas menos povoadas e por ter incitado a formação da pequena propriedade com mão de obra livre. (LANDO; BARROS, 1996)

Os imigrantes que se dirigiam para o Rio Grande do Sul eram atraídos por uma política governamental que pretendia, fixando-os a terra, formar colônias que produzissem gêneros necessários ao consumo interno. Localizavam-se próximos de um centro urbano, mas suficientemente distantes das áreas de grande propriedade, de modo a não apresentar uma ameaça à sua hegemonia política e econômica. Recebiam terras do governo imperial, as quais exploravam de modo independente, dedicando-se primeiramente à agricultura e à suinocultura. (LANDO; BARROS, 1996, p.19)

O imigrante ao desembarcar no Rio Grande do Sul era acompanhado por um funcionário do governo até uma clareira aberta na mata e este indicava onde ficaria seu lote de terra, entregando-lhe algumas ferramentas indispensáveis, tais como: foice, facão, machado, serra, para o colono adentrar a floresta e “fabricar sua terra”. Roche (1969a) retrata a angústia e o medo do colono recém-chegado ao Brasil em seus escritos:

[...] custa nos imaginar os sentimentos que oprimiram os imigrantes postos na floresta virgem. O comboio de mulas era dividido. As bagagens haviam sido amontoadas à beira da picada. Esta era a única brecha aberta na mata, apenas um túnel de três ou quatro metros de largura, onde tropeçavam nas raízes e nos cepos, onde, se feriam no fio das hastes cortadas acima do solo. De um a outro lado, elevavam-se as árvores monstruosas, estreitavam-se os arbustos e as plantas do sub-bosque, enlaçavam-se os cipós. (ROCHE, 1969a, p.52)

A primeira preocupação do colono era a construção de um abrigo, de forma precária, para logo em seguida dar início ao cultivo da terra com produtos indispensáveis para o consumo familiar como: batata-doce, feijão, batata-inglesa e, em seguida, milho. O trabalho de construção da casa era alternado com a abertura de novas áreas de terra para cultivo, que constituía atividade essencial do colono por muito tempo. (ROCHE, 1969a)

O imigrante teve que derrubar a floresta para que tivesse terra para cultivar, tendo que reaprender com as técnicas utilizadas pelos índios e pelos caboclos, do corte à queimada, para que pudesse sobreviver na frente florestal. “[...] o colono assimilou tão profundamente essa técnica, que se pôde dizer que a luta pela

conquista da floresta virgem se tornou seu elemento de vida. Adquiriu a reputação de ser um excelente ‘fabricante de terra’”. (ROCHE, 1969a, p.53, grifos do autor).

Ter-se-ia esperado dos imigrantes alemães a implantação de métodos agrícolas europeus ou, pelo menos, uma adaptação desses métodos ao novo meio. Ora, os processos científicos, recentemente introduzidos, não são ainda muito empregados, e todos os documentos que encontramos a partir dos começos da colonização, mencionam a mesma técnica primitiva, de origem local, a queimada. (ROCHE, 1969a, p.286)

Os colonos, durante muitos anos, continuaram cultivando da forma que seus antepassados aprenderam com os primeiros ocupantes, e esta prática é denominada de “roça”. A roça basicamente consiste na preparação da terra a partir das seguintes operações: a derrubada: corte da capoeira e das plantas lenhosas que se desenvolveram entre duas fases de cultura, e estas ramas ficam no chão onde secam; a queimada¹²: consiste na incineração na própria clareira na estação própria; a plantação ou sementeiras ocorre na camada de cinzas ou em pouca profundidade no solo; e por fim, o capinar: é a preparação da terra, ou a preparação de uma segunda cava às culturas, trabalho bastante penoso no verão. (ROCHE, 1969a)

A diferença principal da técnica utilizada pelo colono daquela praticada pelo caboclo é a execução do calendário agrícola. O colono organiza as atividades baseado na diversidade e na sucessão de culturas, com duas ou até três colheitas ao ano. Entretanto, através do uso intensivo da terra o rendimento tende a diminuir, o que leva o colono a abandonar a roça aberta. Este sistema de rotação de terras¹³ já era conhecido como agricultura itinerante da queimada, sendo uma técnica que possui um caráter primitivo e que, mesmo com a especificidade do calendário agrícola, não difere daquela utilizada pelos índios e caboclos. (ROCHE, 1969a)

Na técnica do ciclo derrubada – queimada – plantação – capoeira, a partir da qual recomeça o ciclo, o instrumento favorito de cultura foi “a caixa de fósforos”, segundo Roche (1969a). Esta técnica foi mantida por mais de 125 anos após a chegada dos imigrantes, e ainda foi difundida para todas as novas áreas de

¹² Esta técnica agrícola da queimada também é conhecida como coivara, tradicionalmente já utilizada nas comunidades indígenas no Brasil.

¹³ Ver no subitem 4.2 deste capítulo o conceito de Waibel (1979) sobre o sistema de rotação de terras.

colonização teuto-brasileira. Houve posteriormente a introdução do uso do arado, da grade e da relha metálica, mas é ilusão acreditar na superioridade da técnica, pois estes instrumentos intensificaram a erosão, e o seu uso não esteve combinado com o uso de esterco ou adubo para lavoura. (ROCHE, 1969a)

Considerando a localização geográfica do imigrante alemão no Rio Grande do Sul, isolado em relação as áreas de criação de gado, ficou impossibilitado o uso do esterco animal como adubo nas áreas de cultivos. Quando surge a pecuária suína nas colônias, a atividade agrícola por si só não oferecia condições suficientes de revitalização dos solos. (MOURE, 1996)

Os produtos da agricultura colonial alemã podem ser classificados como: os de caráter de especialização agrícola e os que desempenharam um papel secundário ou complementar. Entre os produtos secundários, têm-se alguns gêneros alimentícios como o trigo, para fabricação do pão branco, e que cedo declinou pela não lucratividade da produção, apesar dos incentivos governamentais para sua produção; o centeio também foi cultivado para a fabricação do pão alemão, misto entre trigo e centeio. A cevada para uso nas cervejarias; a aveia, que foi substituída pelo milho para alimentação dos cavalos. O arroz de sequeiro foi cultivado em áreas de declives e gerava apenas uma pequena safra. Os alemães também praticaram a agricultura de autoconsumo com culturas trazidas da Alemanha, as que se sobressaíram foram: a ervilha, a lentilha e a fava. Já sobre os legumes frescos, eram produzidos nas hortas a fim de atender as necessidades domésticas. (ROCHE, 1969a)

Ainda, entre os produtos secundários cultivados pelos alemães têm-se as plantas têxteis, oleaginosas e produtos diversos. O algodão desapareceu do contexto produtivo do Rio Grande do Sul devido às condições climáticas e econômicas não serem favoráveis; o amendoim fornecia óleo para cozinha e fabricação de sabão; o linho era cultivado com vistas à utilização da fibra e do grão; o cultivo de mamona para extração do óleo de rícino, utilizado na iluminação doméstica e para venda; a abóbora para alimentação e para o gado; e entre a arboricultura bem sucedida têm-se as cítricas, com destaque para as laranjeiras. (ROCHE, 1969a)

No que tange aos principais cultivos adotados pelos colonos alemães, responsáveis pela geração de renda, nenhum tem origem europeia. Entre estes se

destacam: a cana de açúcar que tem como subprodutos o açúcar bruto e o melado¹⁴, a aguardente e, ainda utilizada na alimentação do gado; o fumo, cultivado desde a chegada do imigrante e que sempre produziu excedentes para venda. A colônia de Santa Cruz, ao longo do tempo, se especializou na produção de fumo de exportação. Cabe destaque também para a batata inglesa; o feijão preto, que era cultivado pelos índios; a soja que, inicialmente, foi destinada para alimentação do gado, do porco e da galinha e começa a ser comercializada a partir de 1952; o milho se torna a principal cultura nas colônias, recebendo o título de “rei da agricultura colonial”; e a produção de banha recebeu o título de “ouro branco” entre os colonos, tendo em vista o seu valor comercial elevado. A mandioca é outro produto alimentar importante já cultivado pelo indígena. (ROCHE, 1969a) “As colônias alemãs do Rio Grande do Sul geralmente praticaram a policultura. Mas, no decorrer dos anos, o abandono de uma planta e a nova preferência por outra transformaram-lhe a fisionomia agrícola.” (ROCHE, 1969a, p.268)

O êxito da colonização alemã, segundo Roche (1969b), está atrelado à qualidade da terra e ao trabalho do homem, mesmo este tendo recebido vantagens inversamente proporcionais ao volume de trabalho que empregou ao longo da formação das áreas coloniais. Os colonos trabalharam de sol a sol, pois a prática da policultura exige trabalho intensivo entre uma atividade e outra. Na primeira geração, é toda a família que trabalha da manhã à noite no desbravamento da floresta. “Se a derrubada e a queimada são tarefas masculinas, as mulheres semeiam, plantam, mondiam, colhem, ordenham e devem, ainda, fazer o pão, a manteiga, a lixívia, etc.” (ROCHE, 1969b, p.559)

Já na segunda geração, no mesmo lote, quando a família atinge uma certa abastança, exige-se menos trabalho das crianças, salvo durante as férias, até ao fim da escolaridade, que foi prolongada de um para dois ou três anos, depois para quatro ou cinco. Também a avó, que fica em casa, cuida da cozinha, enquanto o avô se ocupa de pequenos trabalhos de jardinagem, de vedação, de conservação das construções, os quais não são essenciais à sobrevivência do grupo. Ainda é um espetáculo característico ver no caminho interior do lote toda a família alemã ir aos campos ou deles voltar. (ROCHE, 1969b, p.559)

¹⁴ Sua pasta é a base do *schmier* – espécie de doce consistente composto de frutas e mandioca. (ROCHE, 1969a)

O lote colonial era objeto de trabalho constante, desde o arroteamento até a colheita, com os métodos empregados a produtividade tende a decair pelo esgotamento das terras. “O trabalho fornecido pelos colonos é sempre mal, sempre mais mal recompensado, de tal maneira que essa classe, quando não regrediu, só lentamente se elevou.” (ROCHE, 1969b, p.559)

Outra questão que Moure (1996) discute é acerca do desgaste do solo desde a chegada do colono, que não dispõe dos instrumentos adequados e faz uso da técnica da queimada aprendida com os indígenas locais, o que de antemão já gera um esgotamento parcial da terra pela perda do húmus. O cultivo da mandioca foi a alternativa encontrada diante do esgotamento do solo. O mesmo autor também ressalta a progressiva redução na dimensão física das propriedades, considerando o período compreendido entre 1824 a 1950. Os primeiros lotes entregues aos imigrantes em 1824 tinha por volta de 77 hectares, já em 1850 em diante o tamanho diminui para 48 e de 1889 em diante são reduzidos à 25 hectares, e este era o padrão adotado pelas empresas particulares de colonização. Este foi um processo de limitação legal, e além deste a questão da partilha das propriedades entre os herdeiros contribui mais para o esfacelamento da pequena propriedade. E, além de ser observado nas colônias antigas, vai ocorrer igualmente nas áreas das novas colônias. (MOURE, 1996)

Essa diminuição na dimensão do lote colonial pode ser assinalada como uma das causas para o desgaste da terra, enquanto que nas antigas colônias as reservas de floresta virgem desapareciam mais lentamente, nas novas, a superfície do lote colonial, dois terços inferior aos primeiros, era completamente desbravada. (ROCHE, 1969a)

A redução da propriedade colonial a 25 até 30 hectares é considerada por Waibel (1979) como de tamanho extremamente pequeno para desenvolver o sistema de rotação de terras, principalmente nas áreas montanhosas. O que leva ao esgotamento dos solos rapidamente, ao decréscimo da produção e, conseqüentemente, a estagnação econômica. “Este sistema de colonização do sul do Brasil não trouxe o êxito que se esperava, nem ao imigrante europeu nem ao País.” (WAIBEL, 1979, p.316)

Para agravar ainda mais esta situação, passa a ocorrer a divisão dos lotes originais entre os herdeiros e com a manutenção do sistema de rotação de terras.

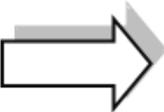
Mesmo com o trabalho árduo “esta pobre gente apenas consegue vegetar numa existência miserável” (WAIBEL, 1979, p.257). Esta situação do esgotamento da terra com o parcelamento fundiário, muitas vezes, obrigava os filhos a procurarem empregos nas fábricas locais ou migrarem para as novas zonas pioneiras, onde buscaram adquirir terras e começar o mesmo ciclo econômico-produtivo.

[...] é certo que, entre 1824 e 1875, a agricultura foi atividade característica e exclusiva dos colonos alemães e que, ainda às vésperas da Segunda Guerra Mundial, forneciam dois terços pelo menos, da produção agrícola do Rio Grande do Sul. (ROCHE, 1969a, p.243)

O lote colonial – a pequena propriedade familiar – sofreu várias restrições seja pelo uso de técnicas rudimentares, ou pelo esgotamento do solo, ou pela compartimentação por herança, levando alguns dos membros do grupo familiar a buscar o assalariamento no campo, ou nas cidades próximas, ou migrar para outras regiões do Brasil. No quadro 5 é apresentada a síntese das causas que levaram ao esgotamento do solo nos lotes coloniais. (MOURE, 1996)

Quadro 5: Síntese das causas do desgaste do solo nos lotes coloniais

Causa	
1ª Causa	Técnica de queimada aprendida com os indígenas ou caboclos/rotação de terra
2ª Causa	Redução da dimensão física dos lotes coloniais
3ª Causa	Divisão da propriedade rural (lote) entre os herdeiros



Ano	Ha
1824	77
1850	48
1889	25 - 30

Fonte: Organizado pela autora, 2016.

4.2 Os sistemas agrícolas desenvolvidos pelos imigrantes alemães, segundo Waibel (1979)

Waibel (1979) expõe que a agricultura praticada pelos colonos imigrantes alemães no sul do Brasil é reconhecida pela literatura nacional e internacional pelo êxito que obteve. Entretanto, o autor ressalta que ao se analisar mais de perto, observa-se que, inicialmente, os colonos utilizaram o mais primitivo dos sistemas

agrícolas, ou seja, a queimada da mata, o cultivo da clareira durante alguns anos, e por fim, o repouso para reverter em vegetação secundária, enquanto nova mata é derrubada para o mesmo fim. Este sistema é chamado de “roça” pelo colono, já na literatura geográfica ele é conhecido como agricultura nômade ou itinerante, e na linguagem dos economistas rurais é chamado de sistema de rotação de terras. (WAIBEL, 1979)

Este foi o sistema agrícola herdado dos indígenas, adotado pelos portugueses no século XVI e, posteriormente, no século XIX pelos colonos alemães. Este sistema é responsável pela separação econômica e espacial entre os cultivos agrícolas e a pecuária. Esta separação acarretou na criação extensiva de gado por um lado e, por outro lado, na primitiva e extensiva lavoura. Porém, a produção extensiva na pequena propriedade acaba se tornando perigosa, pois não se tem a abundância de terras, que é o principal fator de produção, junto com o capital e o trabalho, que conformam os três fatores de produção. (WAIBEL, 1979)

Já em relação à agricultura praticada pelos colonos imigrantes, Waibel (1979) distingue três principais sistemas agrícolas nas áreas florestais colonizadas. Para a classificação o autor considerou “os métodos agrícolas aplicados, a combinação gado-lavoura e a maneira pela qual os produtos são preparados e processados para o mercado” (WAIBEL, 1979, p.246). O primeiro estágio o autor denomina de sistema de rotação de terras primitiva, o segundo de sistema de rotação de terras melhorada, e o terceiro de rotação de culturas combinada com criação de gado. Ele considera que estes estágios ocorrem sucessivamente, mas não necessariamente todas as áreas coloniais chegaram a passar por todos eles, e que a maioria atingiu somente o segundo estágio.

O estágio de sistema de rotação de terras primitiva é caracterizado pela compra da terra numa área de mata desabitada, em seguida esta mata é derrubada e queimada, à maneira dos índios; planta-se milho, feijão, mandioca, usando cavadeira e enxada, e constrói uma casa primitiva, cria porcos para destinar o excesso das safras, e vende a banha ou os porcos vivos, em troca de artigos que necessita e não produz. Nas palavras do autor:

Este sistema é aplicado por todos os colonos europeus do sul do Brasil, sem exceção, quando penetram pela primeira vez na mata. Eles o adotaram naturalmente dos índios e usavam outrora como instrumento de trabalho a

cavadeira e a enxada. Não se emprega o arado. O milho, o feijão e os porcos são os principais produtos dessa economia dedicada principalmente no próprio consumo. (WAIBEL, 1979, p.319)

O colono imigrante vive um grande isolamento, o seu principal contato é um “vendista”¹⁵ da vizinhança, que enriquece, enquanto os colonos, em geral, têm uma existência miserável. E, nessa situação, os filhos dos colonos frequentam a escola pelo período de um ou dois anos apenas.

[...] a obtenção de uma parcela de terra nem sempre causava, sobretudo no começo da colonização, essa euforia que se imagina. Certamente, ao desanimar diante da floresta a desbravar, sucedia satisfação diante da abundância das primeiras colheitas, mas sobrevinha a desilusão motivada pela insignificância de seu valor comercial. Por isso, alguns colonos abandonaram suas terras e fugiram para as cidades. Esse fenômeno repetiu-se, por várias vezes, em zona pioneira, desaparecendo, porém, assim que os meios de comunicação se desenvolveram. (ROCHE, 1969b, p.571)

Posteriormente, quando o sistema de rotação de terras melhoradas é introduzido, inicia o cultivo de alguns produtos como o trigo e o arroz de sequeiro. O colono, além do porco, também tem algum gado para produção de leite e manteiga. Os bois também servem para puxar a grade e o arado, mas o uso destes instrumentos ainda não estava atrelado ao uso de estrume ou qualquer outra adubação na lavoura, principalmente, porque os colonos não dispunham de gado suficiente, e a lavoura continuava sendo uma atividade separada da pecuária, resultando no esgotamento rápido dos solos. E, “estes colonos também usam o sistema de rotação de terras, e deixam o campo descansar anos a fio em capoeira, antes de tornar a cultivá-lo.” (WAIBEL, 1979, p.319)

Com a produção agrícola aumentada e a introdução da pecuária, se eleva o padrão econômico e cultural do colono, isto é perceptível pelos tipos melhorados de moradias, que tem um caráter nacional e étnico, as casas típicas de alemães são as *mitteldeutsche*, ou casa de “enxaimel”, constituídas por uma estrutura de esquadrias de madeira visível, cujo intervalo é preenchido por tijolos vermelhos. (WAIBEL, 1979)

O colono dispendo de melhores condições econômicas consegue mandar seus filhos à escola durante quatro ou cinco anos, a mobília ainda é feita em casa,

¹⁵ Ver mais no item 4.4 sobre o papel social e econômico das “vendas rurais” nas colônias alemãs.

mas esta já tem quartos e não lhe falta certo conforto. Nas palavras de Waibel (1979) a estrutura familiar passa por um ciclo,

O nível de vida da família atinge o seu máximo quando os filhos estão crescidos, mas ainda não casados. O casamento dos filhos priva o colono de sua principal fonte de mão de obra, e a sua própria morte acarreta muitas vezes a divisão da terra em alguns lotes menores. Isto, na maioria dos casos, origina estagnação, quando não deterioração da terra, bem como dos seus ocupantes. (WAIBEL, 1979, p.251)

O sistema de cultivos combinado com a criação de gado é o terceiro estágio, no qual a adoção da rotação de culturas em campos arados e adubados com o esterco animal conforma um conjunto de mudanças nas práticas agrícolas. Este sistema está baseado na criação de gado, e mesmo assim não implica em uma diminuição da produção vegetal, ao contrário. Algumas plantas forrageiras são cultivadas também, como a alfafa, o feijão de porco, e verduras como o repolho e o nabo. (WAIBEL, 1979)

O gado que é criado pelo colono é de raça europeia e precisa ser cuidado durante a semana inteira, inclusive domingos e feriados, e os alemães são os colonos que preferem este sistema e por esta razão ganharam a titulação de “melhores colonos” segundo Waibel (1979). Como consequência dessas mudanças o autor diz que:

Assim desaparece a capoeira, que dá lugar a campos e pastos cuidadosamente tratados; a densidade da população aumenta, a alimentação do povo torna-se mais variada e mais rica. Este é o tipo de agricultura denominado lavoura mista. (WAIBEL, 1979, p.320)

A prosperidade econômica dos colonos se refletiu em suas casas, ao invés do estilo “enxaimel”, os colonos passaram a construir de tijolo ou pedra, com varanda em um ou dois lados, sustentada por arcos, e estes colonos proporcionam também aos seus filhos uma educação prolongada e eles mesmos se mantêm atualizados através de jornais, revistas e pelo rádio. Para Waibel (1979), o modo de vida dos colonos passa a se aproximar das características da vida na cidade.

Posteriormente, já em 1950, Waibel (1979) ao revisar a classificação dos sistemas de uso da terra, ainda apresenta mais um, ou seja, subdivide o sistema de rotação de culturas em primitivo e melhorado, e na concepção deste autor a

aplicação ou não de adubo é a principal característica da classificação. No quadro 6 é apresentada uma síntese dos sistemas agrícolas desenvolvidos pelos imigrantes alemães no Brasil.

Quadro 6: Síntese dos sistemas agrícolas desenvolvidos pelos imigrantes alemães

Estágios	Denominação	Descrição
1º estágio	Sistema de rotação de terras primitiva	Técnicas herdadas dos indígenas – Derrubada e queimada da mata; Produção agrícola extensiva na pequena propriedade; Instrumentos: Cavadeira e enxada; Agricultura e pecuária separadas. Planta milho, feijão, mandioca e cria porco (banha) para consumo próprio principalmente; Casa primitiva – madeira.
2º Estágio	Sistema de rotação de terras melhorada	Instrumentos: Introduce o arado; Agricultura e pecuária separadas; Introduce trigo e arroz de sequeiro e mais algum gado para produção de leite e manteiga; Casa estilo enxaimel.
3º Estágio	Rotação de cultura combinada com criação de gado primitivo	Rotação de culturas em campos arados e adubados com esterco animal. A capoeira cede lugar aos campos e pastos; Casa estilo urbano – tijolo.
4º Estágio	Rotação de culturas combinada com a criação de gado melhorada	Introduce aplicação de adubo químico.

Fonte: Waibel, 1979, organizado pela autora, 2016.

Na opinião de Waibel (1979) três fatos importantes influenciaram na situação inicial de vulnerabilidade econômica e cultural pela qual os colonos imigrantes passaram, são eles:

- 1- Quase todos os colonos que emigraram eram pobres e muito poucos eram agricultores treinados e experimentados e rapidamente adotaram o sistema agrícola dos nativos;

- 2- A ideia do governo imperial e, posteriormente do provincial, era estabelecer pequenas propriedades familiares, com o objetivo de povoar áreas desabitadas, dando pouca importância a situação econômica dos colonos, e a maioria deles foi estabelecida em áreas remotas, longe dos mercados urbanos, faltando a possibilidade de comercializarem os seus produtos. Assim, os sistemas agrícolas primitivos se impuseram aos colonos estabelecidos em terras de mata.
- 3- O tamanho dos lotes deveriam ser maiores para ser aplicado o sistema extensivo de rotação de terras e o resultado disso foi a diminuição das colheitas e o êxodo dos colonos, principalmente nas áreas montanhosas.

O uso de terras de campo para produção agrícola era desacreditado pelos colonos, da mesma forma como já havia acontecido no *Middle West* nos Estados Unidos, onde para introduzir os cultivos foi necessário o uso do arado. Já no Sul do Brasil, onde o solo do campo é mais pobre que o da mata, a solução seria a aplicação de adubo e fertilizante para tornar o cultivo possível, o que viria a requerer um capital de investimento maior por parte do colono, para aquisição dos instrumentos agrícolas e animais, além do necessário conhecimento para aplicar o sistema agrícola intensivo. Enquanto que na mata o colono pode usar o sistema primitivo de rotação de terras, que não requer capital, nem conhecimento, apenas capacidade de adaptação e trabalho árduo. (WAIBEL, 1979)

Waibel (1979) também salienta que o sistema agrícola intensivo seria possível nas propriedades da mata, um requisito básico, seria a combinação da pecuária com a lavoura, isso permitiria o uso do estrume como fertilizante, e este juntamente com o adubo acabaria exercendo um papel mais importante do que o uso de instrumentos como o arado.

A previsão de Waibel (1979) sobre o que aconteceria se houvesse a mudança no sistema de cultivo, para a rotação de culturas e uso de adubos tanto nas terras do campo quanto da mata, acarretaria um enorme aumento na produção agrícola, tanto vegetal quanto animal, e o aumento do nível de vida da população rural.

4.3 O meio natural e a ocupação dos lotes coloniais: da chegada à enxamagem¹⁶

As áreas de colonização alemã se distribuem entre duas regiões fisiográficas do Rio Grande do Sul, a borda e o reverso do Planalto. Entretanto, algumas colônias se formaram isoladas em meio de áreas de ocupação luso-brasileira, formando “ilhas” próximas ao litoral em Três Forquilhas e no Sul do estado, em São Lourenço do Sul. (ROCHE, 1969a)

As áreas das antigas colônias, que se estendem por mais de 300 quilômetros, conforme pode ser visto na figura 5, compreendem a região do rio dos Sinos e do Caí, do vale do rio Taquari e do vale do rio Pardo¹⁷.

A colonização aí se realizou na segunda metade do século XIX, sob a influência paradoxal das leis de 1850-1855, destinadas a proteger as terras públicas contra as apropriações abusivas. Os proprietários ou especuladores que rapidamente haviam ocupado grandes áreas sem explorá-las, não encontraram melhor justificativa do que fundar colônias particulares. Algumas delas trazem ainda o nome de “Fazenda”. As mais apreciadas eram as que se abriam nos terraços fluviais, inundáveis e de solo particularmente fértil. (ROCHE, 1969a, p.182)

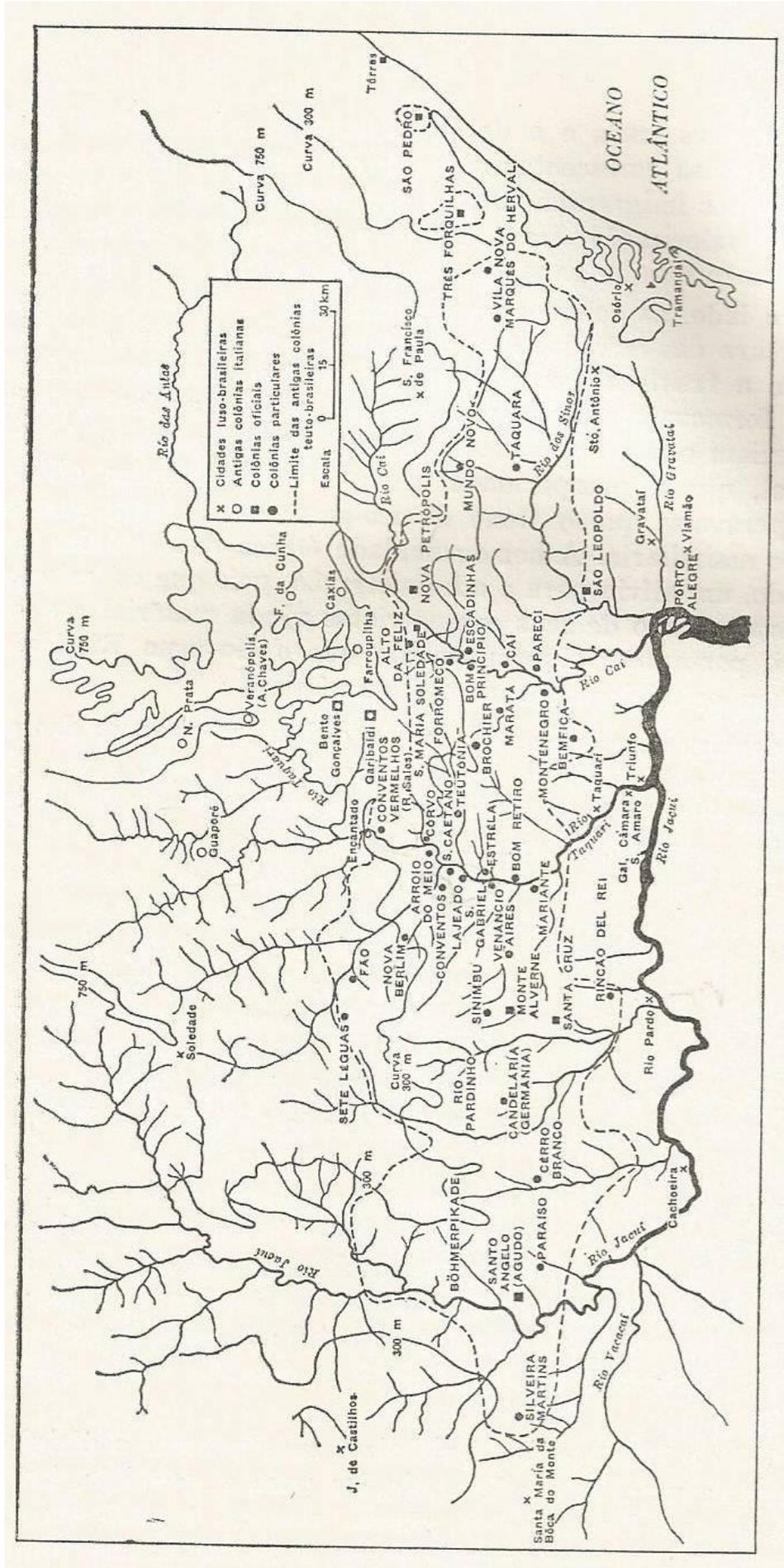
Já nas áreas do reverso do planalto, mais especificamente no Planalto Setentrional, não existe um conjunto de colônias teuto-brasileiras comparável com que se constituiu na borda do Planalto. Estas áreas não são contíguas, formam três grandes grupos de áreas, sendo elas: do Centro (Cruz Alta, Ijuí); a área do Oeste (entre Iraí e São Luiz Gonzaga); e a área do Norte (Erechim). (ROCHE, 1969a)

A partir dos vales e terraços, os alemães foram subindo lentamente e ocuparam as terras íngremes das *cuestas*, bem como os vales intermediários. Por volta de 1870, toda a serra até as bordas do planalto estava nas mãos dos colonos alemães. Estes não estabeleceram colônias no planalto, embora aí em cima o clima seja muito mais fresco e saudável que o dos vales e contrafortes da serra. Aparentemente os pioneiros

¹⁶ O fenômeno da enxamagem é explicado pelas migrações rurais de filhos de colonos, ou até mesmo colonos que saíam de uma área de colonização antiga em busca de terras em novas áreas, ocupando boa parte do Rio Grande do Sul, e depois do esgotamento da fronteira agrícola neste estado, extrapolaram para Santa Catarina e Paraná. (ROCHE, 1969a). E este autor ao fazer o uso do termo enxamagem faz um comparativo aos enxames de abelhas que migram em busca de lugares onde o precioso néctar é mais abundante.

¹⁷ Roche (1969a) em seus escritos ao se referir a área vale do rio Pardo se refere à área de Santa Cruz, cuja colônia é o centro da área.

Figura 5: Mapa das antigas colônias alemãs no Rio Grande do Sul



Fonte: Roche, 1969a.

germânicos compreenderam logo que os solos das matas do planalto são menos férteis que os das florestas latifoliadas da *tierra templada*. Por esta razão, na serra do Rio Grande do Sul, o limite superior da colonização alemã geralmente coincide com o limite inferior das matas de araucárias e está situado em altitudes entre 500 e 600 metros. (WAIBEL, 1979, p.234, grifos do autor)

O habitat rural é caracterizado pela pequena propriedade, com uma infinidade de vilarejos e povoações, com um grau de dispersão bem inferior ao encontrado na região da Campanha. Mas, não se pode esquecer que o povoamento não foi espontâneo, pois a distribuição de terras aos colonos imigrantes foi decidida pela administração imperial e provincial, nas quais nem mesmo se reservou lugar para as povoações nas antigas colônias. (ROCHE, 1969a)

A dispersão do habitat rural nas colônias explica-se por fatores históricos, entre eles a forma retangular dos lotes coloniais, resultado da distribuição de terras feita pela administração. “Partindo das margens de um curso d’água navegável, traçava-se uma *Linha*, ou *Picada*, na direção norte-sul ou leste-oeste. [...] abria na floresta um corredor de alguns metros de largura, que servia de eixo de penetração” (ROCHE, 1969a, p.320).

Na escolha do local para construção da moradia, os colonos evitaram as terras pantanosas e os escarpamentos, aproximaram-se por vezes de uma fonte ou de um riacho. Mas, via de regra, conservaram-se à beira dos caminhos (picadas). A casa foi, habitualmente, construída ao lado da primeira cabana do pioneiro, perto da picada, por onde a penetração e o arroteamento começaram. (ROCHE, 1969a)

As terras arroteadas, ou seja, as terras de lavoura desbravadas, tiveram uma valorização considerável em todas as colônias com o passar do tempo. E, esta valorização motivou especulações, pois o preço da terra estava acima da queda da moeda no período de 1915-50 (ROCHE, 1969a). E, por essa valorização das terras o autor compreende que o trabalho do colono pioneiro foi recompensado.

Por outro lado, o esgotamento das terras e o crescimento da população motivaram as migrações internas: “a natalidade e a técnica incompatíveis com a estrutura agrária é que tornaram fatal o êxodo da população excedente”. (ROCHE, 1969a, p.319)

A agricultura dos colonos alemães teve caráter essencialmente pioneiro. Depois de ter feito recuar a floresta, esgotou o solo, obrigando os colonos das gerações seguintes a emigrar para novas zonas a desbravar ou, mais recentemente, para os centros urbanos. (ROCHE, 1969a, p.319)

Através da enxamagem os colonos deixavam para trás geralmente lotes desgastados pelo uso excessivo e insustentável, e este movimento acabava implicando em processo contínuo de degradação ambiental. (CORREA; BUBLITZ, 2006).

As migrações internas, pela sua amplitude e duração, pode-se dizer que tiveram mais importância que o próprio processo de imigração. Eram os filhos ou os próprios proprietários que deixavam a sua terra em busca de um novo lote para arrotear, voltando à condição de pioneiros. (ROCHE, 1969a)

A migração interna se fez sentir intensamente em todas as antigas colônias alemãs, salvo as exceções temporárias criadas com a industrialização que ocorreu em São Leopoldo, Novo Hamburgo e Santa Cruz (ROCHE, 1969a). A primeira fase da enxamagem se estendeu até 1850, “a periferia de São Leopoldo”, essa fase quase passou despercebida, pois se confundiu com a expansão territorial das colônias, mas extrapolou a área do Rio dos Sinos. A segunda fase, foi entre 1851 e 1890, configurou a marcha para oeste, extrapolando de São Leopoldo para as Colônias fundadas neste período nos demais vales dos afluentes do Caí, no Vale do Taquari e no vale do Rio Pardo.

A terceira fase foi a partir de 1891 – “o salto para o planalto” – as novas colônias receberam mais descendentes de antigos colonos que imigrantes vindos diretamente da Europa. O governo da província se preocupava em antes resolver a questão dos excedentes de população colonial que já se formava, do que introduzir novos imigrantes. Cabe ressaltar que a fundação de Associações Rurais também tinha este fim. A quarta fase – iniciada a partir de 1914 configurou o êxodo do Rio Grande do Sul.

A história da agricultura dos colonos mostra-nos que não era com ela que se devia contar para fixá-los à terra, e a enxamagem dos pioneiros é a prova disso; mas eles já não se dirigem somente de uma a outra zona agrícola. Vimos aparecer recentemente, nas cidades pequenas das colônias e nas cidades grandes do Estado, uma percentagem apreciável de descendentes de imigrantes alemães. (ROCHE, 1969a, p.386)

Moure (1996) trata da questão da migração dos colonos alemães para outros estados pelo esgotamento das terras no Rio Grande do Sul e pelo abandono da propriedade por parte de alguns herdeiros que procuram os centros urbanos e, estes muitas vezes, acabaram marginalizados – ou recorrendo ao trabalho acessório sem deixar a propriedade, mas tornaram-se trabalhadores assalariados – proletarizados. No quadro 7 é apresentada uma síntese das fases da enxamagem.

Quadro 7: Síntese das fases do processo de enxamagem da colonização alemã

Fase	Período	Para onde?
1ª Fase	Até 1850	Periferia de São Leopoldo
2ª Fase	1851 – 1890	Para Oeste – Vale do Caí, Taquari e Pardo
3ª Fase	1891 – 1914	Salto para o Planalto
4ª Fase	A partir de 1914	Êxodo do Rio Grande do Sul

Fonte: Organizado pela autora, 2016.

Seja nas áreas inicialmente ocupadas ou nas colônias resultantes do processo de enxamagem, a família constituía, para os colonos, a célula fundamental, configurando a base social das zonas pioneiras. A família, fechada em si mesma, exerceu, assim, uma função social basilar (ROCHE, 1969b). Para o autor: “A célula social que protegeu o indivíduo, foi a família, que muito tempo se protegeu a si própria na medida em que podia escolher esta ou aquela arma por tabu, por palavra de ordem, por uma severa disciplina” (1969b, p.557). O isolamento é um fator importante que incentivou muito a endogamia e, a medida que o colono se integra etnicamente, ela diminui.

A aglutinação dos imigrantes que tinham a mesma origem, falavam o mesmo dialeto e praticavam a mesma religião; contribuiu, ainda, a limitar o raio de seu horizonte de vida e a conservar as tradições familiares ou regionais; fortaleceu a tendência à segregação, que a orientação essencialmente rural da colonização só favoreceu em demasia. (ROCHE, 1969a, p.158-9)

Roche (1969b) também atrela a pobreza da maior parte dos imigrantes com o surgimento da coesão social nas colônias, assim, “apagavam as antigas distâncias sociais, desenvolviam a solidariedade entre todos os colonos, pelo menos no início

de sua instalação numa zona de mata virgem.” (ROCHE, 1969b, p.571-2) Esta questão também é levantada por Pesavento (1996), afirmando que o isolacionismo conforma a solidariedade étnica. Ela expõe:

[...] o colono ainda era encarado sob duas outras facetas pela classe dominante gaúcha: por um lado, o seu isolacionismo, o abandono a que foi relegado conduziu à solidariedade étnica, que posteriormente os laços comerciais com a Alemanha mais iriam afirmar. Neste sentido, o “germanismo” de São Leopoldo tanto podia ser considerado como um problema como até uma “afronta”. Por outro lado, a partir do momento em que, na década de 70, se revelou a crise de braços negros para a charqueada, o colono imigrante passou a ser visualizado como mão de obra em potencial e não como pequeno proprietário. (PESAVENTO, 1996, p.161-2)

Já o Decreto-Lei 406 de 1938 previa o estabelecimento de colônias mistas, ao invés de se estabelecerem somente colônias etnicamente uniformes, em que os luso-brasileiros deveriam viver entre os estrangeiros de diferentes nacionalidades. Waibel (1979) crítica este tipo de colonização, tomando como referência exemplos de colônias mistas que não deram certo, como o núcleo colonial Barão de Antônia que foi instalado no estado de São Paulo. Para o autor, as colônias mistas rompem com a solidariedade étnica que se instala nas colônias uniformes.

[...] desde os primórdios da colonização, os imigrantes lutaram contra o isolamento moral, multiplicando os pontos de encontro. E foi à beira da picada, num pedaço de lote ou na casa de um colono, que surgiram a capela, a escola, a loja e, depois o salão de festas... Se a célula é a pequena propriedade “isolada”, e sabemos o que é isso, a unidade orgânica do povoamento é a “picada”. (ROCHE, 1969a, p.211)

As igrejas também desempenharam um papel fundamental, pela religião ser, depois do idioma, o elemento mais importante da vida social em comunidade.

É digno de ver-se como, aos domingos, vêm colonos de todas as partes à igreja, de carroça, a cavalo e, depois que termina o serviço religioso, ficam juntos conversando horas seguidas. Para o colono, o serviço divino no domingo é o acontecimento social mais importante da semana. (WAIBEL, 1979, p.275)

“Os colonos alemães transformaram a paisagem, impondo-lhe seu domínio: os sinais reveladores de sua origem são a casa, o habitat rural e a povoação.”

(ROCHE, 1969a, p.198). O “*Stadtplätz*”¹⁸ é formada pela povoação, com um escritório, os serviços municipais da sede distrital, lojas, oficinas, escolas, igrejas, as sedes de sociedades de cantores, de tiro ao alvo e salões de dança. Ou seja, a aglomeração é o centro administrativo, comercial, artesanal, escolar, religioso e social da picada. (ROCHE, 1969a)

Em conformidade com o desenvolvimento de algumas colônias os *Stadtplätze* se transformam em cidades, empregando seus habitantes em âmbito urbano. Para que essa transição ocorresse era necessário um número de habitantes superior a 2.000 e manufaturas e fábricas capazes de absorver grande parte desta população residente na aglomeração. (ROCHE, 1969a)

Os meios de comunicação, ou seja, o rio, inicialmente, depois, a picada, via férrea e, por fim, a estrada de rodagem são os elementos essenciais da atividade e do progresso dessas aglomerações. “Essas cidades se caracterizam, por conseguinte, pela origem de seu povoamento e, como na zona rural circunvizinha, reconhece-se o cunho da colonização alemã na atividade e na mentalidade dos grupos que nelas se formaram e prosperaram.” (ROCHE, 1969a, p.223)

A população de origem germânica teve uma taxa de natalidade elevada. Parece que sua instalação no Brasil lhe favorecera o aumento do índice demográfico, sob a dupla influência da técnica agrícola, que exigia mão de obra abundante para o desbravamento das florestas, e da fertilidade das terras virgens, capazes de alimentar uma população numerosa, pelo menos durante certo espaço de tempo. (ROCHE, 1969a, p.162)

O colono sempre buscou formas de se reunir socialmente, e um ponto de encontro muito comum foram as “vendas”. Nestes locais, que serviam de entreposto comercial de produtos agrícolas e produtos de manufaturas ou de origem industrial, também se manifestava a sociabilidade entre os colonos, pois era lugar de trocas de informações e lazer.

¹⁸ Quase todas as povoações se chamam Vila – sede de distrito. “[...] todas as ‘Stadtplätze’ exerceram as mesmas funções, nas novas como nas antigas colônias alemãs. São vilazinhas essencialmente rurais, onde as atividades estão em simbiose com a agricultura: a curva de seu desenvolvimento é função da curva da prosperidade do distrito.” (ROCHE, 1969a, p.217)

4.4 O papel social e econômico das “vendas rurais”¹⁹ nas colônias alemãs

Lagemann (1996) aponta o papel social e econômico das vendas rurais como uma das formas de exploração do imigrante, em que o colono ficava dependente do vendeiro, que necessariamente precisava dispor de um meio de transporte, que servisse para escoar a produção para centros maiores. E, sob o “custo do frete”, boa parte do preço final do produto passava para o vendeiro, o qual poderia manipular o preço das mercadorias, tendo em vista que era apenas de domínio dele a informação dos preços dos produtos agrícolas fornecidos pelos colonos imigrantes. Essa situação era possível considerando o isolamento das colônias diante das condições de transporte, e pela confiança que a clientela depositava nos comerciantes.

Infelizmente, para os colonos houve sempre, e ainda há, grande diferença entre os preços de Porto Alegre e os das zonas de produção, onde estiveram, e estão ainda, submetidos a uma verdadeira lei inexorável, a do custo do transporte frequentemente mais do que proporcional à distância, dadas as dificuldades de expedição. Os progressos dos meios de comunicação, por evidentes que tenham sido, não resolveram senão parcialmente o problema da distância, cujo peso o colono ainda suporta: a produção e as trocas foram estimuladas, mas o preço pago ao produtor sofre abatimentos consideráveis. (ROCHE, 1969b, p.406-7)

O vendeiro também desempenhava o papel de “banco”, pois, por vezes, recebia depósitos dos agricultores, para guardar o dinheiro, sem pagar juros, e emprestava dinheiro, dessa vez cobrando juros. Através desses mecanismos tornava-se possível aos vendeiros a acumulação de capital, ou seja, pela apropriação dos excedentes produzidos pelo rural. Assim, “os vendeiros diversificavam a aplicação desse capital, instalavam pequenos matadouros, destilarias de banha, moinhos e também cervejarias, evitando a dependência em relação ao fornecimento destes produtos.” (LAGEMANN, 1996, p.129)

¹⁹ Estabelecimento comercial onde o colono entregava o excedente da sua produção para ser comercializado, principalmente na capital, e em troca adquiria produtos dos quais não dispunha em sua propriedade. “Em contato direto com o colono e estabelecidas nas próprias picadas ou no cruzamento dessas, o centro da colônia [...] Como unidade menor de comercialização, aparece a venda. Funcionava esta como centro de informações e trocas, armazém, ponto de transbordo e aconselhamento quanto ao que e como produzir. Em síntese não se limitava apenas à intermediação econômica, assumia também uma função associativa, cultural e até política”. (LAGEMANN, 1996, p.128)

“Neste processo, o comerciante controlava a produção do agricultor, fixava os preços, monopolizava o crédito. Chegou a instituir um sistema de trocas por permuta em conta-corrente, quando os transportes ainda eram deficitários.” (MOURE, 1996, p.97) Roche (1969b) expõe que os comerciantes tiveram forte influência na orientação da produção agrícola através da regularização das trocas e levando os colonos a cultivar os produtos de seu interesse para comercialização. Este autor exemplifica o sistema de trocas entre o vendeiro e o colono:

Da venda, para onde trouxe alguns produtos, o colono leva sua contrapartida em artigos fabricados ou em gêneros alimentícios. Traz um saco de feijão, uma lata de banha ou uma dúzia de ovos se apenas precisa de pouca coisa; traz mais se prevê grandes compras. As trocas fizeram-se, pois, de início, à vista. Depois, certos comerciantes abriram conta-correntes a seus fregueses acreditados. (ROCHE, 1969b, p.411)

A permuta foi a forma de realização das trocas desde os princípios da colonização, e o que é característico da colônia é a perenidade e a universalidade deste sistema (ROCHE, 1969b). Os contatos e trocas só ocorrem através da picada, perto da qual geralmente se encontra a casa do colono, e as terras estendem-se em comprimento até atingir ao fundo a picada paralela, e o arroteamento da terra ocorre da frente para o fundo do lote. Nas colônias comprava-se mais facilmente do que vendia-se. O agricultor e o artífice/artesão tiveram uma orientação essencialmente comercial e os entrepostos de venda fazem parte integrante da paisagem rural nas colônias. (ROCHE, 1969a)

Mas a venda não era apenas o centro de compra e venda, era a construção mais moderna da vila e também o ponto de reunião dos colonos, o local onde aconteciam as quermesses e o ponto de parada dos viajantes. “Para os colonos que viviam isolados em seus lotes, foi o lugar de descanso e o elemento de coesão, o fator social por excelência.” (ROCHE, 1969b, p.574)

O jogo de bolão ocupa um prédio especial. A sala de dança é um grande salão, com parquet lustrado. O hotel instalou-se em outro imóvel. As vendas, que foram balizadas do avanço da colonização, constituem a imagem da evolução da zona circunvizinha. (ROCHE, 1969b, p.574)

Entre as vendas não havia especialização, todas elas tendiam a aumentar o rol de produtos disponíveis para oferecer aos seus fregueses. Roche (1969b)

ressalta a importância do meio de transporte que convertia a produção agrícola dos colonos em produtos que não produziam na colônia, e o percentual da produção que ficava com o transportador era elevado.

O transporte valoriza o produto, mas onera-o com o seu custo muito alto. Na medida em que os colonos aumentavam a sua exportação de produtos, também aumentavam a importação, elevando o seu nível de vida. O transporte ocorria por mulas ou pela carroça colonial de quatro rodas introduzida pelos imigrantes. E, até a chegada do caminhão, o preço do transporte até o porto ou até a estação da estrada de ferro foi o que mais prejudicou o desenvolvimento das colônias (ROCHE, 1969a)

O caminhão foi o instrumento de verdadeira revolução econômica nas colônias: a produção aumenta, pois pode-se escoar facilmente. A flexibilidade de sua utilização e a prática do porta a porta favorecem o produtor, isto é, o colono. [...] O caminhão aumentou a venda e a qualidade das remessas. Permitiu obter melhores preços de venda, reduzindo ao mínimo a incidência da distância. Tornou mais prósperas todas as colônias. (ROCHE, 1969b, p.70)

O comércio relacionado à colônia alemã pode ser caracterizado em três escalas, a saber: primeiro vêm as vendas, instaladas nas picadas; em um segundo momento, o comércio intermediário (nas colônias centrais – São Leopoldo, Taquara, Estrela, Montenegro, Caí, por exemplo, na colônia alemã geralmente se localizavam à beira dos grandes rios do Estado). E, em última instância, o grande comércio (localizado em Porto Alegre, que controlava a exportação de feijão, milho, mandioca, tabaco, trigo e banha, e era responsável pela importação de manufaturados e bens de produção, e isto influenciava toda rede de comercialização pelo interior). (LAGEMANN, 1996)

Desde a origem, as antigas colônias não tiveram senão um só mercado, Porto Alegre, que veio a ser, pouco a pouco, a principal praça comercial do Rio Grande do Sul, exercendo influência decisiva sobre a cotação dos produtos, mais ainda, porém, sobre os da agricultura que sobre os da pecuária. (ROCHE, 1969b, p.404)

4.5 O artesanato rural nas colônias

Um número grande de imigrantes eram artesãos²⁰, assim, além da agricultura, a indústria em breve tornou-se importante e veio a contribuir para a grande prosperidade da colônia. (WAIBEL, 1979)

Algumas empresas industriais foram, historicamente, precedidas por um artesanato, sem generalizar. Outra interpretação que se pode ter acerca da implantação da indústria no Rio Grande do Sul, “em nível regional, pode ser pela acumulação de capital, onde na dinâmica da economia colonial tem-se o comércio como atividade concentradora.” (LAGEMANN, 1996, p.134)

Entretanto, Lagemann (1996) também expõe que a atividade do colono estava fundada na organização produtiva em sua pequena propriedade com a sua família, e que a atividade do mesmo na indústria caracterizava uma exceção,

[...] a transformação do colono, ocupado diretamente no cultivo da terra, o homem das mãos calejadas, em industrial constitui exceção, a ocorrer unicamente se ele possuísse conhecimentos técnicos anteriormente adquiridos. No mais, serviu ele de mão de obra na indústria a ele atribuída, fato que se acentua a partir da década de 1950 com o início do êxodo rural, a migração campo-cidade. (LAGEMANN, 1996, p.127-8)

O artesanato nas colônias “não gerou a indústria, como imaginam geralmente [...] a filiação não é verdadeira senão no que tange a algumas atividades manufatureiras nascidas do artesanato urbano.” (LAGEMANN, 1996, p.122-3). Mas Roche (1969b) defende que de certa forma não se pode negar a relação do artesanato com a indústria, mesmo que ele não tenha sido o precursor da indústria, ele teve contribuição importante, principalmente, no que se refere à imigração de mão de obra semi-especializada na indústria do couro e calçados, que floresceu no Vale do Rio dos Sinos, por exemplo. “[...] a imigração de origem urbana reuniu artesãos e burgueses desejosos de deixar a Alemanha por motivos econômicos, quer políticos” (ROCHE, 1969a, p.158). Muitos dos imigrantes citadinos alemães, que foram recebidos no Rio Grande do Sul, possuíam técnicas mais avançadas e

²⁰ “[...] homem que exerce um ofício manual por sua conta, seja numa obra, seja numa oficina, e ajudado somente por um ou dois companheiros.” (ROCHE, 1969b, p.480)

um espírito de iniciativa para atividades de manufatura mais acentuado que outros imigrantes.

Lagemann (1996) conclui que aos imigrantes não pode ser atribuída a exclusividade na implantação da indústria no estado, mas apenas sua afirmação e também diversificação. Por outro lado, Moure (1996) atrela o fim do artesanato rural ao papel do comerciante que passou a beneficiar os gêneros agrícolas adquiridos do colono. E, com o desenvolvimento dos transportes, por fim, o artesanato ficou fadado ao desaparecimento com a conformação da agricultura comercial.

4.6 Síntese do SAC: Do modo de produção ao modo de vida

Diante do exposto, entende-se que o sistema agrário colonial é conformado pela forma de produzir e pela forma de sociabilidade, e segundo Schneider (1996, p.299):

A forma de produzir refere-se a organização do trabalho num processo produtivo que seja capaz de assegurar a subsistência da família, é a maneira pela qual os indivíduos que trabalham organizam os meios de produção para garantir a sua reprodução. A forma de sociabilidade refere-se ao modo pelo qual estruturam-se as relações sociais que a família do colono-camponês estabelece com os elementos exteriores.

A sociabilidade pode ser estabelecida por meio de laços de parentesco, pelas relações entre vizinhos, pela religião, ou pelas atividades de lazer, podendo ocorrer em diferentes graus dependendo das relações estabelecidas pela família com o seu exterior. A ajuda mútua é uma característica fundamental na sociabilidade do colono imigrante.

O povoamento rural disperso, que ocorreu desde a chegada dos colonos no Rio Grande do Sul caracterizam a forma de ocupação do espaço rural, em que ao longo das picadas os colonos iam estabelecendo suas moradias. Além dessa forma de ocupação do espaço, a etnia, a língua e a dificuldade de comunicações, principalmente pela falta de estradas, induziram a formação de uma sociedade com um alto grau de endogamia até 1950. “O caráter quase autárquico do modo de vida

teuto-colonial era reforçado pelas intensas relações de parentesco e de religiosidade”. (SCHNEIDER, 1996, p. 306)

Por fim, pode-se sucintamente definir que os aspectos essenciais, presentes na agricultura familiar e herdados do sistema agrário colonial são: a pequena propriedade com base na mão de obra familiar, o sistema de produção fundamentado na policultura e nesta está incluída a pecuária de pequeno porte, especialmente a pecuária leiteira. E, o excedente da produção destina-se ao mercado. No caso dos colonos alemães, estes especificamente dedicaram-se à produção de milho e suínos (produção de banha). (MERTZ, 2004)

Outras atividades desenvolvidas no interior das propriedades também fazem parte deste sistema, como é o caso do artesanato rural. O uso do espaço no lote colonial também é outro elemento considerado essencial pelos colonos desde a sua chegada até a constituição da propriedade da terra. Mertz (2004) sintetiza esta situação:

O sistema agrário colonial constitui-se, acima de tudo, por um conjunto de práticas e técnicas agrícolas que se fizeram presentes ao longo da história da agricultura no Rio Grande do Sul e desenharam o seu perfil de tal forma que essas práticas e técnicas ainda podem ser encontradas em regiões do Estado onde predominam pequenas propriedades e os minifúndios coexistindo com sistemas agrícolas mais avançados. (MERTZ, 2004, p.292)

O desgaste dos solos pelas explorações baseadas nas rotações de terra encurtadas leva ao uso mais intensivo do solo, principalmente por contar apenas com a sua fertilidade natural, sendo um limite do sistema agrário colonial. Outro fator que levou a estagnação do sistema agrário colonial foi a contínua transferência de renda aos comerciantes, ou seja, os agricultores vendiam seus produtos ao mercado que pagava baixos preços, e ao adquirirem o que não produziam, ou manufaturados e eram obrigados a pagarem preços mais elevados. (MERTZ, 2004)

Na região da Colônia Velha, a industrialização difusa ocorreu por meio da expansão da indústria coureiro calçadista, esta instigou os produtores rurais à pluriatividade, e isto não os levou a uma proletarização, mas permitiu que os colonos continuassem vivendo em suas propriedades e se relacionando com a sua comunidade local, mesmo com a organização do trabalho e produção modificados.

A terra e o trabalho na agricultura tiveram seu sentido originário alterado e assumiram novas características valorativas e simbólicas. O modo de vida camponês deixou de existir em sua plenitude mas, no entanto, alguns aspectos da sociabilidade camponesa foram revitalizadas e se metamorfosearam num novo ambiente social e econômico, no qual participam e interagem as indústrias de calçado e a pequena agricultura familiar. A vida no campo, antes sinônimo de atraso e privação, passou a ser vista como um privilégio quando comparada ao trabalho, à alimentação, à segurança e à qualidade de vida das sociedades urbanas contemporâneas. (SCHNEIDER, 1996, p. 318)

Schneider (1996) aponta outro fator que levou o sistema agrário colonial ao limite, ou seja, os padrões de herança praticados entre os colonos – a partilha de terra entre todos os filhos, o que levava a minifundização, além de elencar a impossibilidade de expansão da zona pioneira e, também, o sistema de rotação de terras como responsável pelo esgotamento da fertilidade do solo.

Schneider (1996) e Mertz (2004) consideram que na região da Encosta da Serra, onde se instalou a área de Colônia Velha, não se desenvolvia um sistema de produção único, existindo desigualdades em relação ao desenvolvimento das unidades produtivas. Nesta região, havia propriedades desenvolvendo a agricultura colonial tradicional, outras unidades produtivas modernizadas voltadas ao mercado, e também outras modernizadas com pluriatividade, quando a agricultura era integrada à agroindústria e membros da família trabalhavam fora da propriedade em atividades não agrícolas. A modernização da agricultura colonial ocorreu no Estado principalmente a partir de 1960 na região da Colônia Velha, onde: “As explorações agrícolas diversificaram o seu sistema de cultivo e de produção, adaptando-se à nova realidade agrícola ensejada pela modernização.” (MERTZ, 2004, p.296)

5 MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA: A formação do sistema agrário moderno²¹

A modernização da agricultura pode ser definida como sendo o processo através do qual ocorrem mudanças na base técnica de produção. Principalmente, através do uso intensivo de máquinas e insumos químicos e inovações como no método e técnicas de preparo do solo, de tratos culturais e por processos de colheita mais sofisticados (GAZOLLA, 2004). No intuito de elaborar um debate acerca da modernização da agricultura, partindo historicamente de sua concepção até a consolidação na realidade brasileira, mais especificamente no contexto da agricultura familiar, será desenvolvida uma discussão sobre a temática com base em alguns autores que tratam desta questão através de diferentes abordagens.

5.1 O processo histórico da modernização da agricultura no Brasil²²

Apresenta-se uma breve análise sobre a modernização da agricultura brasileira, e suas implicações nas relações e na organização socioespacial, tanto do rural quanto do urbano. Kautsky (1980) introduz a discussão de que na Idade Média o camponês pouco se preocupava com o mercado, pois este não influenciava muito em sua vida e a sua existência não dependia do mesmo. Mas, segundo o autor, esta realidade passa a ser modificada quando diz que:

²¹ A definição de moderno é o que pertence ao tempo presente ou a uma época relativamente recente, e a palavra faz designação ao uso de tecnologia, processo no qual a modernização da agricultura se enquadra. “Na lógica capitalista, ser moderno é estar dentro desse sistema produtivo, que é excludente e concentrador” (MATOS, PESSÔA, 2011, 292). Segundo Becker (1996) o modelo de modernização prioriza o processo econômico, tendência a homogeneização, sem considerar as diferenças locais e regionais sociais, políticas, tecnológicas e culturais. Ver mais sobre a discussão de modernização e desenvolvimento em: IANINI, Octávio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

²² Esta seção reproduz parcialmente um capítulo da monografia de conclusão de curso de graduação, defendida pela autora em 2014 (FRANZ, 2014).

[...] o desenvolvimento da indústria e do comércio produziu também no meio urbano novas necessidades, as quais, da mesma maneira que os instrumentos novos, aperfeiçoados, penetram no meio agrícola de maneira tanto mais rápida e irresistível quanto mais ativas se tornavam as relações entre a cidade e o campo – necessidades a que a indústria rural não podia satisfazer. (KAUTSKY, 1980, p. 30-31).

A mudança que a indústria e o comércio causaram sobre a pequena indústria doméstica dos camponeses é apontado como ponto de partida por Kautsky (1980) para o processo de mudança no campo, tanto pela incorporação de novas necessidades de consumo (divulgadas pelos sistemas de comunicações), quanto pela redução da mão de obra necessária no campo com o advento da mecanização, incitando muitas vezes ao desempenho de atividades não agrícolas fora da propriedade.

Prieb (2005), ao realizar um estudo sobre a produção fumageira na região do Vale do Rio Pardo – RS, corrobora sobre a existência destas necessidades ampliadas expostas por Kautsky (1980). Ela analisa o desenvolvimento da atividade do fumo combinada com a pluriatividade, analisando a liberação da mão de obra familiar para outras atividades agrícolas e não agrícolas e a venda da força de trabalho de alguns membros do grupo doméstico. A autora também expõe que esta é uma prática mais comum entre os jovens, que se encantam com a vida urbana que é exposta pelos meios de comunicação, realçando a possibilidade de acesso aos bens de consumo ofertados pela cidade.

Assim, a agricultura ao sofrer os efeitos do processo de modernização teve como reflexos imediatos, desde a diminuição de sua autonomia em relação ao mercado, até o retraimento do círculo da família absorvida pelo processo produtivo.

Müller (1989) analisou as relações da agricultura com a indústria no Brasil, a partir de um viés histórico, indicando as trocas entre ambas, primeiramente, pelo comércio e pelas comunicações e, posteriormente, pela inserção de tecnologias (mecânicas, químicas e biológicas) no campo. Nesse sentido, identificou a formação e consolidação dos complexos agroindustriais (CAI's)²³ no cenário produtivo do país.

²³ As atividades no complexo agroindustrial são interdependentes, entretanto, assimétricas. A definição elaborada por Müller (1981) é: “[...] um conjunto composto pela sucessão de atividades principais e acessórias vinculadas à produção e transformação de um ou mais produtos agrícolas. Dentre as atividades principais incluem-se a geração destes produtos, seu beneficiamento e

Müller (1981) expõe as questões conceituais a cerca do complexo agroindustrial, onde supõe que a agricultura é uma atividade industrializada, tanto por adquirir produtos dos setores de bens de produção urbano-industrial, quanto por remeter parte de sua produção para os setores processadores de matérias-primas de origem agrícola. Isto é, “[...] relações de produção e distribuição de produtos industriais consumidos na agricultura e de produtos agrícolas consumidos na indústria [...]” (MÜLLER, 1981, p.1).

A crescente inter-relação entre agricultura, indústria e serviços pode ser explicada pelos CAI's, não estando mais a agricultura isolada do resto da economia. O complexo agroindustrial é característico da etapa do desenvolvimento capitalista em que a agricultura se industrializa no pós-guerra e, crescentemente, vai se relacionando com o setor industrial a montante e a jusante, e este acaba por impor os preços dos insumos, da mesma forma que dos produtos agrícolas quando recebidos pela agroindústria processadora, a qual também estabelece o padrão dos produtos. (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

Entretanto, em relação à industrialização do campo no Brasil, Müller (1981, p.2) expõe que, “nem toda a agricultura brasileira mudou sua base técnico-econômica e nem toda a agricultura que se modernizou o fez por completo.”

Santos (1978) reconstitui o processo de trabalho reproduzido historicamente pelos camponeses e analisa as relações dos produtores de uva com a indústria do vinho, em áreas em que a agricultura diversificada vai tendendo a uma especialização, pela venda de parte de sua matéria-prima para a indústria do vinho, e com o estabelecimento de uma relação comercial do produtor familiar diretamente com a indústria. Este relacionamento com a indústria, junto com a atuação do Estado, corroborou para a destruição da fabricação doméstica do vinho, e para uma exploração das unidades produtivas com a deterioração dos preços da uva diante dos preços dos insumos para produção, por exemplo.

Graziano da Silva (1999) escreve que a mecanização da agricultura age no sentido de reduzir o tempo de trabalho necessário para uma determinada atividade,

transformação, a produção de bens de capital e insumos industriais para atividades agrícolas. Dentre as atividades acessórias incluem-se a coleta, armazenagem, transporte, distribuição dos produtos industriais e agrícolas e o financiamento” (MÜLLER, 1981, p. 8).

como em aumentar o ritmo e a intensidade do trabalho, entretanto no campo a mecanização não atinge o mesmo patamar que atingiu nas indústrias, tendo em vista que não altera drasticamente o tempo de produção agrícola, pois existem fatores naturais envolvidos. Pode-se dizer que a mecanização diminui o trabalho necessário e conseqüentemente aumenta o tempo de não trabalho incitando ao desenvolvimento de atividades não agrícolas conciliadas as agrícolas, ou até mesmo ao êxodo rural em alguns casos. As inovações biológicas e agrônômicas são a base do processo para o capital superar as barreiras naturais para o seu desenvolvimento na agricultura.

O mesmo autor entende que o elemento-chave para a absorção do processo de modernização entre os pequenos produtores foi a política de crédito rural²⁴ em nível nacional que, principalmente, beneficiou a região centro-sul do país, além de também privilegiar os grandes produtores em detrimento dos pequenos (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

A ideologia economicista com seus sucessos tecnológicos obtidos com as revoluções agrícolas (motomecanização, agroquímica, seleção e melhoramento genético) geralmente induzem a monocultura, o que acaba infringindo a garantia de segurança alimentar, pois essa não visa alimentar quem produz, mas sim a mercantilização da produção. Além deste fator, outro fator que influencia para a insegurança alimentar é a concentração da propriedade da terra. A monocultura acentua a dependência do agricultor diante do complexo industrial-financeiro e aumenta a insegurança alimentar dos agricultores e suas famílias, bem como, do país num todo (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Wanderley (1989), ao tratar das condições de produção e suas relações com as relações sociais de trabalho, afirma que com a modernização o trabalho agrícola torna-se menos penoso, exigindo menos esforço físico por parte do agricultor e de sua família, entretanto, o leque de preocupações deste aumenta com a inserção de elementos externos a propriedade, como por exemplo, as relações mais intensas com o urbano e com as questões financeiras, incitando assim a existência de uma penosidade mental e não só mais física, como expõe:

²⁴ O crédito rural foi estruturado em nível nacional em 1965 e operacionalizado em 1967. “o sistema de crédito rural para custeio e investimento a juros subsidiados tornou-se, inegavelmente, o agente catalisador, a condição necessária da modernização da agricultura” (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p.142).

A penosidade deixa frequentemente de ser de natureza propriamente física. Com efeito, não é raro que a responsabilidade na condução de uma empresa familiar provoque estados de tensão psíquica, resultantes, seja do impacto de fatores sobre os quais o produtor não tem controle – o endividamento, por exemplo – seja pela dificuldade de se ausentar do estabelecimento, tirar férias, em razão da própria natureza do trabalho agrícola. (WANDERLEY, 1989, p.29)

Santos e Silveira (2001) defendem que no campo modernizado, a natureza presente já é uma natureza cientificamente conhecida, domada, codificada, comandada. Na mesma, através de biotecnologias e o influxo do mercado, é imposto um calendário agrícola cada vez menos diretamente dependente das condições naturais e mais dependente do progresso técnico e das demandas do mercado.

Na realidade brasileira é nítida que a modernização da agricultura gerou um crescimento significativo da produção agrícola (aumento da produtividade da terra e do trabalho), mas este aumento não é condição para o bem-estar da população, pois não se tem certeza da redistribuição destes benefícios na sociedade. A implantação do modelo de modernização no Brasil, em muitas regiões, aconteceu por intermédio da formação e consolidação dos complexos agroindustriais, e isso gerou uma seleção dos agricultores com condições de adotar o pacote tecnológico e adequar sua produção a indústria e, conseqüentemente, a exclusão de outros. Este modelo também vem transformando as unidades de produção familiar, principalmente a partir dos anos 90, quando as agroindústrias se voltaram para a exportação de produtos advindos da semi-especialização para o mercado da agricultura familiar, como é o caso do fumo, soja, suínos e aves. (MEDEIROS, 2007).

Rosa (1998) considera a modernização da agricultura no Brasil como sendo conservadora, isso por ter evitado tratar de problemas como a concentração de terras, o direcionamento da produção para exportação e o atendimento das necessidades dos pequenos produtores. Considera o aumento da produtividade, mas, ressalta que neste cálculo não estão inclusos os alimentos e outros recursos consumidos pelos camponeses, a destruição ou diminuição dos recursos naturais – a insustentabilidade do modelo a longo prazo.

Corrêa, Corrêa e Gerardi (2001) corroboram que a expansão da modernização sobre o rural trouxe problemas, como expõem:

O processo capitalista de modernização tecnológica se expandiu no meio rural, modificou a estrutura e a organização da produção, produzindo muitos problemas. Além disso, a urbanização avançou nas áreas rurais, instalando-se neste setor uma nova dinâmica, marcada por atividades agrícolas e não agrícolas. (CÔRREA; CORRÊA; GERARDI, 2001, p.39).

Pessôa (2007) em seus estudos atrela a modernização da economia à intensificação da urbanização. A absorção da agricultura moderna no Brasil não foi homogênea, certos produtos, regiões e produtores foram beneficiados especificamente, aumentando a disparidade regional e concentração fundiária, o que gerou novas desigualdades. A autora trata historicamente da modernização agrícola no Brasil, que ocorre a partir da década de 1950 – a chamada Revolução Verde²⁵ – que gerou um aumento da produção e da produtividade e ressalta a importância do Estado para a viabilização da introdução do pacote tecnológico na agricultura no Brasil, atendendo aos interesses do capital monopolista.

A modernização da agricultura, através da Revolução Verde foi incompleta, ela esteve atrelada as políticas de financiamento aos pacotes tecnológicos, valorizando a tecnologia do campo em detrimento aos saberes tradicionais (tradições agrícolas, práticas culturais, etc...) dos camponeses, gerando uma segregação do agricultor familiar que não está integrado ao capital. E a modernização também esta atrelada ao endividamento dos agricultores.

Santos e Silveira (2001) apontam a década de 1970 como um marco na modernização da agricultura, no desenvolvimento do capitalismo agrário, tanto no quesito do avanço das fronteiras agrícolas, quanto na intensificação dos movimentos dos trabalhadores volantes – os boias-frias. Porto-Gonçalves (2006) também relaciona a Revolução Verde e suas sementes híbridas, transgênicas²⁶ e o plantio direto, com mudanças ecológicas, sociais, culturais e, políticas. Isto é, na medida em que o componente técnico-científico vai ganhando importância no processo

²⁵ A meta da Revolução Verde – Projeto modernizante implementado no Brasil – foi o aumento da produção e da produtividade das culturas. Especialmente o lócus inicial do projeto foi a região Centro-Sul, com as culturas de soja, milho, café e cana de açúcar, além da pecuária.

²⁶ A tecnologia dos transgênicos é uma técnica de cruzamento de moléculas animais em uma planta, rompendo-se com barreiras genéticas naturais. (PORTO-GONÇALVES, 2006).

produtivo, maior é o poder das indústrias de alta tecnologia que comandam os processos de normatização (normas de qualidade dos produtos de origem agrícola) na agricultura.

Ao analisar a questão das sementes transgênicas, ou de forma mais ampla os organismos geneticamente modificados – OGM's, Porto-Gonçalves (2006) é enfático em ressaltar a importância da dimensão política. Para o autor, esse processo é marcado por uma supervalorização da ciência e das técnicas ocidentais.

Estamos diante, pois, de um modelo agrário/agrícola que não só tende para a concentração fundiária e de capital como, pela exigência elevada de capital que coloca, impede a própria democratização do modelo, além de diminuir sensivelmente a mão de obra empregada e, também, a participação do trabalho na distribuição da renda nesse complexo produtivo como um todo (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.280).

A extrema especialização, tanto no sentido da monocultura como no da dependência de alguns poucos cultivares, torna os agroecossistemas vulneráveis a pragas, a variações climáticas, e se tornam extremamente dependentes de insumos externos, como adubos, venenos (ou defensivos agrícolas) e energia vindos de outras regiões. “À medida que cresce a uniformidade, aumenta a vulnerabilidade.” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.221). Assim, segundo a visão do autor a engenharia genética levará a perda de milhares de espécies, diante da alta produtividade de algumas poucas.

Ao compilar os dados referentes à produção de grãos em nível mundial, no período de 1950 a 2000, a FAO²⁷ registrou um aumento de 2,9 vezes (de 631 milhões de toneladas em 1950 para 1.835 milhões de toneladas em 2000), e para este mesmo período registrou-se um aumento de 10,1 vezes no consumo de fertilizantes (de 14 milhões de toneladas em 1950 para 141 milhões de toneladas em 2000). Através destes dados é possível perceber um aumento no volume de produção proporcionalmente menor que o de consumo de fertilizantes. (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Por outro lado, a associação de atividades agrícolas e não agrícolas dentro e por vezes fora da propriedade atrela-se, em alguns casos, com a modernização que passa a dispensar braços na produção agrícola, em outros pela proximidade com o

²⁷Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.

urbano que aproxima as oportunidades de emprego na indústria ou no comércio. Esta pluriatividade necessariamente representa uma produção de tempo-parcial. E, conforme Pereira e Ferreira (2009):

[...] o exercício de atividades agrícolas e não agrícolas por membros de uma família, fora da propriedade, não informa necessariamente a desagregação do núcleo familiar. Essa ruptura depende de como a família consegue organizar seus projetos coletivos e individuais. (PEREIRA, FERREIRA, 2009, p. 219).

A pluriatividade pode ser identificada como a diversificação das atividades rentáveis, em que membros das famílias de agricultores optam pelo exercício de atividades não agrícolas, mantendo a residência no campo e inclusive uma relação produtiva com a agricultura e com a vida no campo. Com a absorção da modernização no campo, este espaço passa a se configurar mais próximo em sua organização espacial, sociedade e natureza com o urbano, apenas com determinadas funções diferenciadas (WANDESCHEER; DUTRA; FONTOURA, 2012).

5.2 As transformações na agricultura familiar: a configuração do sistema agrário moderno

Mesmo com a modernização do campo e com a integração socioeconômica alterando as dinâmicas da agricultura familiar não houve “a implantação de uma forma social de produção única e homogeneizada” (WANDERLEY, 2009, p.185). E, hoje estas formas sociais de produção exercem um papel importante na economia e na sociedade brasileira adaptando-se as modernas condições de produzir e de viver em sociedade.

Wanderley (1989; 2009) expõe acerca da alteração no modo de vida tradicional do camponês, principalmente através da aspiração ao modo de vida moderno. A modernização e a integração aos CAI's não atingiu todos os agricultores, e considera que a produção familiar sobrevive pelo fato do produtor estar apto a produzir para o mercado e este, por sua vez, apresenta uma demanda pelos produtos daquele.

Grando e Mertz (2010) estudam a relação da agricultura com a agroindústria e consideram que a modernização da agricultura e a industrialização difusa são dois fatores que influenciaram em mudanças na agricultura gaúcha nas últimas décadas: estrutura social das comunidades rurais; modo de produzir dos agricultores; modo de vida das famílias rurais; paisagem rural.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)²⁸ se caracteriza por uma linha de crédito específica para o agricultor familiar e se propõe a promover:

O fortalecimento e melhoria de vida dos agricultores mediante a criação de oportunidades de ocupações produtivas, possibilitando a reconversão, geração de renda de forma desconcentrada, uso sustentado dos fatores ambientais, redução da migração campo-cidade, ampliação do acesso aos serviços públicos, modernização do processo produtivo e redução das desigualdades sociais. (SILVA, 1998, p. 32).

Os agricultores familiares são classificados no PRONAF em grupos: “A”, “B”, “C” e “D” tomando como base o critério da renda bruta familiar anual. E, a maior parte dos recursos é retida nas regiões e com os agricultores mais capitalizados. Ao analisar o destino dos recursos do custeio agrícola, Gazolla e Schneider (2013) perceberam que os mesmos são destinados principalmente para as culturas de milho (45,53%) e soja (30,18%) no Rio Grande do Sul. Estas lavouras são caracterizadas pelo uso intensivo de fertilizantes químicos, agrotóxicos, sementes melhoradas, máquinas agrícolas e sementes geneticamente modificadas (tecnologias e insumos externos). Isso demonstra que o programa está apoiando, principalmente, a agricultura familiar modernizada. Os recursos da modalidade investimento são direcionados, em sua maioria, para a aquisição de máquinas, equipamentos e veículos agrícolas para fornecer infraestrutura rural às mesmas culturas de soja e milho financiadas pelo custeio. “Forma-se, assim, um círculo vicioso em torno do uso dos recursos, pois as duas modalidades de financiamentos

²⁸ O PRONAF começou em 1995/6 com quatro áreas de atuação básicas: no financiamento do custeio e investimento agrícolas; fornecimento de infraestrutura rural; negociação e articulação de políticas públicas e formação de técnicos extensionistas e agricultores, e com o passar dos anos passou por muitas modificações, como a redução na taxa de juros a partir de 1999, e também a incorporação do público assentado da reforma agrária. Já entre 2003 e 2008 têm-se a diversificação das linhas de financiamento do programa - a criação do Pronaf Agregar, Mulher, Agroecologia, Turismo Rural, Jovem Rural, Alimentos, entre outras modalidades (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013).

unem-se em torno das mesmas atividades econômicas, especializando e mercantilizando crescentemente a agricultura familiar local” (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013, p.65).

Existe uma ressalva no caso das lavouras de milho, pois é um cultivo com duplo papel nas unidades familiares, ele pode ser tanto vendido aos diferentes mercados como consumido pelos animais (criação de pequenos animais – consumo intermediário) ou pela família. “Dessa forma, quando o PRONAF financia a produção de milho, estará fornecendo uma *commodity* quando esta for para os mercados, ou fortalecendo o grupo familiar quando esse produto é utilizado pela família e no trato dos animais.” (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013, p.54). Sendo a lógica do programa no RS a especialização produtiva, ou seja, os agricultores familiares são levados a plantar o que se financia pela política pública, contribuindo dessa forma para a redução da diversidade dos sistemas produtivos, bem como, a autonomia das unidades familiares. As evidências apresentadas pelos autores apontam que os agricultores financiam o plantio de milho ou soja, mas a produção para o autoconsumo e o cultivo de alimentos ficam relegados a um plano secundário dentro da organização da produção nas unidades familiares.

A tendência do PRONAF é privilegiar as culturas de mercado em detrimento das atividades para a diversificação rural e alimentação básica dos agricultores e da sociedade num todo. O agricultor muitas vezes realoca parte dos recursos que deveriam ser aplicados nas culturas, como milho e soja, e os aplica nas suas pequenas culturas e criações. Estas atividades são importantes à manutenção da agricultura familiar e muitas delas estão relacionadas à sua segurança alimentar e nutricional, bem como da sociedade brasileira (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013).

Estas pequenas culturas e criações tem um papel muito importante para os agricultores familiares, além de serem em grande parte destinadas ao autoconsumo das famílias, esta produção ainda possui outras funções entre os agricultores familiares, para além de uma fonte de alimentação, ela gera sociabilização através de trocas com vizinhos ou parentes. E, também, através da produção diversificada ocorre a transmissão dos saberes tradicionais de uma geração para outra, além de estar atrelado ao reconhecimento da profissão agricultor. (GAZOLLA, 2004).

Porto-Gonçalves (2006) esclarece que a agricultura camponesa não é o oposto da agricultura capitalista, tendo em vista que a agricultura camponesa

sempre manteve relações com o mercado, e a agricultura capitalista é “*uma* forma de agricultura de mercado e não a agricultura de mercado”. (p.224, grifos do autor) Considerando que o mercado é anterior ao capitalismo e a ele pode sobreviver.

A partir de uma conjuntura macroeconômica imposta pelo sistema de desenvolvimento capitalista adotado no campo brasileiro, a modernização influi na diminuição da autonomia e da diversidade da agricultura familiar, que é absorvida por este processo englobante. Entretanto, este processo não é homogêneo e também não é um caminho inexorável, há continuidades e permanências que se combinam com a absorção da modernização em diferentes intensidades. (PORTO-GONÇALVES, 2006)

Em relação à absorção da modernização na agricultura familiar, Salamoni (1992) expõe que essa ocorre principalmente através da integração aos CAI's, às cooperativas ou às redes de comercialização, ocorrendo uma subordinação da produção agrícola familiar as demandas do capital urbano-industrial. Já Schneider (1999) realiza uma análise das origens do padrão agrícola moderno na agricultura familiar a partir da introdução da sojicultura no Rio Grande do Sul. E, na região da Colônia Velha, ele considera que houve uma estagnação quanto à tecnificação e especialização num primeiro momento, pois o que prevaleceu com a expansão da modernização e da industrialização foi a intensificação da pluriatividade, ou seja, mudanças nas relações sociais de trabalho na agricultura, a partir da combinação de atividades agrícolas e não agrícolas.

Sucintamente, Grando e Mertz (2010) elencam os principais fatores que ocasionaram mudanças na agricultura familiar, em específico no Rio Grande do Sul, e destacam a modernização da agricultura e o avanço da industrialização nas zonas rurais. Estas variáveis influenciam na estrutura social das comunidades rurais (na diferenciação de integração/exclusão ao sistema moderno de produção); no modo de produção dos agricultores (com a imposição tecnológica da agroindústria ocorreu a simplificação dos sistemas de produção para uns, e para outros gerou a busca por novas estratégias); no modo de vida (pela expansão da sociedade do consumo); e na paisagem rural (pelo aumento das redes de comunicação – estradas, pelo turismo rural, ou ainda pelos usos não agrícolas).

6 O SISTEMA AGRÁRIO NA AGRICULTURA FAMILIAR EM LAJEADO: uma organização socioespacial híbrida

As entrevistas junto aos agricultores familiares de origem colonial alemã foram realizadas no período de 01 a 08 de dezembro de 2015, e de 15 a 22 de janeiro de 2016. A escolha das propriedades visitadas para a realização das entrevistas se ateve ao critério de pertencerem a agricultores familiares de origem alemã e localizadas em diferentes porções do município, buscando desta forma abranger tanto os agricultores que residem na localidade rural, quanto os que se localizam na zona delimitada como urbana pelo poder público municipal. Assim, foram entrevistados dois (2) agricultores familiares da localidade rural de Alto Conventos, dois (2) do bairro São Bento, dois (2) do bairro Conventos, dois (2) do bairro Moinhos d'Água e dois (2) do bairro Floresta, totalizando dez (10) propriedades entrevistadas. Como critério para a seleção dos bairros urbanos tomou-se como base os dados obtidos junto a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER RS), que apresenta a distribuição espacial dos agricultores familiares no município, sendo escolhidos aqueles em que a presença da agricultura familiar é mais expressiva, ou seja, o critério foi o maior número de propriedades rurais definidas como familiares.

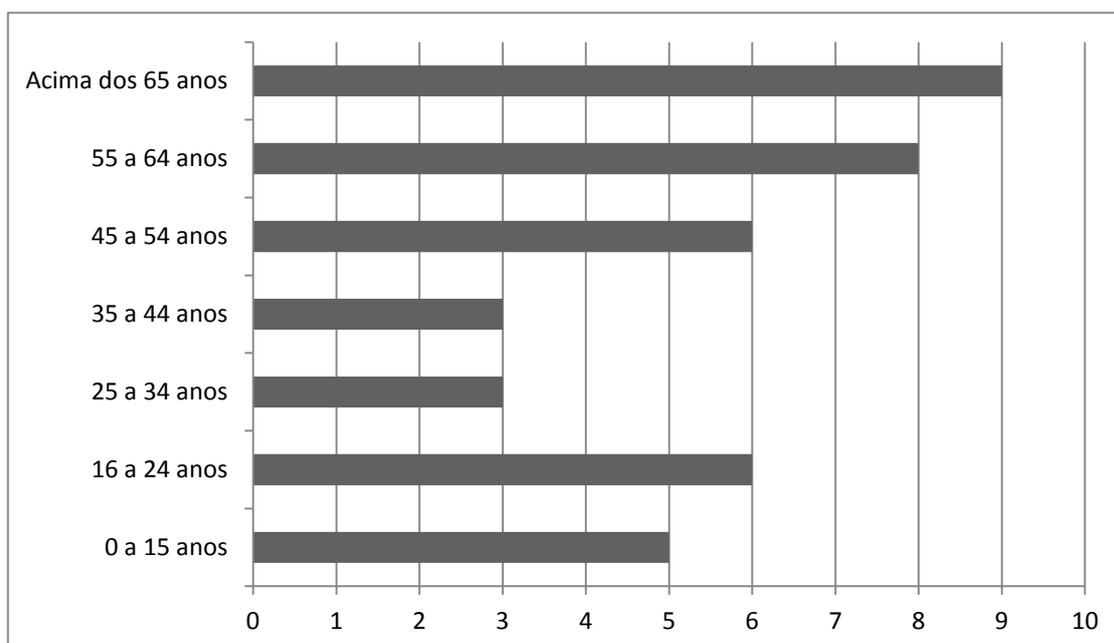
Além das entrevistas também foi utilizado um diário de campo, no qual foram feitas anotações detalhadas das conversas com os agricultores, e do que pôde ser observado nas propriedades. Também, foram realizados registros fotográficos no interior das propriedades, no intuito de identificar as heranças, representadas pela cultura material e imaterial e as rupturas, através dos itens da modernização da agricultura.

Com a finalidade de apresentar os dados coletados em campo, em um primeiro momento se apresenta um perfil dos grupos familiares presentes nas propriedades entrevistadas. Os dados são apresentados através de gráficos, tabelas e quadro elaborados no software Microsoft Excel 2007 e as fotografias são apresentadas em mosaicos. A sistematização dos dados não se ateve, necessariamente, a ordem em que as questões foram aplicadas aos entrevistados, buscando-se um agrupamento das respostas na interpretação dos dados de campo.

6.1 Perfil dos componentes dos grupos familiares entrevistados

Nas 10 propriedades rurais, nas quais foram realizadas as entrevistas, foi considerado o grupo familiar como unidade contemplada nas respostas das questões, no total foram 40 pessoas. A partir da análise da faixa etária da população residente é perceptível, a partir do gráfico 2, o envelhecimento da população nas propriedades entrevistadas. Aproximadamente 45% das pessoas que compõem os grupos familiares entrevistados possuem idade acima dos 55 anos.

Gráfico 2: Faixa etária dos integrantes dos grupos familiares entrevistados

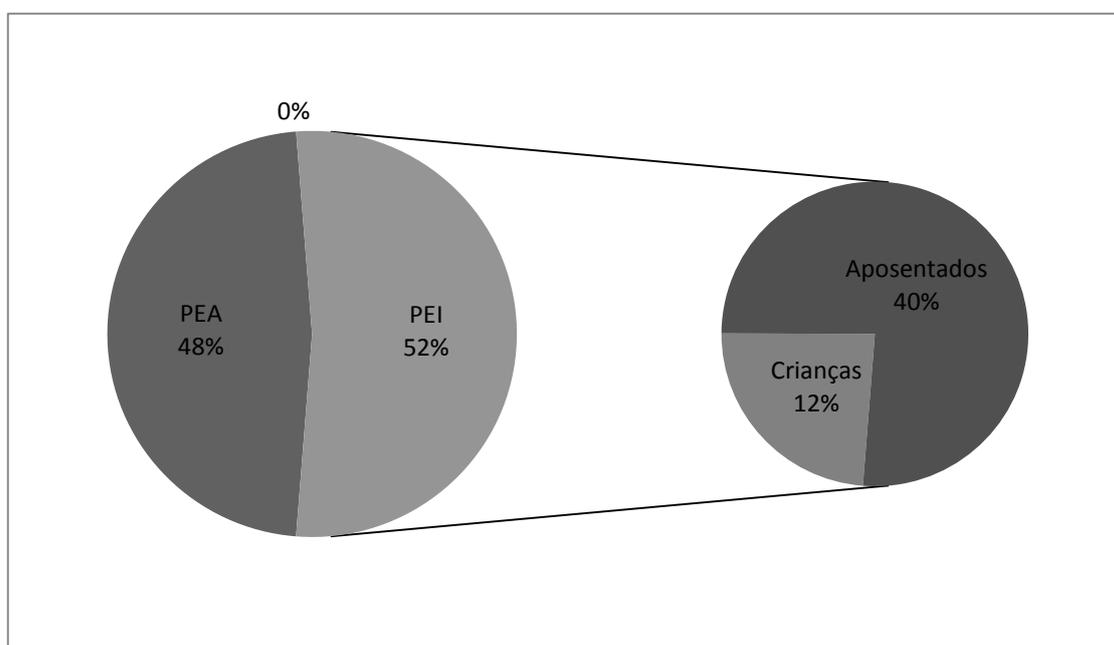


Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Além do envelhecimento do grupo que compõe estas propriedades também é perceptível uma redução na composição do grupo familiar (em média 4 pessoas por propriedade). Menasche e Schmitz (2007) constataam que nas regiões de agricultura colonial do Sul do país, a migração de jovens, bem como a diminuição do número de filhos por família, gerou, nas últimas décadas, envelhecimento e redução da população do campo.

O perfil etário do grupo entrevistado corrobora com os dados obtidos na pergunta 1.1 do instrumento de coleta e descrito no gráfico 3, o qual aponta que 40% da população entrevistada é composta por aposentados.

Gráfico 3: Ocupação dos integrantes dos grupos familiares entrevistados – Foco na PEI



PEA – População Economicamente Ativa

PEI – População Economicamente Inativa

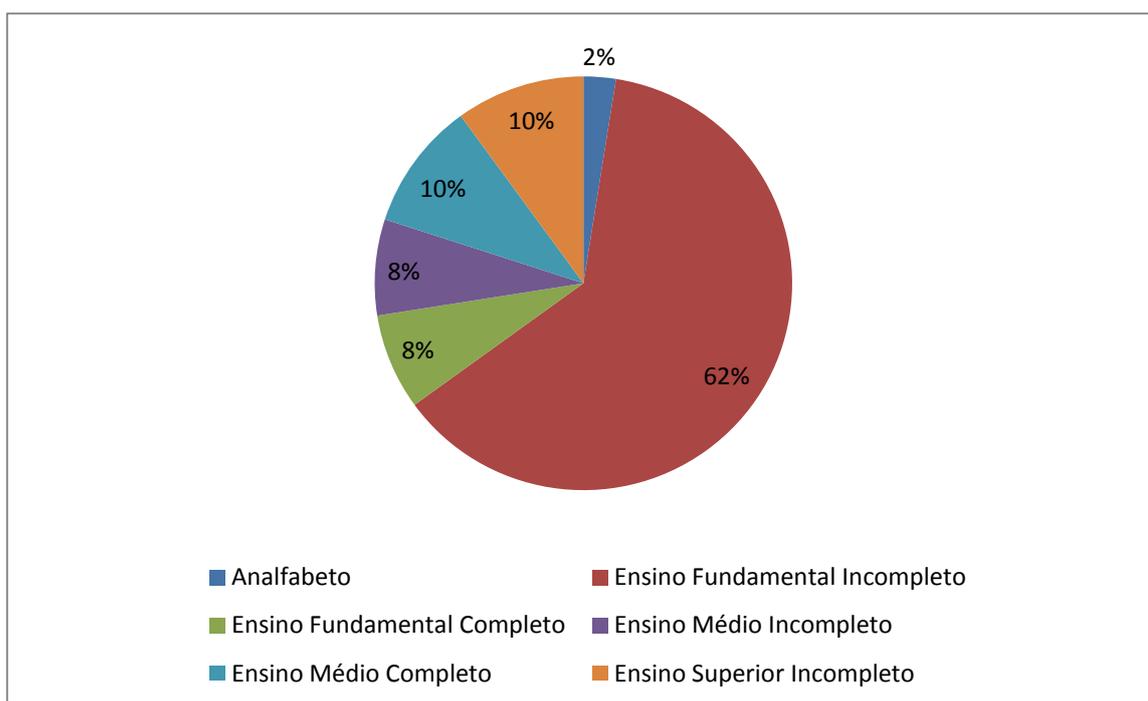
Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Importante ressaltar que por mais que as pessoas aposentadas se enquadram na PEI, grande parte delas continua trabalhando na propriedade. E, o mesmo ocorre com as crianças, que desde cedo começam a ser instruídas no ofício da agricultura, como no trato dos pequenos animais ou nas atividades da horta e ainda auxiliando na manutenção da propriedade e nas atividades domésticas.

Menasche e Schmitz (2007, p.82) ao constatarem a aposentadoria como componente da renda familiar em grande parte das propriedades rurais estudadas por elas atrelam este fator a diminuição do grupo familiar, e sugerem que “ao assegurar aos agricultores idosos renda própria, as aposentadorias venham tendo como efeito a desobrigação da permanência de algum filho na propriedade ou no trabalho agrícola”.

Em relação à escolaridade, grande parcela da população que compõe as propriedades entrevistadas (62%) possui o ensino fundamental incompleto (Gráfico 4), isso se deve principalmente pela dificuldade do acesso a educação formal entre a população adulta, principalmente, pela demanda de mão de obra nas propriedades rurais.

Gráfico 04: Escolaridade dos integrantes dos grupos familiares entrevistados



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Nestas propriedades 10% das pessoas residentes estão cursando o ensino superior, e não há nenhuma pessoa com o ensino superior completo. No quadro 8 através do cruzamento dos dados da escolaridade com as faixas etárias é possível perceber que a população com menor grau de instrução formal é a população com

idade a partir dos 55 anos. Neste quadro nota-se que a maior escolaridade se encontra na faixa etária de 16 a 34 anos.

Quadro 8: Relação entre faixa etária e grau de escolaridade entre os integrantes dos grupos familiares entrevistados

IDADE	ESCOLARIDADE						Total
	Analfabeto	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental Completo	Ensino Médio Incompleto	Ensino Médio Completo	Ensino Superior Incompleto	
0 a 15 anos	1	4	0	0	0	0	5
16 a 24 anos	0	0	0	2	1	3	6
25 a 34 anos	0	0	0	0	2	1	3
35 a 44 anos	0	2	0	0	1	0	3
45 a 54 anos	0	4	1	1	0	0	6
55 a 64 anos	0	6	2	0	0	0	8
Acima dos 65 anos	0	9	0	0	0	0	9
Total	1	25	3	3	4	4	40

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

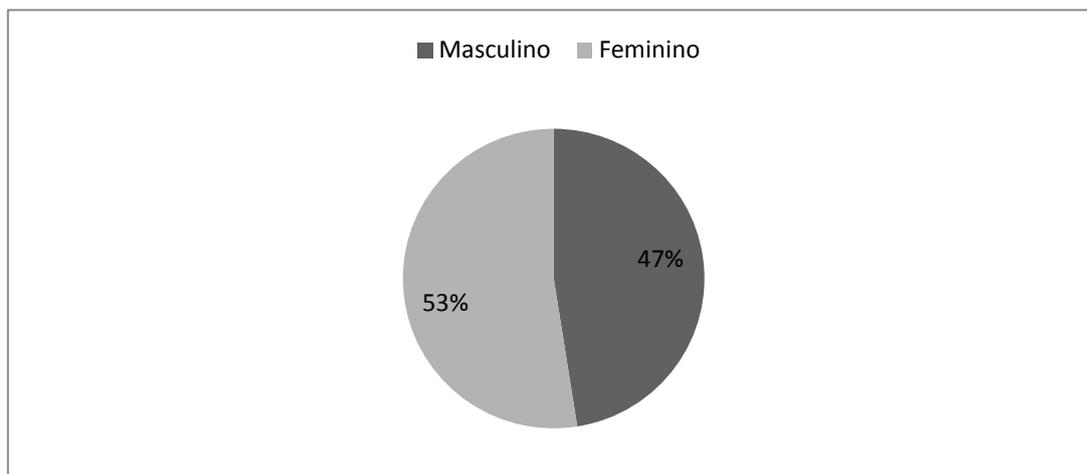
Mello (et al. 2003, p.2) ao tratarem da educação formal para a população do campo, apontam que “até o final dos anos 70, a continuidade da profissão de agricultor revestia-se do caráter de uma obrigação moral e o conhecimento que o jovem adquiria junto à família e à comunidade, era considerado suficiente para gerir o estabelecimento agrícola”.

Na família rural, o conjunto acumulado de conhecimentos é transmitido e progressivamente incorporado pelas novas gerações. Esta base de sustentação cultural, que permite ao agricultor entender e interagir com o mundo no qual está inserido, formada pelo conhecimento do meio, pelo domínio das técnicas tradicionais, pelos contatos úteis em termos de serviços e acesso aos mercados, também possibilita ampliar as habilidades do agricultor e assim desempenhar as atividades tradicionalmente desenvolvidas pela agricultura familiar da região (MELLO, et al., 2003, p.10).

Segundo estes autores a regra constatada para a agricultura familiar é que fica no campo o filho que menos estudou. Constataram também que os jovens com maior escolaridade saíram da propriedade paterna para desenvolverem atividades no meio urbano (MELLO, et al., 2003).

Quanto ao gênero da população entrevistada (Gráfico 5) verifica-se que a população feminina é superior em relação à masculina, os dados encontrados na amostra pesquisada estão em consonância com os dados do IBGE (2014) para o município, onde 48,6% da população residente é do gênero masculino e 51,4% é do gênero feminino.

Gráfico 5: Gênero dos integrantes dos grupos familiares entrevistados

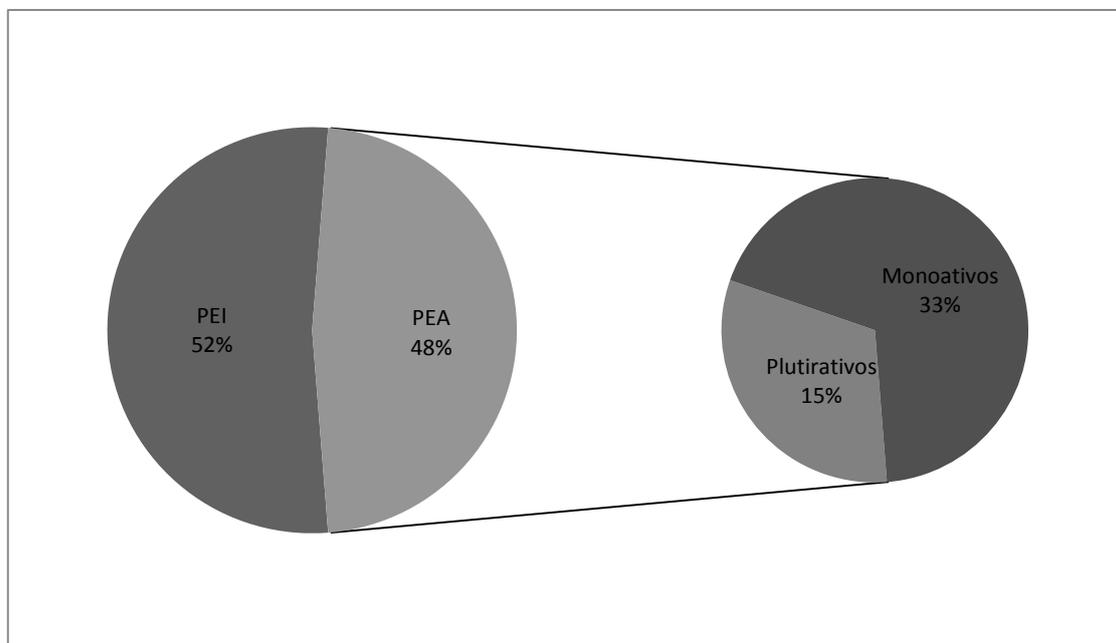


Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

No que se refere à ocupação da População Economicamente Ativa entre componentes dos grupos familiares entrevistados (Gráfico 6), a parcela de 33% trabalha exclusivamente no interior da propriedade rural que reside, ou seja, são agricultores monoativos, enquanto outros 15% são pluriativos, isto é, combinam a atividade agrícola com outras atividades não agrícola remunerada dentro ou fora da propriedade rural.

Schneider (et al., 2006) analisam que a pluriatividade no meio rural do Rio Grande do Sul vem aumentando e também inferem em sua pesquisa que a medida em que os filhos das famílias monoativas atingem a idade de trabalhar, bem como maior escolaridade tendem a se tornar pluriativos.

Gráfico 6: Ocupação dos integrantes dos grupos familiares entrevistados – Foco na PEA

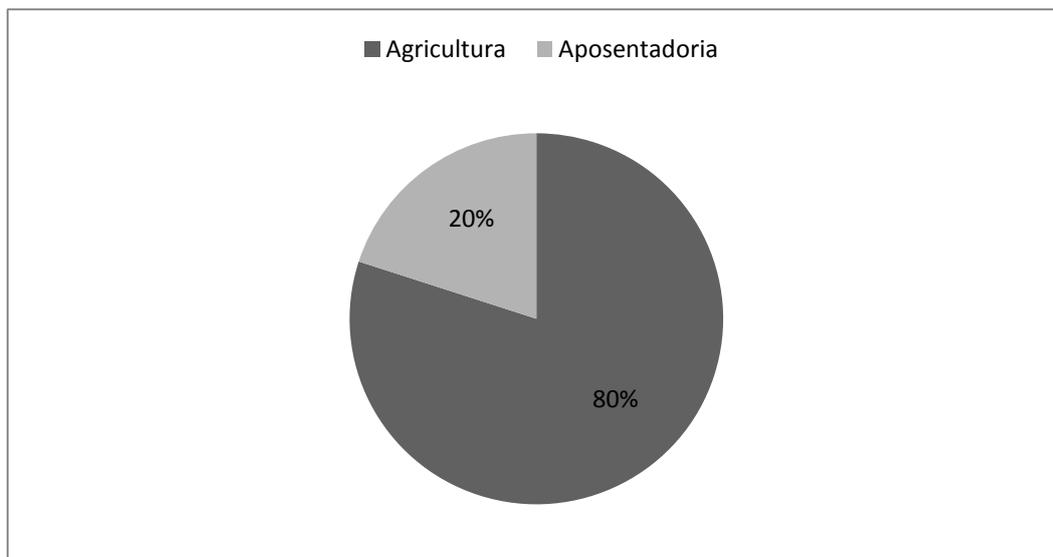


PEA – População Economicamente Ativa

PEI – População Economicamente Inativa

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Quanto à composição da renda familiar, a principal fonte de renda apontada por 80% dos agricultores foi a agricultura (Gráfico 7), apesar de as propriedades serem compostas por 40% de aposentados (Gráfico 3). Outros 20% evidenciaram a aposentadoria como sendo a principal fonte de renda, e nenhuma das propriedades indicou a pluriatividade como sendo a principal fonte de renda da propriedade, tendo em vista que esta também era uma alternativa de resposta apresentada aos entrevistados.

Gráfico 7: Principal fonte de renda dos grupos familiares entrevistados

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

6.2 Aspectos socioculturais apreendidos em campo: as continuidades na agricultura familiar

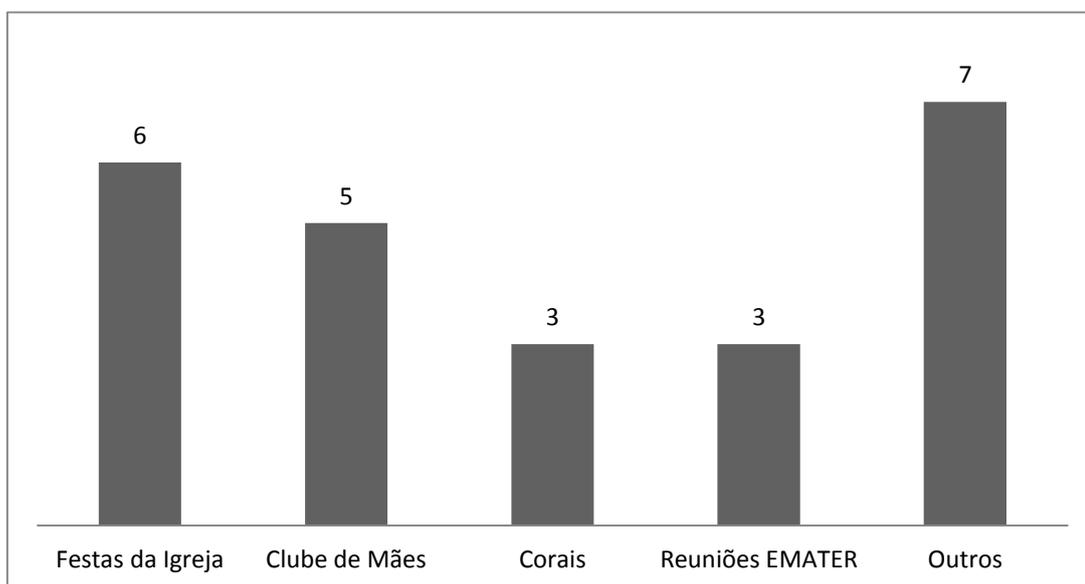
No que se refere aos aspectos socioculturais dos integrantes dos grupos familiares entrevistados, observou-se a participação de 6 mulheres, de 5 diferentes propriedades, nos jogos de bolão de mesa nas comunidades dos bairros. É importante ressaltar que esta atividade recreativa faz parte da sociabilidade presente nos chamados “Clubes de Mães”, nos quais as mesmas são participantes, em encontros mensais, geralmente aos sábados. Esta é considerada uma atividade de integração do grupo feminino, favorecendo o exercício do lazer e da coesão social entre as mulheres.

Becker (1987) ao analisar, historicamente, o jogo de bolão nas colônias alemãs destaca que em todos os núcleos de colonização alemã existia a possibilidade de praticar tanto o bilhar quanto o bolão, mas, foi apenas a partir de 1920 que o bolão tornou-se um jogo de lazer popular na zona de colonização alemã. O autor ainda aponta que os primeiros grupos ou sociedades de bolão iniciaram na região do Rio Pardo, do Jacuí e Taquari, mas nem sempre o jogo era praticado espontaneamente, ou seja, na maioria das vezes surgiu dentro das sociedades tradicionais, ou de canto, de atiradores ou de ginástica. Este esporte também

permitiu que as mulheres aderissem a modalidade de “bolão de mesa”, praticado com bolas mais leves.

Ao questionar acerca dos eventos sociais e/ou associação cultural que as famílias participam na comunidade (Gráfico 8) as respostas mais apresentadas foram as festas das igrejas das comunidades e a participação nos clubes de mães das respectivas localidades, seguida pela participação em reuniões de capacitação conferidas pela EMATER e pela participação nos grupos de corais.

Gráfico 8: Participação em evento social ou associação cultural dos integrantes dos grupos familiares entrevistados²⁹



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Rockemback e Flores (2004) retratam em seu trabalho a importância das sociedades de canto (corais) entre os imigrantes alemães. Os autores apontam que as mesmas estavam presentes em momentos de alegria e de tristeza, e o canto era a ligação do imigrante com o seu passado cultural.

Além da participação nestes eventos, algumas famílias também indicaram fazer parte do Apostolado da Oração³⁰, do baile dos idosos, a participação na associação atlética – futebol; grupo de jogo de cartas; grupo de jogo de bocha, do

²⁹ Pergunta aberta que previa a possibilidade de resposta múltipla.

³⁰ O Apostolado da Oração é uma associação de âmbito universal da Igreja Católica, além de atividades religiosas também se responsabiliza por ações sociais ligadas à igreja.

sindicato dos trabalhadores rurais, e uma propriedade participa da Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas³¹. Apenas em uma propriedade, os entrevistados declararam não fazer parte de nenhuma associação cultural ou social.

Ao questionar acerca da comunicação através de algum dialeto alemão entre amigos e familiares as respostas dos agricultores foram unânimes, em todas as propriedades continua-se falando o dialeto alemão e este conhecimento é repassado aos mais jovens, isto é, aos filhos ou netos. Em alguns casos, os jovens compreendem a língua, mas não a falam. Entre as famílias a reprodução do dialeto além de ser uma questão cultural que vem se reproduzindo, também é visto muitas vezes como um saber a mais que pode vir a facilitar o acesso a um emprego na cidade, principalmente no comércio, tendo em vista que é uma língua bastante reproduzida no município e arredores, e em alguns casos, pessoas idosas tem dificuldade de se comunicar em português.

Faleiro (1996) também expõe que a língua alemã, mantida pela prática familiar cotidiana, permitiu a continuidade dos laços com a nacionalidade alemã, em que ser “alemão” no Brasil, significa falar alemão no cotidiano, assim, a língua mantém a identidade étnica e religiosa. Menasche e Schmitz (2007) apontam que até a chegada da televisão era comum nas propriedades rurais que as crianças apenas viessem a ter contato com o português quando iniciadas na escola. Hoje em dia, geralmente, as crianças aprendem o português como seu primeiro idioma, o que dificulta o aprendizado do alemão.

A unanimidade das respostas em relação à frequência com que participam das atividades religiosas na comunidade também foi perceptível, pois todos os agricultores declararam ir à igreja mensalmente, o que corresponde às missas ou cultos que são realizados na comunidade dos bairros, geralmente aos domingos.

Na chegada dos imigrantes alemães ao Brasil, a religião oficial do Império era apenas a Católica, mas uma das condições oferecidas aos imigrantes foi a liberdade religiosa, mesmo sem amparo legal, eles puderam organizar as comunidades a partir do credo escolhido. Então, desde a chegada ao Brasil, a vida comunitária

³¹ OASE (Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas) é um setor de trabalho da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana. Nas reuniões da OASE são realizados estudos bíblicos e organizadas ações solidárias, como visitas a idosos e doentes pertencentes à comunidade.

aconteciam a partir dos princípios religiosos (de matriz luterana ou católica). A vida social girava em torno de atividades relacionadas à igreja, sendo os encontros coletivos muito valorizados, e semanais (geralmente aos domingos) (FALEIRO, 1996). Esta importância permanece até a atualidade, entretanto, a frequência destes encontros diminuiu, limitando-se a geralmente um encontro mensal, mas mantendo-se aos domingos.

Além da frequência na igreja, a população entrevistada também mantém uma relação bastante próxima com as festas das comunidades religiosas, católica e evangélica (luterana), elas acontecem anualmente. Estas festas se mantêm ao longo dos anos e se reproduzem na atualidade. Além de jantares bailes são as festas identificadas como as que continuam a ser reproduzidas nas comunidades com o passar do tempo. Os agricultores afirmam que as festas de hoje não são mais como antigamente, principalmente pela ensurdecadora música que não permite que conversem sobre o seu cotidiano, impedindo a plena sociabilidade entre as famílias.

O baile dos idosos, a festa de integração dos bairros, o baile do tudo liberado e o baile do dia das mães, são festas que foram identificadas pelos entrevistados como as que surgiram nos últimos anos e que os mesmos frequentam esporadicamente. Os entrevistados relatam, também, que muitas festas desapareceram, ou se tornaram mais esporádicas com o passar dos anos, como é o caso do baile das flores, os típicos bailes de *Kerb*³². O *Kerb* era a festa de inauguração da igreja, e posteriormente a comemoração do aniversário da mesma, acontecia durante três dias de festa. Pela manhã havia o culto ou a missa, ao meio dia, comilança nas residências repletas de parentes; e à noite, o baile para toda família (ROCKEMBACK; FLORES, 2004).

Nas propriedades rurais visitadas, a herança dos antepassados também está presente na preservação dos costumes³³ relacionados à culinária, o “saber fazer” no preparo dos alimentos. “A comida, ao mesmo tempo em que está alicerçada em razões práticas – é necessária para atender ao estômago –, também constrói seu

³² “O termo *KERB* (pronuncia-se quérpe) tornou-se uma forma abreviada do *KIRCHMESSEL*, *KERBFEST* ou *KIRCHWEIHFEST*, festa de inauguração da igreja” (LENZI, 1989, p.16). Para os católicos também é a festa em homenagem ao padroeiro da igreja.

³³ Costumes: “sugere práticas e comportamentos aceitos pelo grupo, associados a uma tradição, aprendidos no curso da socialização” (SEYFERTH, 2015, p. 138).

universo simbólico – é necessária para atender à mente” (WOORTMANN, 2007, p.178). A comida tradicional alemã sofreu adaptações, devido ao impacto do turismo e da migração para áreas urbanas de descendentes dos colonos.

Na consciência étnica dos teuto-brasileiros a comida aparece como um dos marcadores culturais da identidade. Seyferth (2015) ressalta que os hábitos alimentares surgiram da conciliação de uma imaginada tradição nacional com a produção que era obtida nas roças da colônia. E, o mais marcante é a policultura, que até hoje é valorizada, mesmo nas propriedades pluriativas.

Entre os produtos em destaque tem-se o pão e a cuca³⁴ que são feitos artesanalmente para o consumo próprio das famílias. Segundo Seyferth (2015) o pão é o mais valorizado dos hábitos alimentares, uma tradição mantida ao longo dos anos, apesar dos percalços, o pão foi reinventado pelos pioneiros de acordo com o que podia ser colhido nas roças. As conservas e compotas também são típicas entre os agricultores, com elas eles buscam armazenar e conservar as frutas e legumes da época para serem consumidos posteriormente, geralmente durante o ano todo, seguindo a lógica de provisão dos colonos pioneiros.

A produção de melado³⁵ e de *schmier*³⁶ também ainda são comuns nas propriedades e, geralmente, o excedente desta produção é comercializado na própria propriedade. Woortmann (2007) salienta a mudança dos hábitos no cotidiano, em que o melado e o açúcar mascavo, antes produzidos na moenda familiar, seriam substituídos pelo açúcar branco, comprado. Ocasionalmente, nos fins de semana, passou-se a produzir pequena quantidade de melado e de *schmier* para o consumo familiar, enquanto que a maior parte seria destinada à comercialização. Seyferth (2015) destaca que era necessário usar o que o colono podia obter na própria propriedade – daí resulta a combinação inicial do melado com a polpa das frutas de cada época, evitando o desperdício.

³⁴ Cuca é uma massa feita com fermento biológico, trigo, açúcar, manteiga e ovos, aberta num tabuleiro e coberta com pedaços de frutas e *Streusel* (mistura esfarelada de açúcar, trigo e manteiga). E daí derivam variações, geralmente usa-se a fruta da época. (SEYFERTH, 2015).

³⁵ Melado é um produto decorrente da cana de açúcar e sua pasta é a base do *schmier*.

³⁶ Espécie de doce consistente a base de melado e composto de frutas e mandioca. (ROCHE, 1969a) Doce de frutas utilizado para passar no pão.

O queijo é outro produto ainda fabricado artesanalmente pelos agricultores familiares, porém, é destinado exclusivamente para o consumo próprio. A nata e a manteiga também são produzidas por alguns agricultores e se destinam ao autoconsumo.

A linguiça é um derivado de origem animal ainda produzido nas propriedades, e além deste, os agricultores também identificaram a copa³⁷ e o bacon como outros produtos processados na sua propriedade, geralmente apenas para o consumo da família.

As bolachas artesanais, de farinha, de manteiga, de banha ou de mel são também produtos mencionados pelos agricultores familiares como fazendo parte dos hábitos alimentares herdados dos antepassados e que ainda são produzidos na propriedade. As bolachas são gulodices que eram relacionadas pelos colonos imigrantes a datas comemorativas dia de São Nicolau (6 de dezembro) e Natal (SEYFERTH, 2015). Além dessas, os entrevistados citaram as massas, que são feitas manualmente no dia a dia para o seu consumo. Na figura 6 é apresentado um mosaico com imagens registradas em campo que representam a continuidade do “saber fazer” em relação à culinária.

³⁷ Conforme relato dos entrevistados a copa é um embutido obtido da carne suína, geralmente do corte denominado sobrepaleta, o qual é curado com sal e, a seguir, submetido a uma secagem com defumação.

Figura 6: Mosaico das produções artesanais relativas à culinária presentes nas propriedades familiares



Linguiça; pão; conservas de pepino e milho; massa de pastel; bolachas de manteiga; pomada a base de ervas medicinais; conservas de cenoura e compotas de figo.

Fonte: A autora, 2016.

A manutenção do “saber fazer” nas propriedades, além da culinária, também é observada em relação às ervas medicinais que são conservados para consumo doméstico, na sua forma *in natura* ou ainda processados em formato de pomadas, óleos ou repelentes naturais. A confecção de sabão caseiro, a base de sebo bovino, também é uma prática cultural ainda reproduzida nas propriedades. Wagner, Marques e Menasche (2007) em pesquisa realizada em colônia de descendentes de alemães dão conta de que o processamento caseiro de alimentos ocorre atualmente em menor frequência e intensidade do que em época anterior. A principal causa apontada é a falta de tempo, em geral por haver pouca mão de obra disponível para a realização do trabalho na propriedade, essa causa converge com a apontada pelos agricultores familiares entrevistados nesta pesquisa, além desta também foi mencionado a facilidade de acesso aos mercados, e a mudança de hábitos decorrente da introdução da energia elétrica.

Em todas as propriedades entrevistadas, o “saber fazer” em relação à culinária e a conservação dos alimentos são repassados aos mais jovens, ou ainda

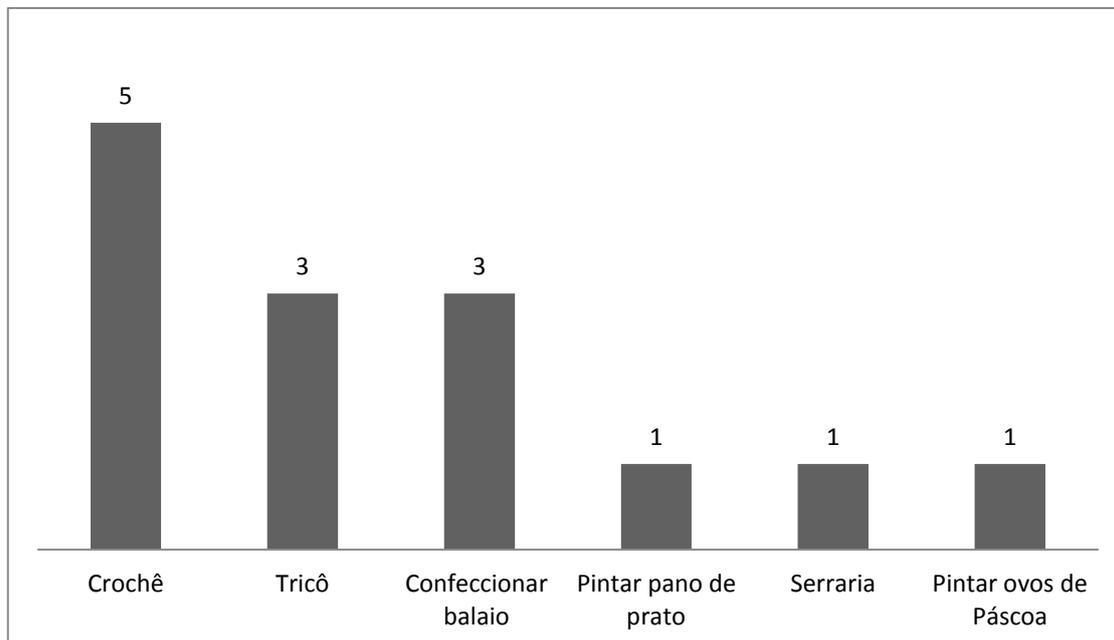
nas palavras dos agricultores, eles “tentam” repassar estes costumes aos filhos e netos. Como Seyferth (2015, p.137) expõe *habitus* é conhecimento adquirido, supõe socialização, aprendizado, orienta a ação, cabe destaque a mãe que aparece como “uma espécie de guardiã simbólica da identidade”. Nesse caso, a culinária é um exemplo da cultura (material e imaterial) envolvendo a identidade étnica.

Já em relação à comercialização destes produtos, 40% das propriedades não comercializam, produzem apenas para o seu consumo, e os outros 60% vendem parte da produção, geralmente na própria propriedade ou na vizinhança e no centro da cidade.

Por mais que a comida característica dos colonos alemães tenha sofrido alterações ao longo do tempo, ela não desapareceu, foi ressignificada, retida na memória gastronômica do grupo, foi revalorizada como comida ritual das festas, em que a identidade e os laços de parentesco são reforçados e as raízes familiares são atualizadas (WOORTMANN, 2007).

80% das propriedades entrevistadas ainda preservam alguma atividade de artesanato herdada de seus antepassados, as principais atividades (Gráfico 9) são o crochê e o tricô, que são produzidos manualmente pelas mulheres, principalmente no turno da noite, ou à tarde quando o sol está muito quente para trabalhar nas atividades agrícolas. Em três propriedades entrevistadas a atividade apontada foi a confecção de balaios, sendo três tipos distintos de material utilizado, de vime, de palha de milho e de cipó com bambu, esta atividade é desenvolvida pelos homens.

Gráfico 9: Atividades de artesanato desempenhadas pelos integrantes dos grupos familiares entrevistados³⁸



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Algumas atividades de artesanato ainda sobrevivem, mesmo que em temporalidades e espaços específicos, reconstituem saberes, bens materiais e imateriais do local associadas à cultura étnica. Esta produção artesanal constitui parte integrante do que conforma o *ethos* camponês³⁹, principalmente pelas suas ações de reciprocidade e de interconhecimento, e a família é um espaço de aprendizagem e de socialização de saberes, de fazeres e de afazeres, caracterizando geralmente um aprender fazendo ou, então, um fazer aprendendo, mesmo com alterações e interferências (TEDESCO, 2009).

Outras atividades de artesanato doméstico também foram identificadas, a pintura de panos de prato e de ovos de páscoa (ovos coloridos que são recheados com amendoim torrado coberto com calda de açúcar ou melado). Em uma propriedade visitada foi encontrada uma serraria que confecciona caixas para criação de abelhas e outros utensílios domésticos fabricados em madeira. Na figura 7 é apresentado um mosaico com algumas das atividades de artesanato

³⁸ Pergunta aberta que previa a possibilidade de resposta múltipla.

³⁹ Seyferth (2015, p.145) traz a noção de *ethos* camponês associado ao aprovisionamento de alimentação para a família do colono, bem como, para os cidadãos, e este *ethos* supõe “atitudes e valores próprios relacionados com a terra, a diligência produtiva, a produção de alimentos, etc.”

identificadas pelos agricultores nas suas propriedades. 20% das propriedades declararam não exercerem mais nenhuma atividade de artesanato na atualidade.

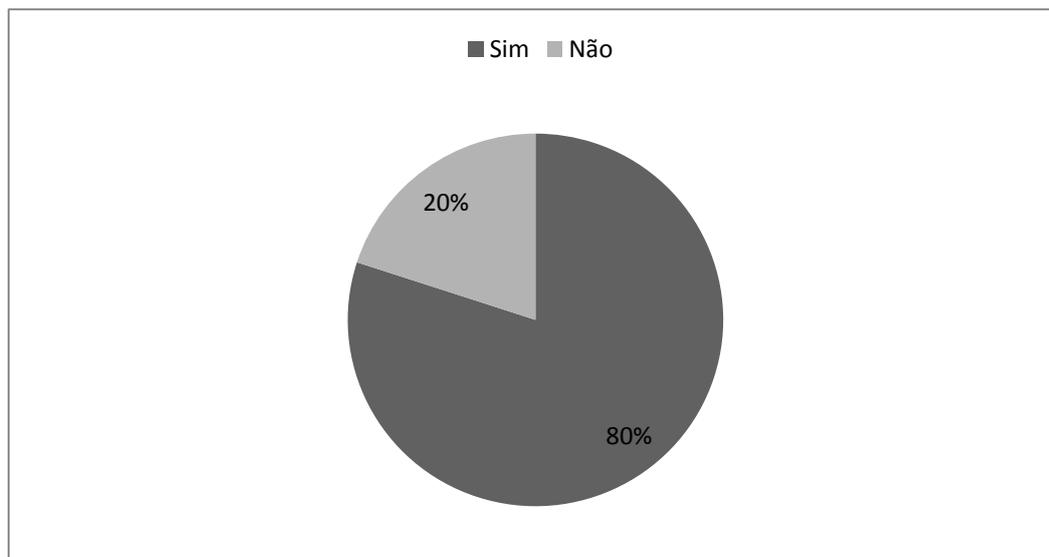
Figura 7: Mosaico das atividades de artesanato desenvolvidas nas propriedades



Pintura em ovos de páscoa; fabricação de balaios de vime; atividade em madeira; tricô e crochê.

Fonte: A autora, 2016.

Em relação à prática da ajuda mútua entre os agricultores familiares, seja por laços de parentesco ou vizinhança, nas atividades agrícolas (Gráfico 10), o relato dos agricultores é de que esta diminuiu com o passar do tempo em função da modernização da agricultura e, por vezes, pelo fato de algumas famílias não desempenharem mais as atividades agrícolas, pois se dedicam exclusivamente ao trabalho não agrícola, pela proximidade com o urbano. Mesmo com estas especificidades, em 80% das propriedades visitadas ainda há algum tipo de ajuda mútua, principalmente nas tarefas mais pesadas, ou mais trabalhosas, que demandam de mais mão de obra. E, outras 20% declaram que até um tempo atrás ainda se tinha, mas que com o passar do tempo esta prática foi se perdendo.

Gráfico 10: Ajuda mútua desempenhada pelos grupos familiares entrevistados

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Uma das expressões que conforma o *ethos* camponês é a ajuda mútua – os laços de vizinhança e parentesco que eram atualizados em trabalhos conjuntos principalmente nas colheitas. Para Santos (1978), todas as práticas de ajuda mútua “cobrem uma necessidade de força de trabalho que o camponês não pode suprir apenas com o trabalho familiar, e tampouco com o assalariado, pois seus rendimentos monetários não permitem pagar trabalhadores continuamente” (SANTOS, 1978, p.36). Desta forma, a ajuda mútua se caracteriza como uma estratégia encontrada pelos camponeses para sobreviver no campo a partir do trabalho agrícola.

Ao questionar acerca do que as pessoas consideravam que fosse uma herança nas práticas agrícolas, presente em suas propriedades, as respostas foram bastante diversificadas, e dentro do possível tentou-se apreender estas através de registros fotográficos, conforme mostra o mosaico da figura 8.

O trabalho manual em relação a capina e ao plantio, principalmente do milho, e o uso da tração animal na carroça e para o uso do arado foram as práticas mais mencionadas nas respostas dos entrevistados. Além da continuidade no trabalho que já vinha sendo desempenhado pelos seus antecessores, a manutenção de criação animal diversificada, da reprodução ao abate, para o consumo doméstico é apontada como uma herança cultural. Ou ainda, em outra propriedade é ressaltada

a manutenção da genética do gado. O preparo doméstico de alimentação para os suínos - a lavagem - feita à base de legumes, mandioca, milho, batata-doce, abóbora e restos de comida, é preservada em outra propriedade.

Figura 8: Mosaico de heranças culturais na agricultura



Instrumentos utilizados com tração animal; carroça; alimentação para os suínos (lavagem); policultura para autoconsumo (batata, aipim, melancia e milho).

Fonte: A autora, 2016.

Ao questionar especificamente acerca das heranças na produção animal (Figura 9), a resposta mais frequente foi a manutenção da produção diversificada de aves, suínos e bovinos destinados a produção de carne e derivados para o autoconsumo. A atividade leiteira também é apontada como herança cultural pelo fato da mesma ter sido aprendida com os antepassados. Apesar da mecanização desta atividade em muitas propriedades, em algumas a ordenha ainda é manual, nos casos em que se tem um número reduzido de animais para ordenhar.

Figura 9: Mosaico das heranças culturais na produção animal



Criação de bezerros, frangos, suínos e galinhas.

Fonte: A autora, 2016.

Já acerca das heranças na produção vegetal, no que se refere aos cultivos, a policultura e o trabalho familiar não configuraram parte das respostas de nenhum dos entrevistados, entretanto, em todas as propriedades a continuidade destas práticas foi nítida. Já o cultivo de alimentos para o autoconsumo foi bastante lembrado, principalmente pela manutenção da horta e do pomar. O cultivo de sementes crioulas⁴⁰ também é considerado uma herança nos cultivos mencionada pelos agricultores; a plantação de forrageiras para produzir uma camada verde para o posterior plantio das cultivares; o uso do esterco para fertilização da terra; o plantio manual do milho, da mandioca; o uso da foice para a derrubada da capoeira. Nas figuras 10 e 11 são apresentados mosaicos que representam as continuidades na produção vegetal.

⁴⁰Como exemplo tem-se a União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu (UNAIC) que criou em 1997 o banco comunitário de produção de sementes com o objetivo de resgatar as sementes crioulas de milho e feijão através de famílias que se tornam mantenedoras e depois compartilham as sementes (IDE, 2008). Já no município de Lajeado as trocas das sementes ocorrem através de feiras organizadas pela EMATER, em que os participantes são convidados a levar sementes e mudas crioulas para trocar. Também é um momento de confraternização e partilha e, assim, os participantes trazem alimentos preparados por eles, receitas e experiências para socializar com outros agricultores. (EMATER, 2015)

Além destas heranças culturais, os agricultores também mencionaram o cultivo de flores nas proximidades da casa, através da manutenção de um jardim, ou mesmo plantadas em vasos, o plantio e a colheita de ervas medicinais para o seu consumo. A influência das luas e da direção dos ventos tanto para a previsão do tempo como para a definição do calendário agrícola foram outros saberes herdados que continuam sendo considerados importantes pelos agricultores.

Figura 10: Mosaico das heranças culturais na produção vegetal (alimentos)



Pomar – bananeira, milho branco (crioulo), horta, cebola e feijão para o autoconsumo.

Fonte: A autora, 2016.

Figura 11: Mosaico das heranças na produção vegetal (flores, ervas medicinais e sementes)



Cultivo de flores, ervas medicinais e sementes de melão.

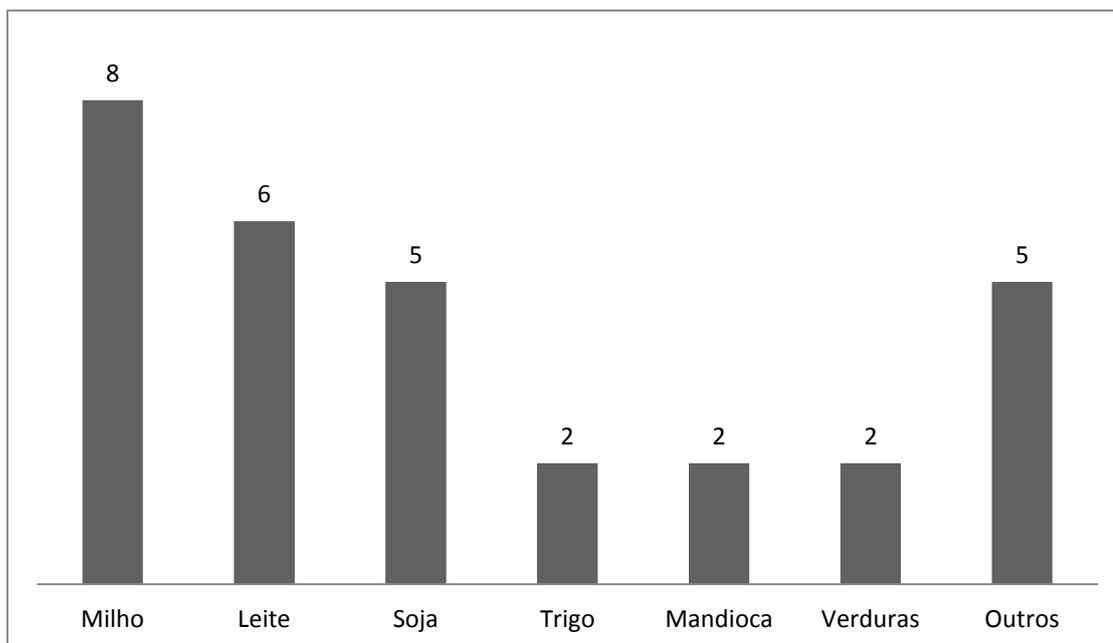
Fonte: A autora, 2016.

Algumas respostas que trataram das heranças culturais não foram contempladas pelo levantamento fotográfico, dado o seu caráter de imaterialidade ou de escala de registro. Uma delas foi a continuidade na disposição do lote colonial, com o jardim a frente da residência, e horta e pomar aos fundos ou lateral, bem próximo a casa. Um pouco adiante ficam as instalações dos animais, como a estrebaria e o chiqueiro, e longitudinalmente ao fundo da propriedade tem-se o potreiro e a roça. Rockembach e Flores (2004) retratam a distribuição espacial dos lotes coloniais no início da imigração, no século XIX, e que na atualidade permanece semelhante a descrita: “A casa [...] da zona rural integra um complexo maior: jardim, horta e pomar. Nos fundos tem o galpão, o paiol, a estrebaria, o chiqueiro e o potreiro, onde pastam os animais. Mais adiante, as plantações.” (ROCKEMBACH; FLORES, 2004, p.53)

6.3 Aspectos técnicos e produtivos das propriedades entrevistadas: as rupturas nos sistemas agrários

Sobre as principais atividades desenvolvidas na propriedade, o cultivo do milho foi mencionado como sendo o mais presente nas propriedades, destacado por 8 entrevistados, seguido da produção leiteira que foi considerada importante em 6 propriedades e logo em seguida aparece a soja que foi evidenciada em 5 propriedades, conforme pode ser visto no gráfico 11.

Gráfico 11: Principais atividades desempenhadas pelos grupos familiares entrevistados⁴¹



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

O milho, além de ser vendido, pode ser consumido tanto na alimentação dos animais quanto na alimentação humana. Ao ser utilizado como ração animal para galinhas, porcos, bovinos, passa a ser consumido de forma indireta na carne e demais produtos de origem animal. Dessa forma, o milho e a criação de suínos,

⁴¹ Pergunta que previa a resposta múltipla, sendo que se questionou a cerca das 3 principais atividades da propriedade.

binômio que possui a “marca”⁴² da agricultura colonial, mantêm-se no contexto da unidade de produção e do grupo doméstico nas propriedades entrevistadas.

Até a década de 1970 a criação de suínos era comum no sistema tradicional, onde o porco era criado solto em pastagens e confinado no chiqueiro apenas após completar 6 meses de vida em média. A principal destinação era a produção de banha, que era o principal produto comercializado pelos colonos. Além do seu valor comercial a banha também tinha sua importância na alimentação cotidiana do colono, pois era utilizada para cozinhar e conservar a carne de porco durante meses. O uso de gordura e carne de porco estava associado às árduas jornadas de trabalho necessárias à sobrevivência das famílias. Assim, os colonos alemães, ao chegarem ao Rio Grande do Sul, trouxeram consigo o costume de criar e consumir suínos. Logo os agricultores começaram a utilizar milho na alimentação dos porcos e a produzir banha para fins comerciais⁴³.

Desde a chegada dos primeiros imigrantes alemães no Vale do Taquari, a suinocultura foi uma das principais atividades dos agricultores. No município de Lajeado a refinaria de banha Oderich estava entre as maiores empresas exportadoras de banha no período de 1880 e 1890 (ROCHE, 1969a). A partir de 1930 iniciou-se a crise no setor, pela entrada de banha dos Estados Unidos e pela entrada de óleos de origem vegetal, isto incitou a mudança na genética suína, substituindo o porco tipo banha pelo porco branco, tipo carne. E esta crise também trouxe aos agricultores uma nova opção, o cultivo de soja, que passou a ser amplamente incentivado pelo Estado (TERHORST; SCHMITZ, 2007).

Desse modo, o incremento da produção e industrialização de soja no País e a rápida e crescente substituição da banha pelo óleo de soja na alimentação dos brasileiros desvalorizaram rapidamente o porco tipo banha, forçando o produtor a substituir seus animais por suínos tipo carne (ABCS, 2005 *apud* TERHORST; SCHMITZ, 2007, p.109).

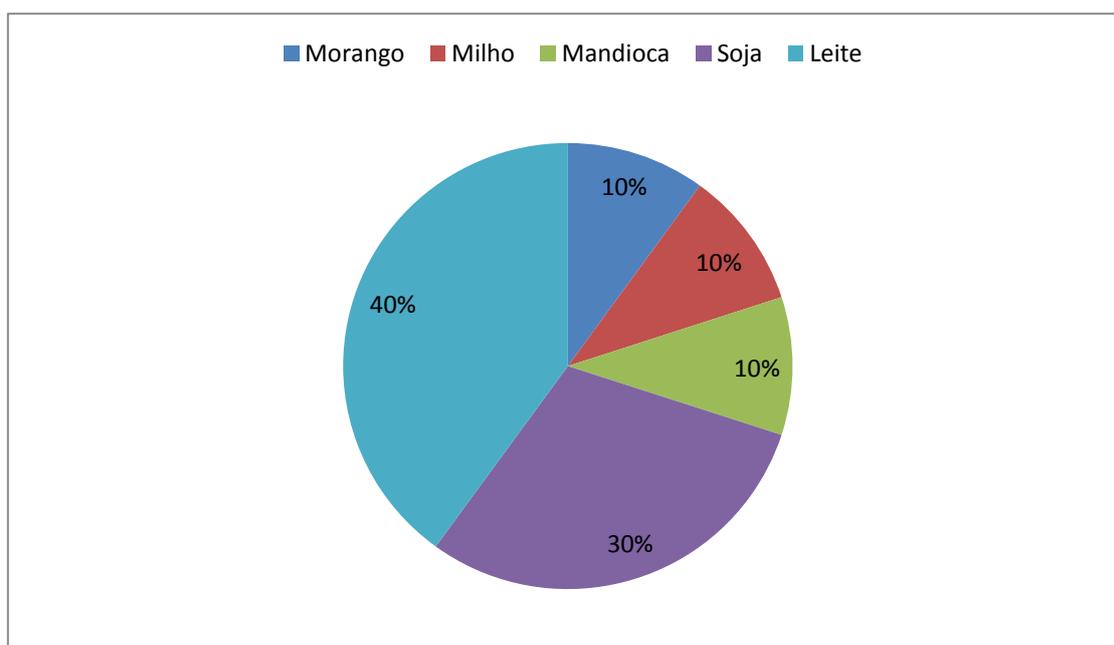
⁴² Os suínos eram alimentados diariamente com restos de comida e produtos colhidos no estabelecimento agropecuário como milho, mandioca, abóbora, batata-doce, etc. Assim, tornou-se comum a associação da criação de porcos com o cultivo do milho – conhecida como binômio milho-suíno.

⁴³ De acordo com Roche (1969a), nas últimas décadas do século XIX o milho transformado em gordura rendia três vezes mais quando comparado com a venda do grão.

O cultivo da soja e do milho presente nas propriedades entrevistadas representa a utilização da rotação de culturas, ou, por vezes, pode ser o binômio soja-trigo que é cultivado de forma sucessiva na terra. Como produtos relacionados à presença da policultura também foram mencionados como principais, em menor frequência, a alface, morango, flores, feijão e frutas.

Questionou-se também qual destes três produtos constituía a principal atividade em termos de maior rentabilidade econômica (Gráfico 12). O destaque foi para a produção de leite, 40% dos entrevistados apontaram o leite como sendo o produto que provê a maior renda monetária⁴⁴ na propriedade, seguido pela soja, indicada por 30% das propriedades.

Gráfico 12: Atividade de maior renda entre os grupos familiares entrevistados



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

No gráfico 12 ainda é possível perceber que o milho apenas é indicado por uma propriedade (10%) como sendo a atividade que provê a maior rentabilidade econômica à propriedade, mesmo estando presente em 8 propriedades. Isto se deve pelo milho exercer um papel importante para a alimentação animal, uma vez processado e transformado em silagem para a conservação do pasto para alimentar

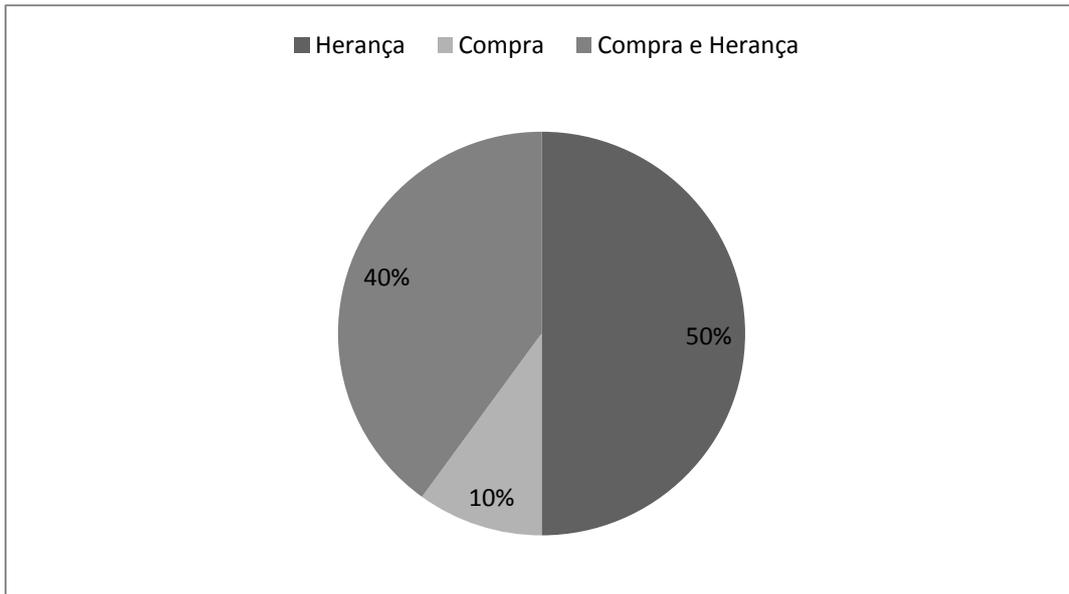
⁴⁴A renda monetária é considerada como o resultado líquido em relação aos custos de produção.

o gado durante o ano todo, ou sendo utilizado *in natura*, ou transformado em ração para a alimentação das vacas, porcos e galinhas.

O morango foi mencionado como a atividade mais rentável para apenas uma propriedade, e no gráfico 11 aparece na categoria “outros” justamente por ter ocorrência única.

A produção vegetal e animal têm três destinos principais: a venda direta às empresas ou ao consumidor final, a venda por intermédio da integração a agroindústria e o autoconsumo. A venda da soja, do milho e do trigo ocorre para grandes empresas instaladas na região (Languiru e Cooperativa Rural dos Vales LTDA - COOPERVAL, principalmente), a venda de morangos e aipim é destinada à feira do produtor, e também para a vizinhança que adquire estes produtos nas próprias propriedades. O leite é destinado às agroindústrias; e todos estes produtos (menos a soja) também tem a destinação para o autoconsumo da família ou para o trato animal.

O tamanho das propriedades varia de 3 a 30 hectares. E 3 propriedades também arrendam mais uma parcela de terra de terceiros. Este patrimônio fundiário, em 50% dos casos, é oriundo de herança (gráfico 13), e 40% das propriedades complementaram a terra herdada com a compra de mais uma parcela de terras, em apenas 10%, ou seja, um grupo familiar adquiriu a propriedade integralmente através da compra.

Gráfico 13: Aquisição da Propriedade pelos grupos familiares entrevistados

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

A herança da terra é considerada pelos grupos familiares entrevistados como uma continuidade do legado dos seus antepassados, uma vez que os agricultores familiares atuais reproduzem o ofício aprendido com seus pais e avós.

Woortmann (1989) compreende que a terra é vista como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio a terra não é simples coisa ou mercadoria. “Vê-se, então, que o significado da terra é o significado do trabalho e o trabalho é o significado da família, como o é, igualmente, a terra enquanto patrimônio. Mais que objeto de trabalho, a terra é o espaço da família” (p.43). A liberdade do colono, tem como uma de suas dimensões a autonomia do processo de trabalho e do saber transmitido de pai a filho. A transmissão da terra sem o saber não transformaria essa terra em terra de trabalho, nem em patrimônio familiar. É pelo saber que o pai “dá a direção” do processo de trabalho.

Menasche e Schimitz (2007) ao analisarem o discurso dos camponeses, verificam que a terra é percebida enquanto um patrimônio de onde se retira o fruto do trabalho, que garante o sustento da família e das próximas gerações. Entretanto, Woortmann (1989) também aponta que o coletivismo interno começa a apresentar rachaduras que se expressam pela recusa dos filhos em aceitar o destino

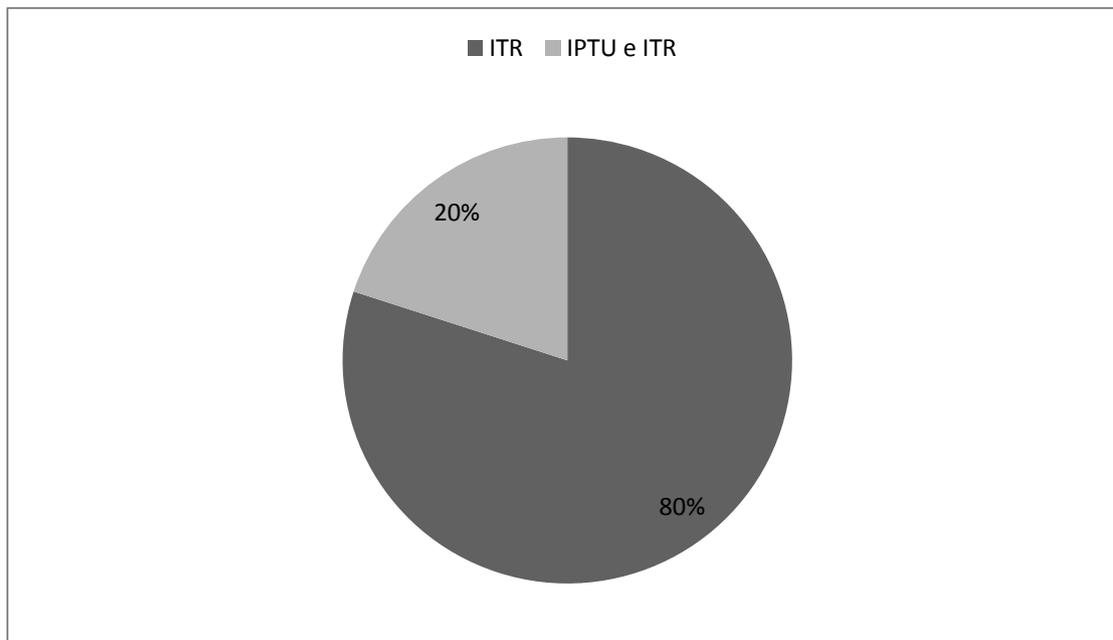
camponês, quando nega-se o valor do patrimônio familiar e se repensa a terra como mercadoria e como propriedade do indivíduo, livre para dela dispor como se quiser.

E ao questionar acerca do futuro da propriedade, sobre a pretensão de vender ou repassar como herança aos filhos, apenas um proprietário expressou a vontade de vender a propriedade e outro respondeu não saber diante da incerteza do amanhã. Outros 8 proprietários responderam ter a pretensão de deixar a terra de herança para os seus filhos, na esperança de que os mesmos continuem trabalhando na propriedade. A perspectiva de continuidade na propriedade para o futuro se assenta muito sobre a produção vegetal, na produção de alimentos, pois em relação a produção animal os produtores já vem sofrendo restrições⁴⁵ na atualidade pela localização das propriedades rurais próxima ou inserida no perímetro urbano.

Esta proximidade com o urbano também tem gerado repercussões na questão da incidência de tributos sobre a propriedade da terra. Em 80% das propriedades, os entrevistados continuam pagando o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), entretanto, outros 20% dos entrevistados estão em uma situação conflituosa, com a incidência de dupla cobrança tributária, sendo tanto o ITR que é de competência da União, quanto o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), que é de competência do município.

⁴⁵ A restrição mencionada pelos agricultores é, principalmente, pelas denúncias em relação aos impactos dos dejetos animais.

Gráfico 14: Incidência tributária nas propriedades dos grupos familiares entrevistados



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Estes 20% se referem a duas propriedades, ambas localizadas no perímetro definido como urbano no município de Lajeado, sendo uma no bairro Moinhos d'Água e a outra no bairro São Bento.

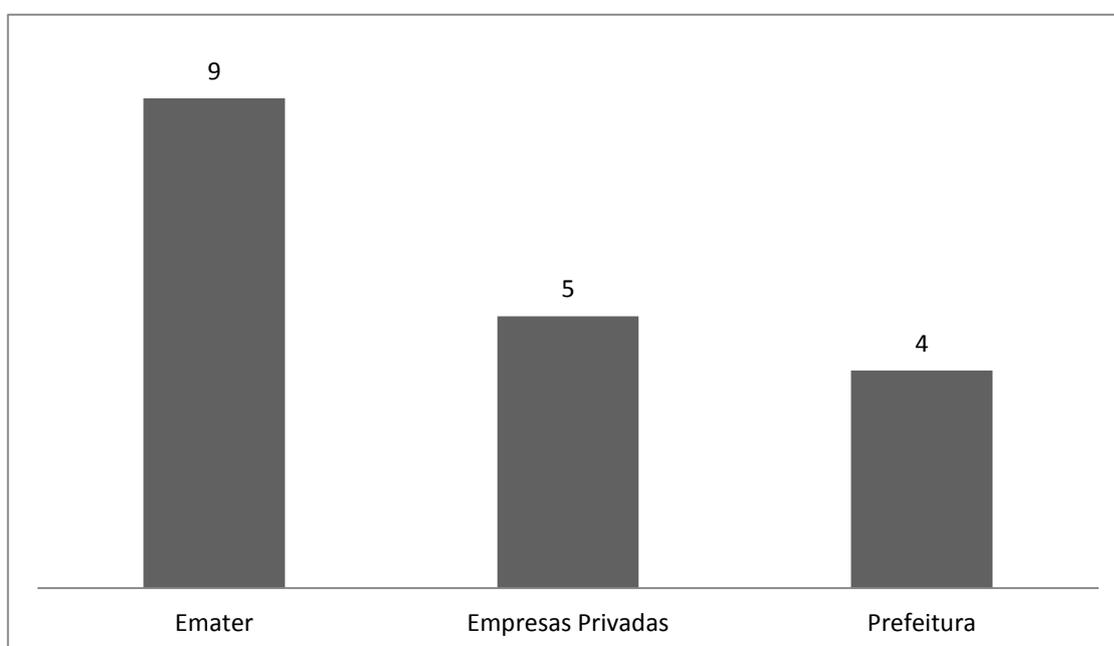
Ao questionar os entrevistados sobre o acesso a política de crédito rural a resposta foi unânime, todos já tiveram acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), diversificando entre duas diferentes modalidades, ou de custeio ou de financiamento. Duas propriedades declararam não fazer uso deste recurso atualmente, mas já fizeram em passado recente.

Os beneficiários que se enquadram na política de crédito do PRONAF são definidos pela lei 11.326 de 24 de julho de 2006 que estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. Nesta lei é considerado como agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades em imóvel rural. E, o projeto de lei (PL 3.446/2012) propõe dar nova redação a esta definição, garantindo segurança jurídica às decisões que eventualmente envolvam o financiamento da produção cuja base seja em terras

de natureza rural em ambiente considerado urbano para efeito de ordenamento territorial nos municípios (BRASIL, 2014).

Quanto à assistência técnica, 90% das propriedades declaram ter acesso à assistência técnica, e o órgão em destaque é a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) do governo estadual, mencionada por todos os agricultores que declaram ter acesso ao serviço. Além desta Empresa, foram citadas empresas privadas que vendem insumos agrícolas (principalmente agrotóxicos) aos agricultores e a Prefeitura Municipal por intermédio da Secretária da Agricultura, como pode ser visto no gráfico 15. Apenas uma propriedade (10%) declarou não ter acesso a nenhum tipo de assistência técnica.

Gráfico 15: Assistência técnica nas propriedades visitadas⁴⁶



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

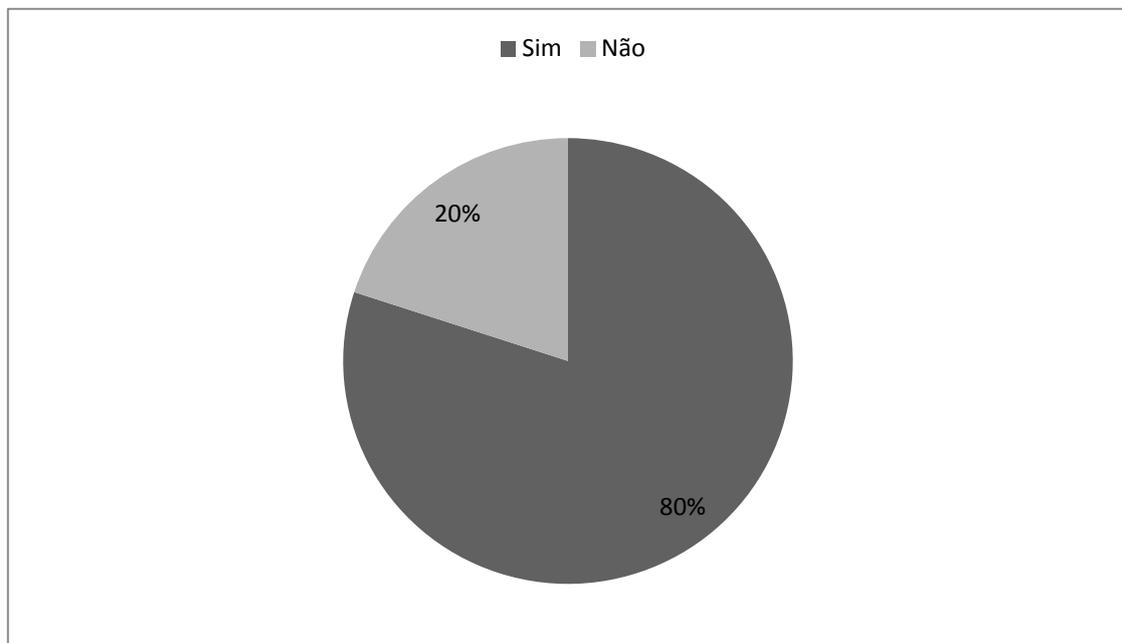
É importante ressaltar que foi percebida a satisfação entre os entrevistados no que se refere à eficiência das ações de extensão rural, sendo citada a frequência das visitas técnicas da EMATER e também na participação em reuniões de capacitação, nas quais os agricultores são convidados e incentivados a participarem.

Em relação à absorção da modernização no campo questionou-se sobre a plantação de cultivares transgênicos nas propriedades rurais (Gráfico 16), e

⁴⁶ Pergunta que previa a possibilidade de resposta múltipla.

averiguou-se que 80% das propriedades plantam sementes transgênicas. Isso é percebido pelos agricultores como um processo inevitável diante da introdução da modernização na agricultura. Silva (2011, p.145) debate acerca da indisponibilidade de sementes de variedades não transgênicas (convencionais) no mercado no Sul do Brasil, o que impossibilita aos agricultores o direito ao acesso a estas sementes, nas palavras do autor “Isto é um caso de erosão genética”.

Gráfico 16: Uso de cultivares transgênicos nas propriedades visitadas



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

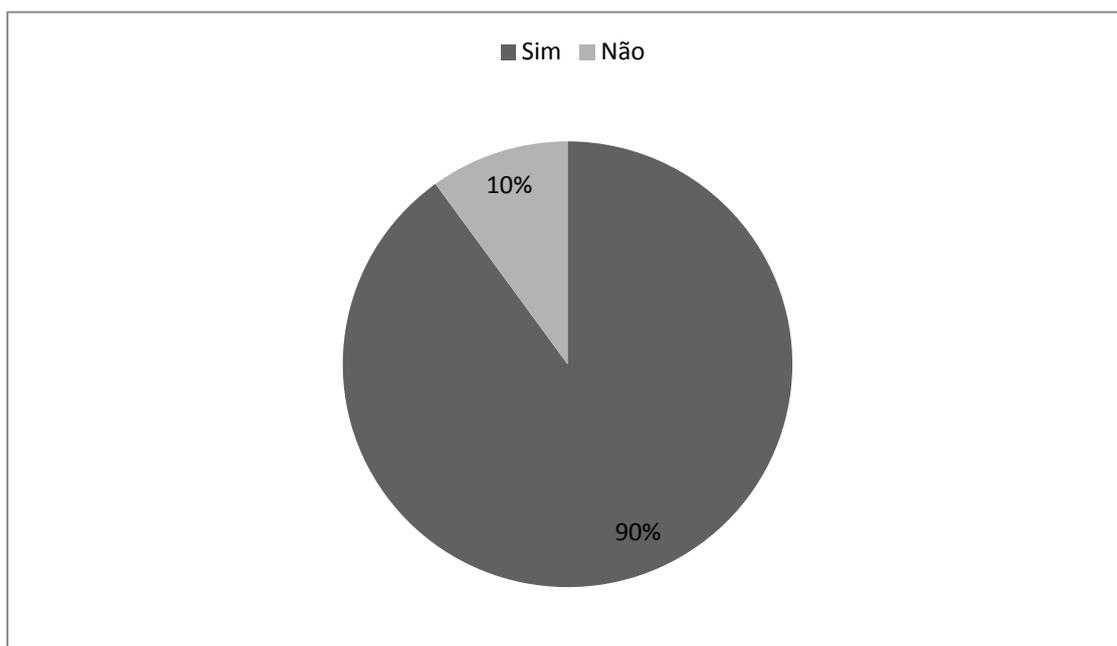
Enquanto que em 20% das propriedades que não utilizam estas sementes, pois valorizam as sementes crioulas, foi ressaltado a participação no sistema de trocas de sementes, no intuito de diversificar as mesmas e manter a autonomia no que se refere a produção das suas próprias sementes.

O cultivo da diversidade de espécies de variedades crioulas na agricultura camponesa torna-se, cada vez mais, uma exigência da diversificação dos sistemas de produção agrícola, representa também uma forma de resistência camponesa em busca da preservação da identidade cultural (SILVA, 2011). O autor também indica que na atualidade, em todo o país, os pequenos agricultores estão discutindo a

recuperação das sementes de variedades tradicionais a fim de consolidar a autonomia na produção de alimentos e preservar a agrobiodiversidade.

Também se questionou sobre o uso de inseminação artificial no rebanho animal (gráfico 17) e 90% das propriedades afirmaram fazer uso dele, principalmente no gado bovino para a reprodução através da inseminação artificial e, em algumas propriedades, também para a manutenção de uma raça bovina específica. A única propriedade que afirmou não fazer uso de tal técnica tem sua produção voltada para a produção de cultivos agrícolas, com estufas de hortifrutigranjeiros e possui gado apenas para o autoconsumo da família.

Gráfico 17: Uso de inseminação artificial no rebanho animal das propriedades visitadas



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Foi perguntado aos agricultores o que eles consideram que tem de moderno na sua propriedade, principalmente no que se refere à agricultura, buscou-se elaborar uma síntese destas repostas através do mosaico apresentado na figura 12.

Figura 12: Mosaico da modernização técnica presente nas propriedades rurais



Produção de tomate em estufa; silagem de milho; trator com plantadeira, resfriador de leite; pulverizador e trator.

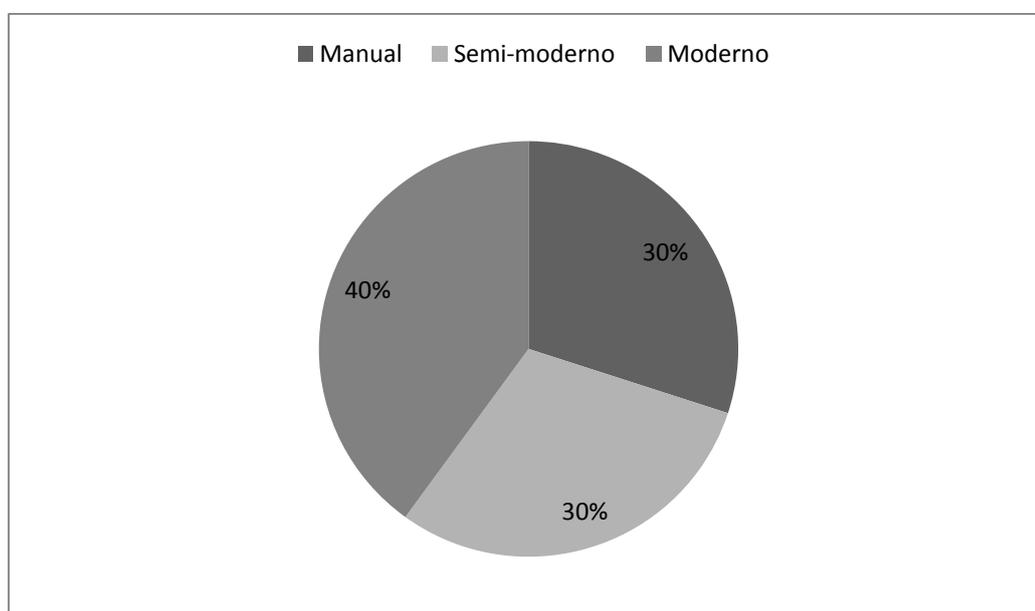
Fonte: A autora, 2016.

As respostas dos agricultores familiares em relação à modernização ativeram-se, principalmente, na questão da mecanização, exemplificando com o uso de trator, rotativa, debulhador elétrico de milho, prensadora de cana, ordenhadeira, resfriador de leite, plantadeira, colheitadeira e pulverizador. Mas, em alguns casos, as respostas também consideraram a mudança no método de manejo do solo, através da introdução do plantio direto e da rotação de culturas, pela conservação do milho através da silagem para o trato animal. A plasticultura, a irrigação e as estufas foram outros elementos da modernização absorvidos pelos agricultores, alguns exemplos podem ser evidenciados na figura 12.

As questões sobre a mecanização do plantio, do preparo do solo, da mecanização da colheita e sobre o uso de bioquímicos (fertilizantes e adubos) foram aplicadas através do método de questões estimuladas com cartões de resposta. Os cartões continham imagens que exemplificavam cada uma dos itens da modernização para que fossem identificados pelos entrevistados (ver apêndice A questões 4.7; 4.8; 4.9; 4.10, nesta sequência).

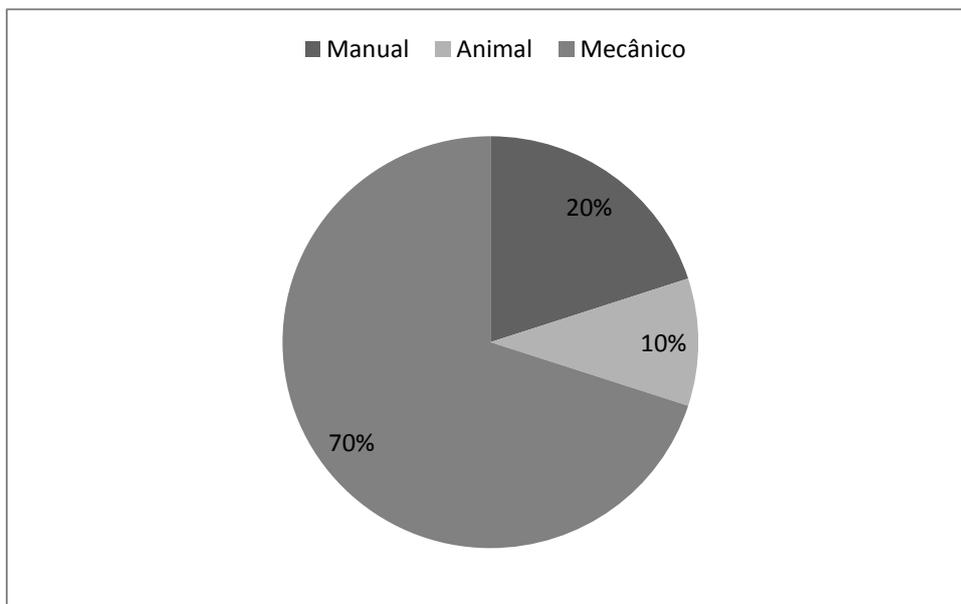
Quanto ao método de plantio, se averiguou uma variação entre as propriedades, 40% das propriedades declararam utilizar o método apresentado na figura 3 da questão 4.7 do apêndice A, aqui intitulado “método moderno”, isto é, através de plantadeira moderna; enquanto 30% dos agricultores apontaram a figura 2 que representa o plantio já mecanizado, entretanto, com um equipamento mais antigo, intitulado “semi-moderno”. E, outros 30% apontaram a figura 1 como método predominante utilizado na propriedade, isto é, o plantio manual.

Gráfico 18: Método de plantio que predomina nas propriedades visitadas



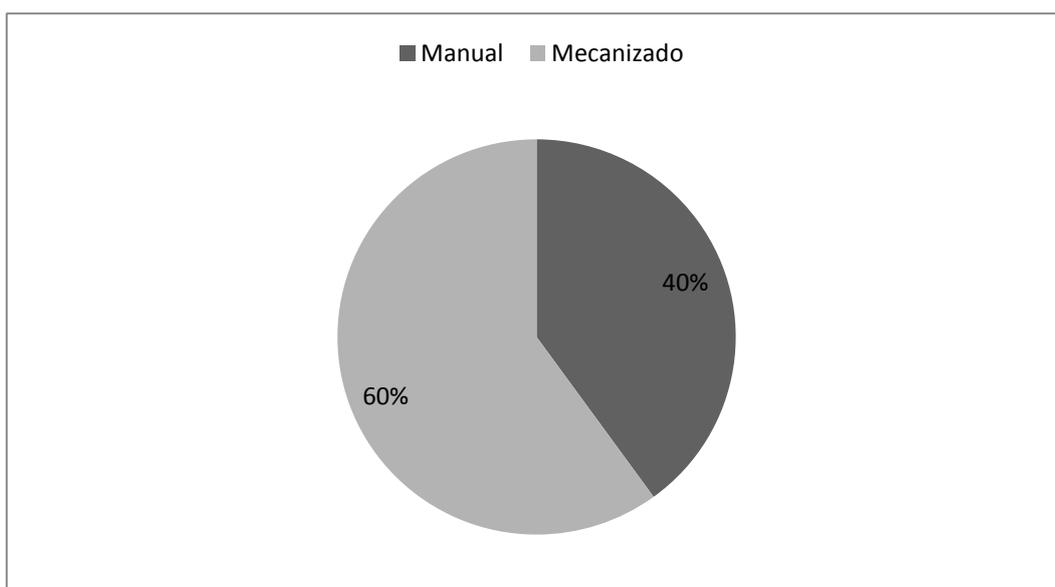
Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Sobre o método de preparo do solo também foram apresentados três itens através de imagens, neste quesito a figura 3 da questão 4.8 do apêndice A foi apontada por 70% dos entrevistados, ou seja o método mecânico, através do uso do arado ou da grade, 20% declararam a forma manual como sendo predominante na propriedade, principalmente através do uso da enxada, e apenas 10% indicaram o uso da tração animal como predominante na propriedade, conforme pode ser observado no gráfico 19.

Gráfico 19: Método de preparo do solo que predomina nas propriedades visitadas

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

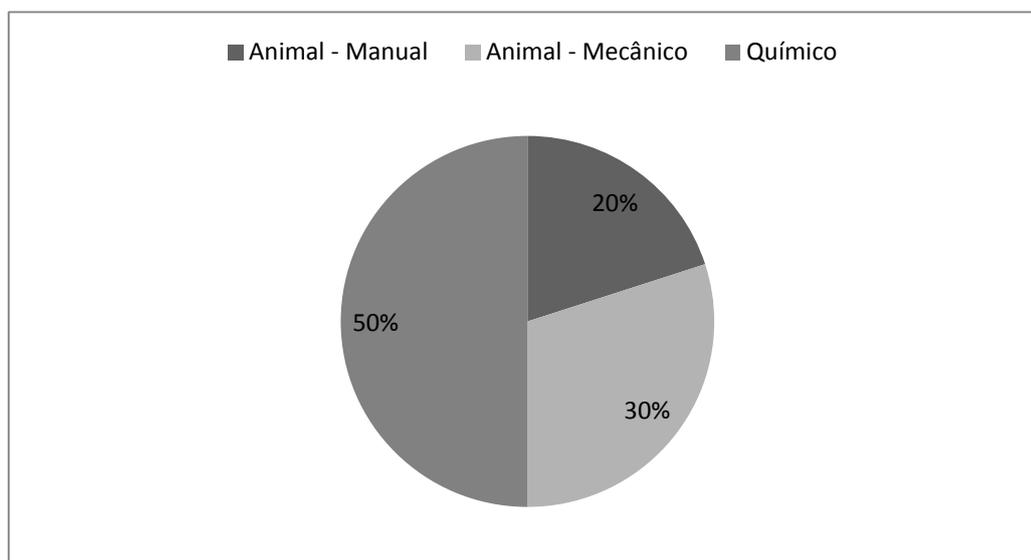
Já em relação à colheita foram apresentadas duas opções aos agricultores, a manual e a mecanizada. Em 60% das propriedades a forma predominante da colheita da produção vegetal é a mecanizada, enquanto em outros 40% das propriedades o método predominante é o manual (gráfico 20).

Gráfico 20: Método de colheita que predomina nas propriedades visitadas

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

E, por fim, questionou-se acerca dos insumos agrícolas, especificamente, no que se refere à forma de adubação predominante nas propriedades rurais. Foram apresentadas três figuras aos produtores (questão 4.10), a primeira representando a adubação através do esterco animal em pequena escala, distribuído manualmente, e esta é a forma predominante em 20% das propriedades. A segunda imagem se refere à distribuição do esterco animal de forma mecanizada, esta foi considerada como a forma predominante de fertilização em 30% das propriedades. Os outros 50% declararam que a forma que predomina é a adubação química através da aplicação mecanizada na lavoura.

Gráfico 21: Método de adubação predominante nas propriedades visitadas



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

6.4 Síntese da interpretação dos dados de campo: a configuração do sistema agrário híbrido

No intuito de apresentar os resultados coletados em campo de forma sucinta, apresentam-se duas tabelas, a primeira sintetizando o perfil do grupo familiar (Tabela 1), e a segunda sintetizando as informações relativas às propriedades (Tabela 2), principalmente os fatores que configuram os sistemas técnico e produtivo. As informações mais subjetivas, principalmente as que se referem ao modo de vida do colono serão brevemente descritas. Diante destes resultados

obtidos em campo, considerando as rupturas e as continuidades, buscou-se identificar o sistema agrário predominante entre os grupos familiares entrevistados.

No perfil do grupo familiar, são apresentadas as respostas majoritárias de cada uma das variáveis anteriormente analisadas (Tabela 01).

Tabela 01: Perfil do Grupo Familiar

Perfil do Grupo Familiar				
Gênero	Idade	Escolaridade	PEA	PEI
Feminino (53%)	Acima dos 65 anos (23%)	Ensino Fundamental Incompleto (62%)	Monoativos (33%)	Aposentados (40%)

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Através destes dados é perceptível a predominância de pessoas com idade avançada, o que corrobora para o fenômeno do envelhecimento da população do campo conforme já apontado por Menasche e Schmitz (2007), e são estas pessoas que possuem uma escolaridade mais baixa, e dentro da PEA desempenham atividades agrícolas somente (monoativas). Já entre a população inativa (PEI) a grande parcela corresponde aos aposentados.

No que se refere aos aspectos socioculturais percebem-se novos hábitos combinados com práticas e saberes herdados dos antepassados, tanto na agricultura, quanto no artesanato, na alimentação, ou ainda nas atividades de socialização entre os grupos familiares. Aspectos do sistema agrário colonial continuam sendo reproduzidos na atualidade, entretanto, estão associados aos elementos que caracterizam o sistema agrário moderno, percebe-se assim, a presença dos dois sistemas agrários no mesmo espaço.

[...] o processo colonizador, a vida cotidiana nas colônias e os grupos sociais que as compõem constituem-se também por saberes que vão se reproduzindo, migrando com os grupos sociais, produzindo demandas e necessidades que vão sendo preenchidas pelas ações e inventividades de seus elementos. (TEDESCO, 2009, p.232)

A continuidade da comunicação no dialeto alemão, a frequência na igreja, os saberes culinários, as atividades de artesanato, são exemplos de aspectos socioculturais que os agricultores familiares herdaram dos seus antepassados e buscam repassar para a geração mais jovem, mesmo com ressignificações e adaptações.

A fim de sintetizar as informações no que se refere às propriedades visitadas, traçou-se um perfil (Tabela 02) onde são apresentadas as respostas predominantes encontradas nas entrevistas sobre os elementos produtivos, técnicos e as relações com o estado.

Tabela 02: Perfil das Propriedades entrevistadas (Fatores técnicos, produtivos e relações com o Estado)

Perfil da Propriedade	
Principal Fonte de Renda	Agricultura (80%)
Produto (maior produção)	Milho (27%)
Produto (maior rentabilidade)	Leite (40%)
Imposto Territorial	ITR (80%)
Aquisição da Propriedade	Herança (50%)
Assistência Técnica	EMATER (90%)
Crédito Rural	PRONAF (100%)
Transgênicos	Sim (80%)
Melhoramento Genético Animal	Sim (90%)
Método de Plantio	Moderno (40%)
Método de Preparo	Mecânico (70%)
Método de Colheita	Mecânico (60%)
Método de Adubagem	Químico (50%)

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

De posse das informações coletadas em campo e em consonância com a revisão teórica, entende-se que a reprodução das propriedades familiares do município de Lajeado ocorre em um duplo de continuidades e rupturas que são absorvidas no cotidiano, no manejo e técnicas de modernização absorvidas após a Revolução Verde, entretanto, este processo não foi uniforme, isto é, em algumas

propriedades permanece o trabalho manual ou com tração animal com caráter principal, ou ainda como complementares ao processo modernizador.

Assim é possível compreender que características que configuram o sistema agrícola colonial permanecem sendo reproduzidas no cotidiano das famílias rurais estudadas, e estas são complementadas com fatores que caracterizam o sistema agrário moderno. A partir da simbiose de características de ambos os sistemas agrários no cotidiano das famílias, principalmente nos sistemas sociocultural, técnico e de produção, aos quais a análise de campo se deteve, leva-se a proposição de que estes agricultores conformam, a partir de continuidades e rupturas, o denominado sistema agrário híbrido na realidade local estudada.

Assim através deste estudo de caso, o sistema agrário híbrido pode ser caracterizado principalmente pelas permanências nas questões socioculturais, as quais se mantêm na atualidade, mesmo que muitas vezes com seus valores ressignificados. Quanto aos fatores técnicos e produtivos, é possível perceber uma prevalência dos fatores modernos sobre os tradicionais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância da agricultura familiar, na atualidade, reside na sua capacidade de adaptação e de reprodução social e territorial diante dos processos de transformação em curso na sociedade contemporânea. A terra, o trabalho e a família permanecem como dimensões indissociáveis, mesmo diante da modernização da agricultura e das inter-relações com o urbano. Por outro lado, as técnicas, as formas de socialização e até mesmo as características da população que compõe as propriedades familiares vêm mudando, conforme pôde ser visto no perfil apresentado a partir da pesquisa de campo realizada sobre a realidade local do município de Lajeado. A produção de alimentos para o autoconsumo e para o abastecimento dos mercados locais e regionais é outro elemento intrínseco a organização espacial da agricultura familiar, que lhe atribui importância, considerando, principalmente, às questões relacionadas tanto à segurança alimentar das famílias rurais quanto das populações urbanas.

A partir do método da abordagem múltipla realizou-se, por meio de pesquisa qualitativa, um estudo de caso no referido município. Primeiramente, foi realizada pesquisa bibliográfica sobre a formação do sistema agrário colonial, a partir da chegada dos imigrantes colonos alemães ao Brasil, mais especificamente ao Rio Grande do Sul, e do decorrente processo de distribuição espacial associado a fatores políticos, sociais e econômicos. Assim, a conformação do sistema agrário colonial combinou técnicas e práticas utilizadas nos sistemas agrários pré-existentes, com os saberes e costumes trazidos da Alemanha. A temática da modernização da agricultura foi analisada a partir dos elementos introduzidos pelas

mudanças na base técnica. No intuito de responder quais são os elementos que persistem mesmo com o avanço da modernização da agricultura e de que forma o sistema agrário se organiza na atualidade no município de Lajeado-RS, buscou-se compreender os elementos socioculturais, de produção, técnicos e as relações com o Estado presentes nas propriedades estudadas.

As principais conclusões da dissertação são apresentadas em dois planos de análise. O primeiro se refere ao nível macro, considerando o processo histórico de imigração/colonização e a introdução da modernização da agricultura, mais especificamente na agricultura familiar, e as consequências sobre a formação do sistema agrário colonial (SAC), num primeiro momento, e do sistema agrário moderno (SAM), posteriormente.

A colonização alemã no Rio Grande do Sul formou núcleos coloniais, caracterizados pela presença de pequenas propriedades policultoras, baseadas no trabalho familiar. Os imigrantes deixaram a Europa motivados por questões internas (tensão social – excedente de mão de obra) e incentivados pela propaganda do governo brasileiro que oferecia uma série de vantagens (acesso a terra, animais e instrumentos de trabalho, liberdade de culto religioso, entre outras), que na prática não foram cumpridas integralmente. A vinda dos imigrantes ao estado esteve atrelada a política colonizadora do centro do país, com interesse principal de povoar as áreas meridionais, a fim de garantir a posse do território sul do Brasil.

Por se localizarem nas áreas de matas, distantes das grandes lavouras (monoculturas de exportação), o papel do colono é de “pioneiro” por ser o primeiro homem a penetrar na mata e implantar a agricultura. Nas colônias do sul do Brasil, foi estimulada a produção de alimentos para o autoconsumo e para o abastecimento do mercado interno, utilizando mão de obra livre. Entretanto, com o avanço da agricultura nas áreas de matas, o colono foi responsável pela destruição de grande parte da biodiversidade presente nas florestas do sul do Brasil, pois o colono teve que derrubar a floresta para “produzir” terra para cultivar. As técnicas de cultivo, aprendidas com os índios e caboclos, foram a forma para sobreviver na frente florestal. A técnica correspondia, basicamente, na derrubada seguida da queimada e da posterior plantação sobre as cinzas. A principal diferença introduzida pelos

colonos foi o uso do calendário agrícola e a conseqüente utilização mais intensiva da terra.

Dos principais cultivos adotados pelos colonos alemães nenhum têm origem europeia, cabe destaque a cana de açúcar, ao fumo, a batata inglesa, o feijão preto, a soja, a mandioca e o milho. Desde a sua instalação no Rio Grande do Sul, as colônias alemãs praticavam a policultura, a qual exige um trabalho intenso entre uma atividade e outra.

A técnica da queimada e da rotação de terras, e a consecutiva diminuição dos lotes coloniais cedidos aos colonos (divisão das propriedades rurais entre os herdeiros), estão entre as principais causas do desgaste nos lotes coloniais, estes fatores atrelados ao crescimento populacional motivaram as migrações internas (enxamagem). Sendo estas mais importantes que o próprio processo de imigração, considerando a sua amplitude e duração. É o caso da formação da Colônia de Conventos em Lajeado-RS, pois esta recebeu principalmente colonos oriundos de migrações internas.

Na análise de Waibel (1979) sobre os sistemas agrícolas desenvolvidos pelos imigrantes alemães, o autor destaca a separação econômica e espacial entre os cultivos agrícolas e a pecuária, o que impossibilitava o uso do estrume como fertilizante, num segundo estágio ocorre a introdução de instrumentos agrícolas, entretanto, o uso destes não é associado ao uso de fertilizantes ou adubos, que são introduzidos apenas num terceiro momento, quando é utilizado o sistema de rotação de culturas, e, somente no último estágio é introduzido o uso de adubo químico.

Nas questões socioculturais, nas colônias etnicamente homogêneas ocorreu a solidariedade étnica, onde o idioma é o fator mais importante da vida social em comunidade, seguido pela religião. A família constituía, para os colonos, a célula fundamental, configurando a base social das zonas pioneiras. A família, fechada em si mesma, exerceu, assim, uma função social basilar. As vendas rurais também desempenhavam um importante papel, além de um estabelecimento comercial onde ocorriam as trocas de produtos, elas eram um importante centro de informações, ponto de reuniões, era o lugar de descanso e o elemento de coesão entre os colonos. O isolamento é um fator importante que incentivou a endogamia nas colônias, mas a medida que o colono se integra etnicamente, ela diminui.

Com base em Schneider (1996), a formação do sistema agrário nas colônias pode ser caracterizada pela forma de produzir e pela forma de sociabilidade. A forma de produzir refere-se à maneira como os colonos organizam os meios de produção (terra, trabalho e, às vezes, capital) para garantir a sua reprodução, e a forma de sociabilidade refere-se às relações sociais que a família do colono mantém entre si e com os demais integrantes da comunidade. A sociabilidade pode ser estabelecida por meio de laços de parentesco, pelas relações entre vizinhos, pela religião, ou pelas atividades de lazer, podendo ocorrer em diferentes graus dependendo das relações estabelecidas pela família com o seu exterior. A ajuda mútua é uma característica fundamental na sociabilidade do colono imigrante, e o artesanato rural é uma variável importante na forma de produzir, tendo em vista que a vida do colono não se assentava unicamente sobre a agricultura.

A partir de 1950, a modernização da agricultura passa a ser absorvida pela agricultura familiar, e é inegável que esta tenha gerado um crescimento na produção agrícola, mas, como argumenta Medeiros (2007), isto não é condição suficiente para garantir o bem-estar da população do campo, ainda mais que a modernização foi um processo seletivo, logo excludente, e com a especialização de algumas áreas, as diferenças econômicas, sociais e culturais se acentuaram.

A modernização da agricultura agrava a dependência do agricultor em relação ao mercado, tendo em vista que este passa a comercializar a maior parte de seus produtos com o comerciante/agroindústria e não mais diretamente com o consumidor. A diminuição da necessidade de mão de obra no campo retrai o círculo familiar absorvido no processo produtivo e com a introdução da mecanização intensificam-se as relações campo-cidade e, conseqüentemente, aumentam as necessidades de consumo da população do campo. Por fim, a integração aos complexos agroindustriais (CAI's) estimula certa especialização produtiva por parte dos agricultores familiares, os quais passam a fornecer produtos que atendam as demandas dos mercados urbano-industriais. Entretanto, é importante ressaltar que a modernização da agricultura no Brasil não foi um processo homogêneo, mas desigual e combinado.

Com a introdução de inovações mecânicas, químicas e biológicas, a penosidade física do agricultor é substituída pela penosidade mental, considerando

as relações intensificadas com o Estado no que se refere ao crédito rural e o consequente endividamento dos agricultores. Cabe ressaltar que o PRONAF por vezes, pode ter contribuído para a diminuição da diversidade agrícola nos sistemas produtivos, considerando que este programa oferece crédito principalmente as culturas de mercado modernizadas. Mesmo diante desta realidade, os agricultores familiares encontram alternativas na realocação destes recursos nas pequenas culturas e criações que estão relacionadas à segurança alimentar.

Ao mesmo tempo, a modernização também permitiu o aprimoramento dos meios de comunicação, principalmente das estradas, ampliando as funções do rural para além da agricultura (multifuncionalidade). Neste processo, intensifica-se a industrialização difusa que incita ao agricultor se tornar pluriativo (combinação de atividades agrícolas e não agrícolas), tornando o espaço rural mais complexo e diversificado.

Da combinação de elementos do sistema agrário colonial (SAC) com outros do sistema agrário moderno (SAM) emerge o sistema agrário híbrido (SAH), este último entendido a partir da identificação das continuidades (permanências) e das rupturas (transformações) na conformação do sistema agrário atual. E, a caracterização deste sistema, que articula o que é novo no espaço com o que já existia, foi realizada na escala do local através de um estudo de caso.

Essa caracterização compreende o segundo plano das conclusões, o nível micro de análise, considerando os sistemas: sociocultural, técnico e de produção presentes na organização atual da agricultura familiar na escala local, bem como as continuidades e rupturas absorvidas ou mantidas nas propriedades entrevistadas. É importante ressaltar, que os resultados obtidos nesta pesquisa referem-se ao caso estudado, não podendo ser generalizados, uma vez que os fatores histórico-geográficos, políticos, sociais, culturais e econômicos são peculiares a realidade em tela.

No intuito de responder quais são os elementos do SAC que persistem no espaço-tempo, como se configura o SAM, e de que forma o sistema agrário se organiza na atualidade no município de Lajeado-RS, buscou-se compreender os elementos socioculturais, de produção, técnicos e as relações com o Estado das propriedades estudadas.

A interlocução no campo de pesquisa foi mediada pelo domínio do dialeto alemão, pois este facilitou o contato com as famílias, considerando que algumas preferem, ou tem mais facilidade de se comunicar na referida língua. Os agricultores, de forma geral, foram muito receptivos e se sentiam orgulhosos de poder fazer parte de uma pesquisa, por poderem ser ouvidos e valorizados, se colocando a disposição para contribuir. A dificuldade da tabulação dos dados de campo residiu, principalmente, no reordenamento das questões, alterando a ordem com que foram aplicadas em campo para aproximar as temáticas na explanação do trabalho final.

As principais continuidades identificadas no estudo de caso correspondem aos aspectos socioculturais. A continuidade do dialeto da língua alemã foi resposta unânime entre as propriedades entrevistadas, da mesma forma que a participação nas comunidades religiosas (católica e luterana). Desde a chegada dos imigrantes ao Brasil estes são os fatores de coesão social considerados como importantes e que permanecem na atualidade difundidos em todas as propriedades estudadas. No que se refere à sociabilidade, as festas da igreja igualmente foram lembradas, sendo o local de interação mais lembrado entre os agricultores, seguido pela participação no Clube de Mães por parte das mulheres, no mesmo as mulheres praticam o bolão de mesa, esporte característico da imigração alemã. A participação em corais também foi lembrada em algumas propriedades.

Já em relação às festividades, apenas algumas festas foram lembradas como as que se mantêm ao longo do tempo e ainda se reproduzem, a principal, foi a festa da comunidade religiosas. Novas festas são identificadas como surgidas nos últimos anos, e outras que desapareceram, como é o caso da festividade do *kerb*.

No que se refere à culinária, muitos costumes do saber fazer relacionados a alimentação ainda são preservados e repassados aos mais novos. O pão, a cuca, as conservas e compotas, a produção de melado e *schmier*, o queijo, a linguiça e as bolachas artesanais foram os principais produtos produzidos pelos agricultores familiares entrevistados, repercutindo a lógica do provisionamento de alimentos herdada dos colonos pioneiros, mesmo que atualmente seja em menor frequência e intensidade. A tradição não foi abandonada e as mudanças parecem constituir mais adaptações à modernidade do que alterações nos hábitos alimentares e que

resultam da combinação seletiva entre distintas memórias gastronômicas: a já existentes no Rio Grande do Sul e aquelas trazidas pelos imigrantes.

As atividades de artesanato também são preservadas, em alguma medida, nas propriedades rurais estudadas, com destaque ao crochê e tricô que são atividades femininas, e a confecção de balaios que é uma atividade masculina nas propriedades. A família é um espaço de aprendizagem e de socialização de saberes, de fazeres e de afazeres, caracterizando geralmente um aprender fazendo ou, então, um fazer aprendendo, mesmo com alterações e interferências (TEDESCO, 2009).

A ajuda mútua entre parentes e vizinhos é uma das expressões que conforma o *ethos* camponês, e ainda está presente em grande parcela das propriedades estudadas, mesmo com o relato de que esta prática diminuiu muito com o passar dos anos.

A policultura, representada pela criação diversificada de animais e pela manutenção da horta e do pomar para o autoconsumo, o trabalho manual, o uso da tração animal, o uso do esterco como fertilizante, o trabalho familiar, o cultivo de flores no entorno da casa e o plantio e a conservação de ervas medicinais para o consumo próprio são as principais heranças culturais presentes nas propriedades. A transmissão do patrimônio fundiário (terra) é considerada uma continuidade, sendo entendida como uma herança cultural, considerando que a maior parte dos colonos projeta a permanência, de pelo menos um dos filhos na lida do campo, associando o futuro à manutenção da propriedade e à produção de alimentos.

Os elementos apontados são expressões concretas de continuidades no caso estudado. Mesmo que algumas heranças remanescentes dos antepassados e que ainda são reproduzidas nas propriedades rurais de colonos de origem alemã, não necessariamente são originárias de uma herança étnica alemã, mas produto da confluência de diversas tradições camponesas.

Em relação aos aspectos técnicos e produtivos das propriedades entrevistadas a preponderância recaiu sobre a absorção da modernização, principalmente no quesito das inovações mecânicas, nas diferentes fases da cultura (plantio, preparo do solo, adubação e colheita), bem como no uso de insumos bioquímicos. Entretanto, ressalta-se que não foram obtidas respostas homogêneas,

ou seja, as propriedades absorveram a modernização em diferentes graus de intensidade.

Pela proximidade com o espaço urbano, ou mesmo pela localização de algumas propriedades rurais no perímetro delimitado como urbano, algumas propriedades vêm enfrentando problemas relativos a questão tributária. Em duas propriedades incide duplamente (IPTU e ITR), a questão não foi aprofundada nessa pesquisa, tendo em vista que não era o objetivo central do trabalho.

Quanto à assistência técnica, parcela significativa das propriedades rurais tem acesso aos serviços, com destaque para a atuação da EMATER, seguida por empresas privadas que vendem insumos aos agricultores e prestam algum tipo de assistência, principalmente nas atividades destinadas aos complexos agroindustriais.

Todas as propriedades apontaram, em algum momento, já ter utilizado o crédito rural por meio do PRONAF, programa este que destina os principais recursos do custeio e do investimento para as culturas que absorveram um grande grau de modernização (soja e milho, principalmente), e estas estão entre as principais culturas vegetais das propriedades entrevistadas. O milho exerce a dupla função de *commodity* quando destinado à venda, e de alimento quando destinado ao autoconsumo ou mesmo à alimentação animal. Entre as atividades consideradas mais rentáveis entre os agricultores familiares entrevistados foi mencionada a produção de leite seguido pelo cultivo da soja.

Em síntese, neste segundo plano de conclusões (microanálise) compreende-se que o sistema agrário presente na agricultura familiar estudada é constituído de continuidades, principalmente no sistema sociocultural, e também é permeado por rupturas, com destaque ao sistema técnico e produtivo, conforme pôde ser averiguado com os dados de campo. Entretanto, é importante ressaltar que no sistema sociocultural modernidades também foram absorvidas, no rearranjo das práticas culturais, como no sistema técnico e de produção também há permanências do sistema colonial, como a policultura, o uso de tração animal e trabalho manual em algumas propriedades, por exemplo. Dessa forma, identifica-se a conformação de um sistema agrário híbrido (pequena propriedade com base na mão de obra familiar sistema de produção fundamentado na policultura e na pecuária de pequeno

porte, especialmente a pecuária leiteira; excedente da produção destinado ao mercado; manutenção do artesanato rural).

Por fim, propõe-se para estudos futuros o aprofundamento de pesquisas em temáticas correlatas a esta, como a valorização imobiliária das propriedades rurais inseridas no perímetro normativamente urbano e as repercussões sobre a reprodução da agricultura familiar; a questão tributária aplicada no município; a permanência dos jovens no rural e na agricultura; o êxodo rural e as relações com a educação formal e a valorização (ou não) da profissão agricultor, temáticas estas que são pertinentes na realidade local.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Flamarion D. **Mudanças Teórico-Methodológicas da Geografia Agrária Brasileira**: A produção em periódicos científicos de 1939 – 2009. 2010. 350p. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Geografia, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2010.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda J. Usos e Abusos dos Estudos de Caso. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n.129, p. 637-51, set./dez. 2006.
- BECKER, Dinizar F. Competitividade: um novo padrão de desenvolvimento regional. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v.1, n.1, p.9-55, jul. 1996.
- BECKER, Klaus. O esporte de Bolão no Rio Grande do Sul. In IV Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul, 1980, São Leopoldo. **Anais**. São Leopoldo: UFRGS, 1987. p. 249-264.
- BRASIL. Lei nº 11.236 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 jul. 2006. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm> Acesso em 27 jan. 2016.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Comissão aprova projeto que beneficia agricultor familiar em área urbana, n.3446/2012**, 2014. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/AGROPECUARIA/464679-COMISSAO-APROVA-PROJETO-QUE-BENEFICIA-AGRICULTOR-FAMILIAR-EM-AREA-URBANA.html>> Acesso em: 27 jan. 2016.
- CARNEIRO, Maria J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias políticas. In: COSTA, Luiz F. de C.; MOREIRA, Roberto J.; BRUNO, Regina (Orgs.). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 323-344.
- CAMPOS, Paulo T. C. MARTINS, Gilberto de Andrade – Estudo de Caso: Uma estratégia de pesquisa. **Conjectura**, Caxias do Sul, v.17, n.3, p.164-9, set./dez. 2012.
- CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 16, n. 2, p.221-236, 2003.

CORRÊA, Joel M.; CORRÊA, Walquiria K.; GERARDI, Lucia H. de O. A Problemática da Definição e da Delimitação do Espaço Rural e Urbano – mudanças no espaço rural e práticas institucionais: o exemplo da ilha de Santa Catarina. **Geografia**, Rio Claro, v.26, n.1, p.37-58, abr. 2001.

CORRÊA, Roberto L. Espaço, um conceito chave da geografia. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C. C.; CÔRREA, Roberto L. **Geografia Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Ltda, 1995.

CORRÊA, Roberto L. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Ed. Ática, 1990.

CORREA, Sílvio M. de S.; BUBLITZ, Juliana. **Terra da Promissão: Uma introdução à eco-história do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Ed. UPF; Santa Cruz do Sul: Ed. UNISC, 2006.

DINIZ, José A. F. **Geografia da Agricultura**. São Paulo: Difel, 1984.

EMATER/RS. **Encontro em Arroio do Meio aborda importância das sementes transgênicas**, 2015. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/noticias/detalhe-noticia.php?id=21580#.VrZRivkrLIU>> Acesso em: 12 jan. 2016.

Estado do Rio Grande do Sul. Assembleia Legislativa – Comissão de Assuntos Municipais. **Evolução Municipal Rio Grande do Sul 1809-1996**. Porto Alegre, dez. 2002. Trabalho elaborado por Geógr. Amneris Morschheiser CREA/RS 4077.

FALEIRO, Silvana R. **Lajeado Perfil Histórico Étnico-Social** (do período indígena à colonização). Lajeado: Prefeitura Municipal de Lajeado; Secretaria de Cultura e Turismo de Lajeado, 1996.

FEE – Fundação de Economia e Estatística. **Corede Vale do Taquari**, 2009. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_coredes.php>. Acesso em: 10 nov. 2011.

FEE – Fundação de Economia e Estatística. **Resumo Estatístico município de Lajeado RS**, 2011. Disponível em: <www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=lajeado> Acesso em: 20 jan. 2013.

FRANZ, Juliana C. **As configurações do rural e do urbano: rupturas e permanências na agricultura familiar do município de Lajeado**. 2013. 79 f. Monografia (Curso de Geografia Bacharelado) Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

FRANZ, Juliana C. **Do sistema agrário colonial ao sistema agrário moderno:** rupturas e permanências na agricultura familiar do município de Lajeado. 2014. 84 f. Monografia (Curso de Geografia Licenciatura) Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

GAZOLLA, Marcio. **Agricultura Familiar, Segurança Alimentar e Políticas Públicas:** Uma análise a partir da produção para auto-consumo no território do Alto Uruguai/RS. 287f. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Qual “Fortalecimento” da Agricultura Familiar? Uma análise do PRONAF crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 51, n. 1, p. 45-68, Jan/Mar 2013.

GOMES, Alberto A. Estudo de Caso – Planejamento e Métodos. **Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, ano XIV, v.15, n.16, p.215-21, jan./dez. 2008.

GRANDO, Marinêz Z.; MERTZ, Marli M. De colonos a agricultores familiares: uma trajetória de resistência. In: **O movimento da Produção** (Três décadas de Economia Gaúcha). V.2, 2010. p.93-127.

GRAZIANO DA SILVA, José. Complexos Agroindustriais e outros complexos. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA**, Campinas, v. 21, n.3, p.5-34, set./dez. 1991.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Tecnologia & Agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

HESPANHOL, Rosangela A. de M. A contribuição do trabalho de campo para a pesquisa científica. In: DAVID, Cesar de; WIZNIEWSKY, Carmen R. F. (Orgs). **Agricultura & Transformações socioespaciais:** Olhares geográficos e a pesquisa de campo. Porto Alegre: Evangraf/Jadeditora, 2015. p. 47-57.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades Infográficos, Lajeado**, 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=431140>> Acesso em: 18 maio 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Lajeado – Síntese das Informações**, 2014. Disponível em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=431140&idtema=16&se arch=rio-grande-do-sul|lajeado|sintese-das-informacoes>> Acesso em: 24 jan. 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Metodologia do Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, v.25, 2003. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/metodologia/metodol ogiacenso2000.pdf>> Acesso em: 29 abr. 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Primeiros Dados do Censo, 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/censo2010/primeiros_dados_divulgados/index.php?uf=43> Acesso em: 13 abr. 2015.

IDE, Hans-Ulrich. **A gente pega junto**: protagonismo na agricultura familiar. Porto Alegre: [s.n.], 2008.

KAUTSKY, Karl. O Camponês e a Indústria. In: KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980. p. 29-35.

KICH, Juliane I. Di F.; PEREIRA, Maurício F. Uma Análise da Aplicação do Estudo de Caso em Pesquisas no Campo da Estratégia. **PRETEXTO**, Belo Horizonte, v.14, p.81-98, jul. 2013.

LAGEMANN, Eugênio. Imigração e Industrialização. In: LANDO, Aldair M. et al. (Orgs) **RS: imigração & colonização**. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996, p.114-34.

LANDO, Aldair M.; BARROS, E. C. Capitalismo e Colonização – os alemães no Rio Grande do Sul. In: LANDO, Aldair M. et al. (Orgs) **RS: imigração & colonização**. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996, p.9-46.

LENZI, Zuleica M. **O Kerb em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. UFSC; Secretaria da Cultura e do Esporte do Estado, 1989.

MARAFON, Gláucio J. O trabalho de campo como um instrumento de trabalho para o investigador em geografia agrária. In: DAVID, Cesar de; WIZNIEWSKY, Carmen R. F. (Orgs). **Agricultura & Transformações socioespaciais**: Olhares geográficos e a pesquisa de campo. Porto Alegre: Evangraf/Jadeditora, 2015.p. 26-46.

MATOS Patrícia F., PESSÔA, Vera L. A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos dos territórios. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v.2, ano 13, n. 22, p.290-322, 2011.

MEDEIROS, Rosa M. V. A produção familiar e suas diferentes formas de representação. In: MARAFON, José G.; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Â. (Orgs.) **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p. 169-178.

MELLO. Márcio, A., et. al. Educação formal e os desafios para a formação de uma nova Geração de agricultores. In: XLI CONGRESSO DA SOBER - Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2003, Juiz de Fora. **Anais**. Juiz de Fora: SOBER, 2003. p.1-15.

MENASCHE, Renata; SCHMITZ, Leila C. Agricultores de origem alemã, trabalho e vida: saberes e práticas em mudança em uma comunidade rural gaúcha. In: MENASCHE, Renata (Org.). **A Agricultura Familiar à Mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Porto Alegre: UFRGS, 2007. p. 78-99.

MERTZ, Marli. A agricultura familiar no Rio Grande do Sul: um sistema agrário colonial. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 277-298, abr. 2004.

MIGUEL, Lovois de A.; MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. Abordagem Sistêmica e Sistemas Agrários. In. MIGUEL, Lovois de A. (Org.). **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p.11-38

MINAYO, Maria C. de S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.

MOURE, Telmo. A inserção da economia imigrante na economia gaúcha. In: LANDO, Aldair M. et al. (Orgs) **RS: imigração & colonização**. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996, p.91-113.

MÜLLER, Geraldo. **Relatório de Pesquisa: o complexo agroindustrial brasileiro**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1981.

MÜLLER, Geraldo **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária**. São Paulo: HUCITEC, 1989.

NASCIMENTO, Marlúcio T. do. Método, Metodologia e Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. **ÍCONE – Revista de Letras**, São Luís de Montes Belos, v.2, p.147-162, jul. 2008.

PEREIRA, José C. A.; FERREIRA, Darlene A. de O. Camponeses e Agricultores Familiares: Caminhos e descaminhos em contexto de pluriatividade. In: FERREIRA, Darlene A. de O.; FERREIRA, Enéas R. (Org.) **Estudos Agrários: conceitos e práticas**. Rio Claro: IGCE/UNESP, 2009, p. 215-29.

PESAVENTO, Sandra J. O Imigrante na Política Rio-Grandense. In: LANDO, Aldair M. et al. (Orgs) **RS: imigração & colonização**. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996, p.156-94.

PESSÔA, Vera L. S. Geografia e pesquisa qualitativa: um olhar sobre o processo. In: DAVID, Cesar de; WIZNIEWSKY, Carmen R. F. (Orgs). **Agricultura & Transformações socioespaciais**: Olhares geográficos e a pesquisa de campo. Porto Alegre: Evangraf/Jadeditora, 2015. p. 13-25.

PESSÔA, Vera L. S. Meio técnico-científico-informacional e modernização da agricultura: uma reflexão sobre as transformações no cerrado mineiro. In: MARAFON, José G.; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Â. (Orgs.) **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p. 256-269.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PREFEITURA Municipal de Lajeado. **O meio Natural em que vivemos**, 2012. Disponível em: <www.lajeado.rs.gov.br/home/show_page.asp?titulo=meionatural&categoria> Acesso em: 22 mar. 2013.

PREFEITURA Municipal de Lajeado. **Setor Primário – Estrutura**. [S. l.] [s.n.] 2009. Disponível em: <http://www.lajeadors.com.br/internas.php?conteudo=econo_estr.php>. Acesso em: 10 nov. 2010.

PRIEB, Rita Inês Pauli. **Pluriatividade na Produção Familiar Fumageira**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. V.1 Porto Alegre: Ed. Globo, 1969a.

ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. V.2 Porto Alegre: Ed. Globo, 1969b.

ROCKEMBACH, Sílvio A; FLORES, Hilda A. H.. **Imigração alemã: 180 anos – história e cultura.** Porto Alegre: CORAG, 2004.

ROSA, Antônio V. **Agricultura e Meio Ambiente.** 6. ed. São Paulo: Atual, 1998.

SALAMONI, Giancarla. **PRODUÇÃO FAMILIAR INTEGRADA AO C. A. I. BRASILEIRO:** A Produção do Pêssego no Município de Pelotas – RS. São Paulo: UNESP, 1992. 463p. (Dissertação de Mestrado)

SANTOS, José V. T. dos. **Colonos do vinho.** Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. **Espaço & Método.** São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem.** São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil.** Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: RECORD, 2001.

SAQUET, Marcos A. Contribuições teórico-metodológicas para uma abordagem territorial multidimensional em geografia agrária. In: SAQUET, Marcos A.; SUZUKI, Júlio C.; MARAFON, Glaucio J. (Orgs.) **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas.** São Paulo: Outras Expressões, 2011, p.209-226.

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura Familiar e Industrialização:** Pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

SCHNEIDER, Sergio. Os Colonos da Indústria Calçadista: Expansão Industrial e as Transformações da Agricultura Familiar no Rio Grande do Sul. **REVISTA ENSAIOS FEE,** Porto Alegre, v.17, n.1, p.298-323, 1996.

SCHNEIDER, Sergio. et. al. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, Sergio (Org.). **A diversidade da Agricultura Familiar.** Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 137-165.

SCHIERHOLT, José A. **Lajeado I: Povoamento – Colonização – História Política.** Prefeitura Municipal de Lajeado: Lajeado, 1992.

SEYFERTH, Giralda. A Colonização alemã em Santa Catarina: hábitos alimentares e etnicidade. In: MENASCHE, Renta (Org.) **Saberes e Sabores da Colônia: Alimentação e cultura como abordagem para o estudo do rural**. Porto Alegre: UFRGS, 2015. p.133-160.

SEYFERTH, Giralda. **A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-Mirim**. Porto Alegre: Ed. Movimento, 1974.

SEYFERTH, Giralda. As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 7, n. 18, p. 78-95, fev. 1992.

SEYFERTH, Giralda. **Imigração e Cultura no Brasil**. Brasília: EdUNB, 1990.

SEYFERTH, Giralda. Imigrantes Colonos: ocupação territorial e formação camponesa no Sul do Brasil. In: NEVES, Delma P. **Processos de Constituição e Reprodução do Campesinato no Brasil: formas dirigidas de constituição do campesinato**. v.2. São Paulo: UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 39-63.

SILVA, João B. da; GILES, Antônio. **PRONAF Agroindústria, documento referencial**. Brasília: MA/SDR, 1998. 48 p.

SILVA, Marcino T. da. Violação de Direitos e Resistência aos Transgênicos no Brasil: uma proposta camponesa. In: ZANONI, Magda; FERMENT, Gilles (Orgs.). **Transgênicos para Quem? Agricultura, Ciência e Sociedade**. Brasília: MDA, 2011. p.446-461.

TEDESCO, João C. Os Saberes da Mão e a Autarcia Econômica Familiar: dimensões camponesas da vida nas colônias. In: TEDESCO, João C.; HEINSFELD, Adelar. **Colonos, colônias & colonizadores: Aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil**. Erechim: Habilis, 2009. p. 231-250

TEIXEIRA, Márcio A.; LAGES, Vinícius N. Transformações no espaço rural e a geografia rural: ideias para discussão. **Revista Geografia**, São Paulo, v.14, p. 9-33, 1997.

TERHORST, Karin I. L.; SCHMITZ, José A. K. De porco a suíno: história da suinocultura e dos hábitos alimentares associados aos produtos dela derivados entre agricultores familiares do Vale do Taquari. In: MENASCHE, Renata (Org.). **A Agricultura Familiar à Mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Porto Alegre: UFRGS, 2007. p. 100-119.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

WANDERLEY, Maria de N. B. Agricultura Familiar e Campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.21, p.42-61, out. 2003.

WANDERLEY, Maria de N. B. **Em busca da Modernidade Social. Uma homenagem a Alexander V. Chayanov**. Campinas: Unicamp, 1989.

WANDERLEY, Maria de N. B. Urbanização e Ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural. Estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco. In: WANDERLEY Maria de N. B. **O Mundo Rural como um Espaço de Vida**: Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 311 – 328.

WANDESCHEER, Elvis A. R.; DUTRA, Eder J. da S.; FONTOURA, Luiz F. M. A relação entre o rural e urbano: transformações e dinâmicas na formação espaço-temporal de Canguçu e Horizontina, Rio Grande do Sul, Brasil. **Geografia (Londrina)**, Londrina, v.21, n.1, p.163-183, jan./abr. 2012.

WAGNER, Saionara A.; MARQUES, Flávia C.; MENASCHE, Renata. Agricultura familiar à mesa. In: MENASCHE, Renata (Org.). **A Agricultura Familiar à Mesa**: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari. Porto Alegre: UFRGS, 2007. p. 58-77.

WOORTMANN, Ellen F. Padrões Tradicionais e Modernização: comida e trabalho entre camponeses teuto-brasileiros. In: MENASCHE, Renata (Org.) **Agricultura Familiar à Mesa**: Saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari. Porto Alegre: UFRGS, 2007. p.177-196.

WOORTMANN, Klass. “Com parente não se neguceia”: O campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico/87**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1989. p.11-73

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**: Planejamento e Método. 4.ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

APÊNDICES

Apêndice – A: Roteiro Semi-Estruturado de Entrevista de Campo



Universidade Federal de Pelotas
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Roteiro Semi-Estruturado de Entrevista de Campo



Nome/Parentesco	Idade	Gênero ¹	Escolaridade ²	Trabalha na propriedade?	Trabalha fora da propriedade?

¹Masculino/Feminino-M/F

² Analfabeto (A)/ Ensino Fundamental Incompleto(EFI)/ Ensino Fundamental(EF)/ Ensino Médio Incompleto(EMI)/ Ensino Médio (EM)/ Ensino Técnico(ET)/ Ensino Superior Incompleto (ESI)/ Ensino Superior(ES)

1 – Perfil dos entrevistados: O Grupo Familiar

1.1 – Tem pessoas aposentadas que residem na propriedade? _____

1.1.1 – Se sim, quantas? _____

1.2 – Qual a principal fonte de renda da família? ()Agricultura ()Aposentadoria ()Pluriatividade

1.3 – Localização da Propriedade – endereço/bairro: _____

2 – Aspectos sócio-culturais:

2.1 – Você e sua família costumam frequentar algum evento social da comunidade? Qual?

2.1.1- Quais festas se mantêm ao longo do tempo na comunidade e quais os eventos surgiram nos últimos anos? _____

2.1.2 – Alguém da família participa do jogo de bolão na comunidade? _____

2.2 -Você costuma comunicar-se através de algum dialeto com seus amigos e familiares? _____

2.2.1 - Esse dialeto é ensinado aos mais jovens da família? _____

2.3–Você frequenta a igreja da comunidade? _____

2.3.1 - Com que frequência? ()Semanalmente () Mensalmente ()Eventualmente

2.4 - Quais desses produtos você ou alguém da sua família costumam fazer em casa para consumo próprio?

()Schmier () Pão () Queijo

()Melado ()Linguiça ()Cuca

() Conservas () Compotas

() Outros _____

2.4.1 E esses costumes são repassados para os mais novos?

2.4.2 Esses produtos você também vende ou troca com vizinhos? _____

2.4.3 Qual é local de comercialização da sua produção artesanal? _____

2.5 – Existe alguma atividade de artesanato herdada dos antepassados? Caso sim, por quais motivos é mantida pela família? _____

2.6 – Existe alguma espécie de ajuda mútua entre você e seus vizinhos nas atividades agrícolas da sua comunidade? Quais? _____

2.7 – Participa de alguma associação cultural? Por que motivos? _____

2.8 – O que você considera que é uma herança, e o que você considera que tem de novo, moderno na sua propriedade? **(FOTOS)** _____

3 – Aspectos da Propriedade e da produção:

3.1 – Quais os 3 (três) principais atividades da sua propriedade? _____

3.1.1 – Qual o destino dos produtos de origem vegetal e animal? Tem relação com alguma indústria? _____

3.1.2 – Destes 3 (três), qual provê a maior rentabilidade econômica? _____

3.2 – Qual o tamanho (em ha) da sua propriedade? _____

3.3 – Qual foi a forma de aquisição de sua propriedade? () Compra () Herança () Posse

3.4 – Qual o futuro da propriedade? Pretende vender ou repassar como herança aos filhos? _____

4 – Relações Técnicas e com o Estado:

4.1 – Você paga IPTU ou ITR na sua propriedade? _____

4.2 – Sua propriedade já teve acesso a alguma política de crédito rural? _____

4.3 – Sua propriedade já teve acesso a alguma assistência técnica? _____

4.3.1 – De quem? () EMATER () STR () Prefeitura() Outro, Qual? _____

4.4 – Plantam-se cultivares transgênicos na propriedade? _____

4.5 – Trabalha-se com inseminação artificial no rebanho animal da propriedade? _____

4.6 – Quais técnicas ou formas de manejo mantêm na propriedade que foram herdadas dos antepassados?

4.6.1- na produção vegetal/cultivos? _____

4.6.2- na produção animal/rebanhos? _____

Respostas com base nas imagens respectivas ao número da questão:

4.7 – Em relação à mecanização do plantio qual forma predomina na sua propriedade? ()1 ()2 ()3

4.8 – Sobre o preparo do solo qual forma prevalece na sua propriedade?()1 ()2 ()3

4.9 – Em relação à mecanização da colheita, qual prevalece na sua propriedade? ()1 ()2

4.10 – Em relação aos fatores bioquímicos, qual a adubação predominante? ()1 ()2 ()3

Questão 4.7



Questão 4.8



Questão 4.9



Questão 4.10

